

MARCELA DUQUE REIS MAZZINI

**INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS NO ATENDIMENTO
À EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE
DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para
obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M477i
2016
Mazzini, Marcela Duque Reis, 1981-
Instituições filantrópicas no atendimento a educação
infantil : uma reflexão a partir da realidade do município
de Viçosa-MG / Marcela Duque Reis Mazzini. - Viçosa, MG,
2016.
vii, 147f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador : Maria de Lourdes Mattos Barreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f.126-132.

1. Assistência social - Organização - Viçosa(MG).
2. Educação de crianças. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 361.7638151

MARCELA DUQUE REIS MAZZINI

**INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS NO ATENDIMENTO
À EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE
DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para
obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

APROVADA: 01 de setembro de 2016.

Nelmires Ferreira da Silva

Lílian Perdigão Caixeta Reis

Maria de Lourdes Mattos Barreto
(Orientadora)

Para aqueles que representam a razão da minha existência, os meus pais Efraim e Lúcia; meus queridos irmãos Clausius e Fernando, e aqui incorporo as irmãs que a vida me presenteou, Rachel e Flávia, e meu sobrinho Leandro que está chegando; meu grande e verdadeiro amor Bruno, que tudo junto a mim suportou; e minha fonte inesgotável de amor e vida Vinícius e Lucas, a quem dedico toda essa história.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me oferecido disposição e fé para vencer os grandes obstáculos para a realização e concretização dessa tarefa.

Aos meus pais Efraim e Lúcia, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade, me incentivando, e muitas das vezes sonhando meus sonhos. Obrigada pelo amor incondicional!

À minha família, pelo apoio durante esses anos, e por confiar em mim, o que me tornou mais segura diante dos desafios da vida.

À minha orientadora Professora Dra Maria de Lourdes Mattos Barreto, por ter tornado essa caminhada mais leve com sua orientação e amizade. Serei eternamente grata.

Ao Colégio Anglo de Viçosa, em especial as professoras Mara, Bernadete, Amanda, Cristiana, Juliana e Thais, pela compreensão e apoio em meus momentos de ausência, e minha grande amiga e companheira de caminhada Emiliane que se fez presente em minha ausência.

Às Professoras Lílian Perdigão Caixêta Reis e Nelmiros Ferreira da Silva, por aceitarem participar deste trabalho e pela valiosa contribuição nesta banca de dissertação.

À Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Viçosa - MG e às Instituições Filantrópicas de Atendimento a Infância, por permitirem a coleta de dados e por acreditarem em meu trabalho.

Às Diretoras, coordenadoras e professoras das instituições, pela minha acolhida, com tanto carinho, em seus espaços de atuação e por prontamente terem participado da pesquisa.

Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS

BIOGRAFIA

MARCELA DUQUE REIS MAZZINI, filha de Efraim Lázaro Reis e de Lúcia Duque Reis, nasceu em fevereiro de 1981, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais. Em 2002, ingressou no Curso de Dança na Universidade Federal de Viçosa - UFV, em Viçosa, MG, tendo concluído a licenciatura em agosto de 2007. Em 2011, iniciou a Especialização em Educação Infantil pela Universidade de Franca - UNIFRAN, tendo apresentado o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Dança e Educação Infantil", finalizando o curso em agosto de 2012. Em março de 2014, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), submetendo-se à defesa da Dissertação em de agosto de 2016. Trabalhou como professora e coordenadora de Dança do Núcleo de Arte e Dança, coordenando também projetos sociais ligados ao município de Viçosa e ao estado de Minas Gerais, sendo eles, Projeto TIM ArtEducação, subsidiado pelo Governo do estado, através da Lei de Incentivo a Cultura, Programa Centro Experimental de Artes da prefeitura Municipal de Viçosa, Projeto Voar, e Programa Portas Abertas. Coordenou os referidos programas durante 8 anos (2005 a 2012). Desde 2013, trabalha como Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil no Colégio Anglo de Viçosa - MG.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Revisão Bibliográfica	
2.1 Percurso Histórico da Infância	5
2.2 Percurso Legal da Infância	10
2.3 Institucionalização da Infância	16
2.4 Terceiro Setor e Políticas Públicas para a Infância	23
2.5 Educação Infantil – Creche e Pré Escola	27
3. Procedimentos Metodológicos	38
3.1. População e Amostra	39
3.2. Procedimentos de coleta de dados	43
3.3. Procedimento de análise de dados	45
4. Resultados e Discussão	
4.1 A Filantropia no Município de Viçosa – MG	47
4.2 Políticas Públicas Destinadas a Infância no Município de Viçosa – MG..	60
4.3 A instituição filantrópica sob o olhar das professoras: Apresentando os resultados	73
4.4 A instituição filantrópica sob o olhar das diretoras: Apresentando os resultados	103
5. Considerações finais	122
Referências Bibliográficas	126
Apêndice	133
Anexos	140

RESUMO

MAZZINI, Marcela Duque Reis, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2016. **Instituições Filantrópicas no atendimento à Educação Infantil: Uma reflexão a partir da realidade do município de Viçosa – MG.** Orientadora: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

Nesta pesquisa, investigaram-se quais as percepções dos funcionários, professoras e responsáveis, de instituições filantrópicas de atendimento a infância no município de Viçosa - MG. Para esse conhecimento foi preciso entender primeiramente, a história da infância no Brasil, os marcos históricos e legais sobre o tema até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Tornou-se necessário ainda entender o que é o terceiro setor, a filantropia, as políticas públicas e os trabalhos sociais realizados em Viçosa - MG. Especificamente, como objetivo principal, essa pesquisa se pautou em identificar qual tem sido a prática das entidades sociais de atendimento as crianças e adolescentes no Município de Viçosa – MG. Buscou inicialmente a caracterização das instituições sociais e filantrópicas do município de Viçosa - MG, em especial as que trabalham em atendimento às crianças das camadas populares que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade social; além de identificar as percepções dos funcionários, sendo eles professores, coordenadores e diretores (responsáveis); e compreender qual o papel exercido pelo poder público em relação ao trabalho realizado pelas entidades filantrópicas no município de Viçosa – MG. O campo empírico foi em 4 instituições selecionadas, que atuam no atendimento da primeira infância (0 a 6 anos). A amostra foi constituída por 4 diretores/coordenadores e 12 professores. Os temas pesquisados nos ajudaram a entender que os problemas sociais atualmente existentes, e que afetam crianças pobres, são os mesmos do século XII. São, no entanto, interpretados e analisados de maneira diferente ao longo dos anos, o que proporcionou a busca de meios mais eficazes para combater o descaso com a infância através de políticas públicas, tendo em vista o seu reconhecimento e valorização.

ABSTRACT

MAZZINI, Marcela Duque Reis, M.Sc., Federal University of Viçosa, September, 2016. **Philanthropic Institutions in Child Care: A reflection from the reality of the municipality of Viçosa - MG**. Advisor: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

In this study, we investigated the perceptions of employees, teachers and leaders, philanthropic institutions of care for children in Viçosa - MG. For this knowledge was necessary to first understand the history of childhood in Brazil, the historical and legal frameworks on the subject to reach the Statute of Children and Adolescents. It became necessary to further understand what the third sector, philanthropy, public policy and social work carried out in Viçosa - MG. Specifically, the main objective, this research was based on identifying what has been the practice of social service entities of children and adolescents in the city of Viçosa - MG. initially sought to characterize the social and philanthropic institutions of Viçosa - MG, especially those working in service to the children of the lower classes living in risk or socially vulnerable situation; and identify employee perceptions, and they teachers, coordinators and directors (responsible); and understand the role played by the government in relation to the work carried out by charities in Viçosa - MG. The empirical field was 4 selected institutions operating in early childhood care (0-6 years). The sample consisted of 4 directors / coordinators and 12 teachers. The subjects surveyed helped us to understand that the currently existing social problems that affect poor children, are the same as the twelfth century. They are, however, interpreted and analyzed differently over the years, which resulted in the search for more effective ways to combat the indifference to children through public policies, in view of its recognition and appreciation.

1. INTRODUÇÃO

Ao falarmos sobre infância, não podemos nos referir a uma etapa natural da vida, mas entendê-la como noção datada geograficamente e historicamente, ou seja, um conjunto de fatores que incluem a família, a escola, a sociedade, entre outros, que colaboram para que haja determinados modos de pensar e viver a infância. A respeito disso, basta verificarmos que desde o século XII até início do século XXI a sociedade vem criando conceitos e modelos para a infância, além de mecanismos que a valorizem, principalmente a infância pobre e desvalida, pois de acordo com a obra de Ariès (1981), o sentimento sobre a infância se dá inicialmente nas camadas mais nobres da sociedade. Mas com relação à vivência real parece que a criança pobre continua a não conhecer o verdadeiro sentido de infância, pois, apenas com a institucionalização da escola é que o conceito de infância começa lentamente a ser alterado, através da escolarização das crianças. Podemos então, a partir do desenvolvimento de uma pedagogia para as crianças, falar em uma construção social da infância (Corsaro, 2003).

Segundo pesquisas relacionadas ao tema, como as de Silva (2007), Breda (2015) e Gomes (2012), embora esse quadro de desigualdade persista ao longo dos séculos, a partir do conhecimento do verdadeiro significado da infância, onde podemos falar de uma invenção social a partir do século XVIII, em que há uma fundação de um estatuto para essa faixa etária, assim como a invenção da adolescência no fim do século XIX (Corsaro, 2003), a sociedade vem buscando mecanismos, através dos programas sociais, assistenciais e filantrópicos, para que esse quadro de desigualdade tenha mudanças aparentes.

A presença de crianças na rua não é um fato peculiar dos tempos atuais. Desde o Brasil Colônia, séc. XVI e XVII, já eram realizados trabalhos de propostas catequéticas com crianças pobres e órfãs. Segundo Del Priore (2002), vieram de Portugal nas naus que trouxeram ao Brasil os primeiros padres jesuítas. Encontradas nos portos e mercados, onde tentavam sobreviver realizando pequenos furtos ou serviços, por isso foram arrebanhadas para ajudar na missão da catequese. Porém, devido ao crescimento acelerado das grandes metrópoles, podemos destacar o surgimento de maiores problemas com crianças, sendo a industrialização um dos fatores destes desajustes. É grande o crescimento e o desenvolvimento das cidades e, com isto, a necessidade de mão de obra surge com rapidez. Famílias se deslocam para grandes centros à procura de trabalho e, sem ter seu aparato familiar e institucional, muitas crianças, que até então viviam sob os cuidados dos pais e seus familiares, foram entregues às ruas, sem orientação, muitas vezes sem moradia, sem alimentação e educação adequada. Estas famílias, que até então viviam praticamente da agricultura de subsistência, sofrem as consequências do capitalismo, aumentando cada vez mais a miséria, comprometendo a qualidade de vida, e gerando crianças desamparadas (ALVIM e VALADARES, 1988).

O principal problema com que se defronta o país é o de gerar fontes de emprego para sua numerosa e crescente população, sendo que grande parte da qual vegeta em setores urbanos marginalizados ou continuam na agricultura de subsistência.

Numa sociedade neoliberal, onde o Estado tende a manter sua estrutura minimizada, necessário se faz a participação da sociedade civil organizada para implementação das políticas públicas. Nesse contexto, o terceiro setor visto como a sociedade civil organizada, tem papel fundamental como parceiro na gestão dos recursos públicos propriamente ditos. Portanto, é imprescindível no Estado moderno que sejam realizadas parcerias com as organizações não governamentais sem finalidades lucrativas, com a finalidade de alcançar os objetivos públicos.

A situação da criança hoje no Brasil não foge àquela argumentada na obra de Ariès (1964), com grandes mudanças ocorridas a partir do século XVII com a industrialização. As famílias, na luta pela sobrevivência, não conseguem acompanhar os filhos em seu dia a dia, devido à necessidade de trabalhar para o

sustento dos mesmos. Famílias essas que sofrem as consequências do capitalismo, aumentando cada vez mais a miséria, comprometendo a qualidade de vida, gerando famílias desestruturadas e crianças desamparadas, relatos esses feitos por Alvim e Valadares (1998), no livro “Infância e Sociedade no Brasil”. Aos poucos a escola deixa de ser prioridade na vida das crianças, vem o fracasso escolar, a repetência e o que passa a prevalecer é o abandono da mesma em troca de uma vida mais livre e sem as exigências de uma sala de aula.

Guazelli (1979) relata que enquanto algumas camadas da população desfrutam do progresso da ciência, da tecnologia e de bens de consumo, semelhantes aos dos países mais desenvolvidos, outros vivem buscando uma simples sobrevivência.

Viçosa, cidade situada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais também se torna retrato dessa realidade relatada por Guazelli (1979). Enquanto, por um lado, tem-se uma Universidade Federal, gerando alta tecnologia, tem-se grande concentração de pobreza.

O presente estudo buscou a caracterização das organizações sociais que atendem a crianças na primeira infância no Município de Viçosa-MG, e, através de entrevistas realizadas com funcionários, obteve as representações dos mesmos sobre as variáveis relacionadas ao seu trabalho e à instituição como um todo.

Para isso foi preciso entender primeiramente, a história da infância no Brasil, os marcos históricos da legislação sobre este tema até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Tornou-se necessário ainda entender o que é o terceiro setor, a filantropia, e políticas públicas.

O que justifica a relevância de pesquisas voltadas para o estudo das instituições que prestam atendimento a primeira infância em situação de vulnerabilidade social, é a possibilidade de reconhecer se existem bons serviços prestados e valorizá-los, e analisar as eventuais falhas existentes, trazendo para o município a possibilidade da criação de políticas públicas que venham somar a esses possíveis benefícios encontrados, e corrigindo assim as falhas que por ventura existam.

O tema demonstrou fértil campo para investigação, pois as instituições filantrópicas que atendem às crianças têm aumentado no município de Viçosa com o principal intuito de constituir-se em uma estratégia para minimizar as situações de

desigualdade social, na medida em que seja incorporada à nova concepção de assistência enquanto direito exigível, vocacionada para o atendimento das necessidades sociais e para o enfrentamento da pobreza.

Um dos pontos iniciais dessa pesquisa foi verificar a forma de atuação dessas instituições na vida e formação dos assistidos e suas famílias, além de verificar também qual tem sido o papel do Estado em suas obrigações e deveres contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente onde se diz que a prioridade de atendimento se faz necessário ao atendimento da infância e da adolescência. Além disso, estar colaborando na elaboração de políticas públicas que venham somar e direcionar tais trabalhos, para uma promoção social dos assistidos.

Através dos dados apresentados por Cruz (2014), notamos a realidade do crescimento populacional no município de Viçosa, principalmente nas últimas décadas, tornando-se uma grande dificuldade por parte do poder público o controle deste crescimento. Reconhecemos que os trabalhos sociais têm sido desenvolvidos tanto pelo poder público, quanto pelas entidades filantrópicas ou terceiro setor, com a finalidade de assistir aos menos favorecidos, buscando alternativas para melhorar a qualidade de vida do município de Viçosa.

Como objetivo principal, essa pesquisa se pautou em conhecer as representações dos professores e responsáveis (coordenadoras e diretoras) das entidades sociais de atendimento a Educação Infantil no Município de Viçosa – MG.

Como objetivos específicos, buscou-se a caracterização das instituições sociais e filantrópicas do município de Viçosa - MG, em especial as que trabalham em atendimento às crianças das camadas populares que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade social; além de analisar as representações dos funcionários, sendo eles professores, coordenadores e diretores; e compreender qual o papel exercido pelo poder público em relação ao trabalho realizado pelas entidades filantrópicas no município de Viçosa – MG.

Em face desse cenário, um questionamento foi levantado: Qual a representação de professores e responsáveis de Educação Infantil nas instituições filantrópicas de Educação Infantil no Município de Viçosa?

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo objetivou apresentar o referencial teórico para ancorar esta pesquisa e foi subdividido em quatro itens: o primeiro, intitulado “ Percurso histórico da infância”; o segundo, intitulado “ Percurso legal da infância”; o terceiro “Institucionalização da infância” e, enfim, o quarto, intitulado “ Terceiro Setor e Políticas Públicas para infância”.

2.1 - Percurso histórico da infância

Por não falar, a infância não se fala e não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. (...) Por isso é sempre definida por fora (Lajolo, 1997, p.226).

Até o século XII não se conhecia a infância, ou não se esforçavam por reconhecê-la. Este não reconhecimento devia-se a não importância dada a esta etapa da vida, visto que não havia lugar para infância na sociedade medieval. Isto não significa que as crianças fossem abandonadas ou desprezadas, mas assim que a criança conseguia viver sem os cuidados de sua mãe, passava a pertencer à sociedade dos adultos e deixava de se distinguir dela. Segundo Alberton (2005), ela não era considerada porque a sua sobrevivência não era garantida, devido à grande mortalidade naquela fase da vida. Cabe destacar que a infância era um tempo de transição que passava depressa e do qual a memória se esquece com igual rapidez (ARIÈS, 1964).

Há três séculos a infância não existia nos países do velho mundo para a grande maioria da população, pois após um período curto de dependência, ou de maior fragilidade, quando a criança estava começando a desenvolver-se fisicamente, já a transferiam para a vida da sociedade adulta. Faziam os mesmos trabalhos, jogavam os mesmos jogos, enfim, eram miniaturas de adultos. A ideia de família nuclear como unidade definida não existia. Não se falava sobre problema de relacionamento de grupos de crianças e adultos, porque não havia separação (ARIES, 1964).

Para Rousseau, essas organizações familiares formaram a mais antiga de todas as sociedades e a única natural, primeiro modelo das sociedades políticas, em que o pai representava a imagem do chefe enquanto os filhos representavam a figura do povo, vinculado pela necessidade de sobrevivência e de perpetuação do grupo. Essa ligação entre pais e filhos só existiria quando necessário fosse a permanência das crianças com os pais para sua conservação. Quando o período crítico de sobrevivência fosse superado, o dever dos pais de cuidados para com as crianças já havia sido cumprido e os filhos já não faziam parte dessa relação (MARTINS, 2009).

Na antiguidade, entre os babilônicos, a relação entre pais e filhos era ainda diferente. Martins (2009) relata que através de dispositivos como o Código de Hamurabi¹, esse tratamento era rígido, com punições duras, penas corporais de mutilação, açoites, assim como recebiam os adultos. Já na família romana, o vínculo das relações familiares era de submissão à pátria potesta.

1 - Monumento monolítico talhado em rocha de diorito que representa o conjunto de leis escritas. Seus pontos principais; lei de talião (olho por olho, dente por dente); falso testemunho; roubo e receptação; estupro; família; escravos; ajuda de fugitivos.

Segundo Ariès (1984), a transmissão dos valores e dos saberes e, de modo mais geral, a socialização da criança, não eram asseguradas pela família nem controladas por ela. A criança cedo se afastava dos pais e, pode-se dizer que durante vários séculos, a educação foi assegurada pelo aprendizado graças à coexistência da criança ou do jovem com os adultos. Aprendiam-se as coisas que era preciso saber, ajudando os adultos a fazê-las.

Segundo Martins (2009), as transformações tiveram início quando as crianças deixaram de sair junto de seus pais para serem confiadas a estranhos, no final da Idade Média. Passaram, então, a ser indispensáveis à vida cotidiana e a preocupação dos adultos em relação a elas passou a existir, ressaltando também a preocupação com a educação em uma escola.

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e insignificante para que houvesse tempo e motivos para a infância ser gravada na memória e conseguir afetar a sensibilidade. Sentimento bem superficial tanto pela família, quanto para os que a rodeavam que, se morresse alguma criança nos primeiros anos vida, o que acontecia com frequência, algumas pessoas poderiam ficar desoladas, mas, em geral, não se dava muita atenção ao fato, já que logo viria outra criança substituí-la. Assim, a família não tinha uma função afetiva, o que não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente (ARIÈS, 1964).

As trocas afetivas e os intercâmbios sociais efetuavam-se fora da família, num meio extremamente denso e caloroso, composto de vizinhos, amigos, amos e servidores, crianças, velhos, mulheres e homens, onde as inclinações pessoais se manifestavam sem terem que se sujeitar a limitações severas. A partir do século XVII ocorreram mudanças consideráveis sobre o novo lugar ocupado pela criança e pela família nas sociedades industriais. A escola substituiu o aprendizado como meio de educação e a criança deixou de se misturar aos adultos e de aprender a viver diretamente com eles. (ARIÈS, 1964)

Este lugar à parte para a criança deu-se com a interferência dos reformadores católicos ou protestantes, eclesiásticos, juristas ou homens do Estado o que, segundo Áries (1964), deve ser interpretado como uma grande moralização dos homens. E, de trezentos anos para cá, assistimos à extraordinária expansão das escolas, do desenvolvimento da família nuclear, e às noções de infância, adolescência e juventude.

No século XVIII, uma revolução sentimental ocorre a partir das ideias de igualdade e felicidade, proporcionando o desenvolvimento da amorosidade, e a família passou a ser aquilo que antes não era: um lugar de afeição necessária entre os esposos e entre pais e filhos. A família começa, então, a organizar-se em torno da criança, a dar-lhe uma importância que a faz sair do seu antigo anonimato. Ela deixa de ser apenas uma instituição de direito privado e assegura transmissão dos bens e do nome, para assumir uma função moral e espiritual. Os pais já não contentam em trazer os filhos ao mundo, mas oferecer a todos a preparação necessária para a vida. Entende-se que é a escola que garante esta preparação. Passa a ser considerado limitar o número de filhos, para melhor cuidar deles (ARIÈS, 1964). Também a partir do século XVIII passa-se a família formada, (pai, mãe filhos), a viverem em um mesmo teto, sendo o pai o responsável pela manutenção da mesma.

Os acontecimentos narrados pelos autores, com referência à Europa, não são diferentes para o caso do Brasil. Devido ao crescimento acelerado das grandes metrópoles no final do século XIX, principalmente Rio de Janeiro (quando ainda capital do país) e São Paulo, começam a surgir os problemas com crianças e os adolescentes.

Com o grande desenvolvimento industrial ocorrido principalmente na era Vargas (1930-1945) a necessidade de mão de obra surge com rapidez. Famílias se deslocam para estes grandes centros, à procura de sua subsistência, deixando as crianças, que até então viviam sob os cuidados dos pais e seus familiares, entregues a um outro contexto, soltas nas ruas, sem orientação, muitas vezes sem moradia, sem alimentação e educação adequada.

Estas famílias, que até então viviam praticamente da agricultura de subsistência, sofrem as consequências do capitalismo, aumentando cada vez mais a miséria, comprometendo a qualidade de vida, e gestando crianças desamparadas (ALVIM e VALADARES, 1988).

Para Gomes (2012), o principal problema com que se defronta o País é o de gerar fontes de emprego para sua numerosa e crescente população, sendo que grande parte da qual vegeta em setores urbanos marginalizados ou continuam na agricultura de subsistência.

Ainda em trabalho realizado por Gomes (2012), cita-se que a concentração dessa população desenraizada, nos grandes centros urbanos, acarreta uma hiperurbanização, formando “cinturões de miséria” em torno das grandes cidades brasileiras. A impossibilidade dos órgãos públicos atenderem à demanda dessas concentrações, com serviços essenciais, como saneamento básico, água tratada, rede de esgoto, transporte, entre outros, faz com que se acentue ainda mais essa imagem de uma comunidade rompida. O contraste, nas cidades, entre essas zonas periféricas e os outros bairros, demonstra que o desenvolvimento não está ocorrendo de maneira uniforme no espaço brasileiro.

Para Araújo (2010) a pobreza - causa eficiente da marginalização - embora sempre tenha existido em todas as épocas e em todas as partes da terra, aumenta e se avoluma consideravelmente à partir da década de 50. Esse agravamento, gerado pelo crescimento acelerado, chama a atenção dos que têm responsabilidade com o contexto social, político e econômico.

Ao mesmo tempo em que somos uma grande potência no mundo em riquezas naturais, somos também miseráveis na distribuição da renda existente no país, e mostra-se um grande desnível. Enquanto algumas camadas da população desfrutam do progresso da ciência, da tecnologia e de bens de consumo, semelhantes aos dos países mais desenvolvidos, outros vivem buscando uma simples sobrevivência.

A classe pobre passa a ser uma classe marginalizada, uma população sem participação imediata e direta no processo social de produção, distribuição, circulação, troca de consumo final de bens e serviços, ou ocupando posições de subemprego ou desemprego (ARAÚJO, 2010).

Constata-se uma cultura de pobreza, cultura essa que leva o marginalizado a um aceite de sua pobreza, como uma fatalidade, levando-o ao afastamento e a aceitação da vida de miséria, sem a pretensão de uma vida mais promissora.

Em meio a tantas discussões da classe menos privilegiada ou marginalizada, chegamos à discussão sobre a situação da infância das classes trabalhadoras, caracterizadas por um quadro de total desamparo no que diz respeito à nutrição, saúde, habitação, educação, etc. Essa classe tem sido marcada pelo assistencialismo e violência por parte dos dominantes.

Grande parte das crianças em nossa sociedade vive e se desenvolve em condições de extrema precariedade. Desde muito cedo são obrigadas a trabalhar de maneira a contribuir para o seu sustento e o da família. Convivem com a fome e têm o desenvolvimento de suas capacidades físicas e orgânicas gerais comprometidas. Outra avaliação salientada pelo Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais é o quanto as aspirações presentes nas relações familiares são decisivos para a formação do caráter da criança e interferem no seu desenvolvimento global. Sua instabilidade, desequilíbrio afetivo, introjeção do medo, percepção da violência em suas relações, vai se refletir profundamente na formação de seu caráter e de suas atitudes. Diante desse quadro, essa criança não encontrará condições que a propicie um desenvolvimento, considerado como ideal pela sociedade reinante, de sua linguagem e expressão, iniciando já uma vida de dependência e de submissão. Em resposta a esse anseio o Estado mostra com clareza o regime em que vivemos: escolas insuficientes e não condizentes com as necessidades das classes trabalhadoras.

A transformação dessa educação que temos hoje só se dará diante da conscientização e transformação da sociedade como um todo. Conscientização esta de reconhecimento das leis que nos asseguram a igualdade de todos, tanto em direitos quanto em deveres.

2.2 - Percurso legal da infância

Segundo Rizzini (2000), após a independência do Brasil em 1825, o mundo jurídico voltava-se para a reformulação da legislação penal (Código criminal de 1830). Os artigos referentes aos menores de idade tratavam de regulamentar a questão da responsabilidade penal.

No Código criminal de 1930, era dominante a preocupação fundada na ideologia cristã de amparar a criança órfã e desvalida, recolhendo-a em instituições destinadas à sua criação, mantidas pela Igreja Católica, com subsídio do governo. Os legisladores ocuparam-se com a regulamentação do ensino, tornando-o obrigatório e incentivando a criação de escolas, bem como facilitando o acesso das

crianças pobres. Porém, tais escolas não eram na realidade destinadas a todos. Não eram permitidas a “meninos que padeceram moléstias contagiosas; e aos que não haviam sido vacinados e também aos escravos” (Decreto 1.331 A, 1854). Quanto às crianças indígenas, essas nem eram mencionadas (RIZZINI, 2000).

RIZZINI (2000) continua relatando que, a partir da segunda metade do século XIX, destaca-se a legislação referente ao processo de libertação dos escravos, impulsionada pelo movimento abolicionista. Um interesse crescente em relação à criança, em particular aos cuidados a elas ministrados pela família, liderado pela medicina higienista, notabilizou-se, abrindo caminho para a intervenção jurídica que ganharia força na passagem do século.

Por fim, RIZZINI (2000), declara que havia claramente a intenção de reprimir a delinquência, como indicam as leis penais da época. Contudo, tal delinquência não chegava a ser uma ameaça que ultrapassasse o controle das autoridades policiais e jurídicas.

Já na passagem do século XIX para o XX, período de grandes transformações políticas e sociais, RIZZINI (2000) relata que a esfera jurídica tornou-se a protagonista da formulação do problema das crianças e da busca de soluções para o mesmo, marcando um novo ciclo da trajetória da legislação brasileira relativa à infância. A autora destaca os seguintes pontos:

As duas primeiras décadas do século XX foram caracterizadas pelo debate em torno da Assistência e da Proteção relativa à infância, sobretudo nas arenas políticas dos legisladores do Distrito Federal. Ideias e ações provenientes dos setores da caridade e da filantropia (sobretudo médica e jurídica) interligam-se e é estabelecida uma forte aliança entre Justiça e Assistência. O período foi dos mais profícuos em termos do número de leis produzidas.

Defendia-se a criação de uma legislação especial para crianças, sob a tutela oficial do Estado, a exemplo do que ocorria em outros países da Europa e nos Estados Unidos. Ideias discutidas em congressos internacionais sobre o problema do aumento da criminalidade infantil e juvenil serviam de base para que se pleiteasse uma “nova justiça”, na qual a educação (para o trabalho) e a recuperação (com base no trabalho) deveriam prevalecer em detrimento da punição (RIZZINI, 2000).

De 1906 a 1927 (ano em que foi promulgado o Código de Menores), em seu artigo, RIZZINI (2000) descreve que diversos projetos de lei foram debatidos com o objetivo de regulamentar a proteção e a assistência à infância. Medidas de prevenção, proteção e assistência eram gestadas, visando o acolhimento da criança abandonada (física e moralmente).

Em 1921, o Congresso aprovou a “Organização Geral da Assistência”, através de decreto que regulamentava o orçamento da União. Em 1923 foi criado o Juízo de Menores, tendo sido Mello Mattos o primeiro Juiz de Menores da América Latina.

Finalmente em 1927, o Decreto 17.943-A consolidou as “Leis de Assistência e Proteção aos Menores”, marcando o início de um domínio explícito da ação jurídica sobre a infância, diz a autora.

Continuando a descrição do marco histórico, RIZZINI (2000) relata que, um ano após a promulgação do Código de Menores, o fantasma da criminalidade associada a crianças voltava a incomodar, exercendo pressão para que se instituísssem leis mais duras. Estes períodos indicaram prenúncio de mudanças significativas no campo jurídico, espelhando a postura ambivalente da sociedade em relação à sua própria defesa e à necessidade de amparar a infância.

Instalado o governo Vargas, o projeto de reformulação do papel do estado teve repercussão direta na legislação para a infância, à medida que a situação de carência da criança era associada ao quadro social de pobreza da população. Uma série de leis criadas na passagem dos anos trinta para os anos quarenta focalizará, por um lado, a associação à maternidade, à infância e à adolescência, através de programas de educação e saúde, buscando-se estruturar políticas sociais básicas. O que ocorreu nos anos quarenta foi o prolongamento da inimputabilidade penal para a faixa dos dezoito anos. As “autoridades judiciais”, representadas pelos Juízes de Menores, até então protagonistas do processo, são confrontadas pela intervenção de novos setores, sobretudo os que encabeçam os programas de assistência social, ainda na década de mil novecentos e trinta. Surgem “conflitos de atribuição” entre as esferas normativas e executivas.

Segundo Silva (2007), a partir da promulgação do Código Penal de 1940, passou-se a discutir a necessidade premente de revisão do Código de Menores. Alegava-se que o código não poderia ser exclusivamente jurídico, mas ter um

caráter social: preventivo, curativo e assistencial. Em 1979 efetiva-se a primeira reformulação do código, não sendo possível reunir suficientes adesões no congresso nacional para substituir a lei vigente. O fato é que, em lugar de reformulação da lei, o que ocorreu foram modificações de caráter provisório na legislação penal, sob a forma de lei de emergência (Decreto nº 6.026, de 1943). Os conflitos se estendiam ao questionamento do papel da autoridade judiciária dentro de uma esfera jurídica. Muitas ideias foram gestadas nos anos cinquenta, nos governos Dutra, em 1951 e Kubitschek, em 1956, incentivadas pelo debate em torno da legislação referente à infância. Diversos esboços de projetos de lei defendiam os seguintes pontos: a criação de uma fundação de âmbito nacional; a instituição de um Conselho Nacional de Menores; o estabelecimento de uma política especial para menores e o restabelecimento da instituição executora (na época o SAM – Serviço Nacional de Menores) subordinada ao juízo de menores.

Em 1951 surgiu um projeto de lei, de autoria de um deputado amazonense, com o seguinte enunciado “reforma o Código de Menores e estabelece o Estatuto Social da Infância e da Juventude”. O Projeto nº 1.000-56, denominado “Novo Código”, parecia anunciar que a revisão finalmente se efetivava. Contudo em 1957, juízes e representantes do Ministério Público elaboraram emendas ao Anteprojeto nº 1.000-56, em tramitação no Congresso Nacional, reconhecendo os direitos especiais dos menores e descrevendo todos os direitos indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade. Em 1959, o movimento que levou à elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, veio colaborar para uma reforma que garantisse o respeito aos direitos da criança. Entretanto o atribulado cenário político da época não reuniu condições para a concretização da almejada revisão legislativa (RIZZINI, 2000).

Nos anos 60, com a instituição de uma política de segurança nacional, instaurada pelos militares a partir do golpe de 64, interrompe o caminhar dos debates. O Projeto, elaborado por uma Comissão formada pelo ministro da Justiça João Mangabeira (1963), teve parte de suas propostas incluídas na Lei 4.513, de 01.12.1964, que criou a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. As propostas mantidas eram: extinção do SAM e criação de uma Fundação Nacional, subordinada à Presidência da República, com autonomia administrativa e financeira; com a

finalidade de “orientar”, estabelecer e executar a política nacional de assistência a menores.

No final da década de 60, ganharam novas tentativas de revisão do Código de 1927, sem sucesso. A época era de intensa repressão, repercutindo na legislação sob variadas formas de controle social e cerceamento dos passos dos menores, através das leis de censura, tentativa de rebaixamento da inimputabilidade penal para 16 anos, restabelecimento do critério de discernimento para aqueles que cometessem infrações penais a partir de 14 anos, aplicação das medidas de privação da liberdade, ou seja, o ressurgimento de velhas propostas que aparentemente haviam sido superadas.

Já nos anos 70, reproduziu-se a continuidade dos embates anteriores em torno da legislação, acirrando posições divergentes a respeito da oficialização de um Direito Menorista, (posição liderada por um grupo de juristas do Rio de Janeiro ligado à Associação de Juízes de Menores) versus uma legislação que contemplasse a garantia dos direitos dos menores (posição encabeçada pelo Ministério Público de São Paulo). Vence a Associação de Juízes de menores. Em 1979, Ano Internacional da Criança, o país promulga a Lei Nº 6.697/79, que institui o novo Código de Menores, introduzindo o conceito de “menor em situação irregular” (RIZZINI, 2000).

Prosseguindo, é curta a vigência do Código de 1979. Os ares democráticos que caracterizaram os anos 80 rejeitaram as práticas repressivas impostas por lei e abriram espaço para o que se acredita ser a mais significativa reformulação da história da legislação para a infância. Anos de debate, denúncias e demonstrações públicas de desagrado em relação ao Código, conduziram a movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente, sem precedentes no país.

O tema foi especialmente contemplado na Carta Constitucional de 1988(Art. 227) e culminou na elaboração do Projeto do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a participação de diversos segmentos da sociedade civil.

Assim a lei nº 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi promulgada no ano de 1990. Seus pressupostos, baseados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), fizeram ressurgir algumas ideias acalentadas no passado.

O Estatuto foi promulgado no bojo de um processo de abertura política, após duas décadas de regime ditatorial e quase 60 anos de tentativas de reformulação do Código de 1927. Partiu-se da concepção de “sujeito de direitos”, preconizando, assim, a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais.

Como tendência, os acordos firmados internacionalmente em torno dos direitos da criança levarão ao deslocamento do foco da ação por parte do Estado, superando-se o paradigma anterior de Estado de Bem-Estar. Paralelamente, força-se um redirecionamento das atribuições do Estado e do papel da família e da sociedade, como se vê claramente no Art. 227² da Constituição Federal de 1988 e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 (RIZZINI, 2000).

Pino (1990) relata que o Estatuto da criança e do Adolescente, além de representar um grande avanço legal na eliminação de velhas ideologias em relação à infância, coloca de forma nem sempre explícita, a importância da educação para aquelas crianças e adolescentes previamente condenados à marginalidade social e cultural e à participação marginal no processo de produção. Resgatar, na ação prática, o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades reais para todas as crianças e adolescentes do país é tarefa de todos, sociedade civil e política, mas engaja de maneira particular os educadores, cujo trabalho principal é a formação das novas gerações. Por isso, é importante que não se perca, nas letras frias da lei, a conquista social obtida na elaboração da Carta de Direitos que é o Estatuto.

2 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

2.3 - Institucionalização da infância

O contexto histórico do surgimento destas instituições é ainda marcado por mudanças no interior da organização familiar, que assume o modelo nuclear, e ao desenvolvimento de teorias voltadas para a compreensão da natureza da criança, marcada pela inocência e pela inclinação às más condutas.

Podemos verificar uma tradição de internação de crianças e adolescentes em instituições no Brasil. Foram criados em nosso país, desde o período colonial, colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes de artífices, educandários, reformatórios, entre outros modelos institucionais que variaram de acordo com as tendências educacionais e assistenciais de cada época (ARRUDA, 2006, p.19).

Surge, em 1549, a Congregação Religiosa Companhia de Jesus³, que tinha como objetivo converter os nativos. Visualizando a dificuldade de evangelizar os adultos, passou a ser prioridade o ensino das crianças, já que estas poderiam mediar a conversão dos mais velhos. Diante disso, foram criadas as Casas dos Muchachos, custeadas pela Coroa portuguesa, onde abrigavam os “curumins” ou “meninos da terra”.

Segundo Arruda (2006), posteriormente, estas Casas foram também ocupadas por órfãos e enjeitados de Portugal:

Os castigos eram frequentes nas Casas, principalmente àqueles que fugiam delas. Entretanto, os padres não tinham o costume de aplicar pessoalmente os castigos delegando a alguém de fora da Companhia essa tarefa. (ARRUDA, 2006, p.20).

Arruda (2006) salienta também que, devido aos problemas com os meninos que chegavam à puberdade, como a própria dificuldade na evangelização dos adultos, levaram os padres a utilizar o temor e a sujeição para converter, estruturando, assim, um sistema rígido de disciplina, vigilância e castigos corporais.

3 – Ordem fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional.

Durante a escravidão, não havia um mercado propriamente dito de crianças cativas: *As transações se faziam com frequência nas etapas finais da infância* (ARRUDA, 2006, p.22). O principal objeto de investimento senhorial eram as mães e não seus filhos. As crianças que escapavam da morte perdiam cedo seus pais, ou pela morte ou por mudança do local de trabalho. Entretanto, não ficavam sozinhas, pois havia uma rede de relações sociais escravas, especialmente do tipo parental. Desta forma, os pais providenciavam um padrinho ou madrinha para seus filhos assim que nasciam com o intuito de não deixá-los abandonados.

Já no século XVIII, surgem as primeiras instituições com o objetivo exclusivo de proteger a infância desvalida no Brasil: as Rodas dos Expostos e os Recolhimentos para Meninas Pobres.

A Roda dos Expostos⁴, relata Arruda (2006), tinha por finalidade dar proteção aos bebês abandonados. Este sistema foi criado na Europa medieval, procurando garantir o anonimato dos expositores, estimulando-os a levarem os bebês para a roda, ao invés de abandoná-los nos bosques, ruas, lixo, etc. Desta forma, defendiam a honra das famílias cujas filhas engravidaram antes do casamento.

Segundo Galvão (2005), este recurso foi estimulado tanto pelas instituições religiosas quanto pelo Estado e se caracterizava por *"recolher crianças recém-nascidas, filhas ilegítimas de mulheres livres que, pela moral da época, causavam escândalo social para as famílias nobres"* (Galvão, 2005, p.10). Entretanto, como era impossível dar conta de todas as crianças abandonadas, uma vez que o encargo com os expostos era uma tarefa pesada, custosa e difícil, muitas destas crianças acabavam por perambular pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas e pequenos furtos.

4 - Mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. O mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia.

Com relação aos Recolhimentos, levanta Arruda (2006), estes seriam complementares à Roda. O principal objetivo era proteger a honra das meninas, além de oferecer-lhes instrução e treinamento pessoal e fornecer um dote para um futuro casamento. Porém, ressalta a autora, era possível verificar divisores raciais e sociais nestes estabelecimentos: às meninas “órfãs brancas” era oferecida uma formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas de casa enquanto às “meninas de cor” apenas recebiam formação de empregadas domésticas e semelhantes. Em tais abrigos, exercia-se um intenso controle sobre a sexualidade (ARRUDA, 2006).

Galvão (2005) ressalta que a infância desponta como parte da questão social no final do século XIX, a partir da adoção do modelo republicano, marcado *pela industrialização e pelo crescimento de duas grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, pela abolição da escravidão, pela criação da força de trabalho livre urbana e forte onda de imigração do estrangeiro* (Galvão, 2005, p.10).

Desta forma, tanto o processo de industrialização, bem como o crescimento demográfico, a concentração urbana das populações e o aumento dos índices de pobreza colocaram em evidência as crianças abandonadas e/ou infratoras. Isto levou a uma exigência de respostas do Estado à questão social que vinha se configurando, pois as instituições filantrópicas que atendiam adolescentes opunham-se ao acolhimento dos jovens “incriminados judicialmente”.

Diante de tantas pressões o Estado criou várias instituições de regime prisional para o atendimento destes menores no Brasil. Assim, em 1902, surge o Instituto Disciplinar de São Paulo, posteriormente chamado de Reformatório Modelo, onde se encontravam instaladas várias unidades da FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. O objetivo era a recuperação do jovem infrator.

O movimento para elaboração de leis que protegessem e assistissem a infância culminou tanto na criação, no Rio de Janeiro, do primeiro Juízo de Menores do país, como na aprovação do Código de Menores, de 1927. A criança era encarada como um problema a ser resolvido. Tais visões partiam, portanto, sempre de uma violação de direitos na qual a criança violava ou era violada e deram origem à “doutrina da situação irregular”; e no plano social originaram a categoria “menor”, termo carregado de conotação pejorativa. Foi essa “doutrina da situação irregular” que orientou os artigos do “código de menores” de 1927 e 1979.

Segundo Galvão (2005), após a criação do primeiro Código de Menores, crianças e adolescentes deixaram de ser objeto de caridade, passando a ser foco de políticas públicas. O Código trazia o ideário higienista, propondo-se a difundir “as noções elementares de higiene infantil entre as famílias pobres, destacando-se a necessidade de vacinação e de proteção às crianças, aos doentes e aos moralmente abandonados” (VIEIRA, 2003).

Contudo, havia muito preconceito na maneira como eram rotulados os jovens infratores:

A produção discursiva de todo o período da forte presença do Estado no internamento de menores é fascinante, pelo grau de certeza científica com que as famílias populares e seus filhos eram rotulados de incapazes, insensíveis, e uma infinidade de rótulos (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

A interferência do poder disciplinar dos higienistas e do poder médico contribuiu para que a assistência à infância se tornasse um serviço especializado, diferenciado, com uma finalidade específica. Deste modo, ao apresentar um desvio de conduta, tanto crianças como adolescentes deveriam ser estudados, examinados e qualificados, buscando um enquadramento dentro dos padrões morais, físicos, sociais, afetivos e intelectuais.

Foi construído, então, o modelo de família nuclear burguesa, que permanece sob a tutela dos médicos:

Detentores do saber-poder e filhos da ciência, eles serão aqueles que orientarão a todos como se comportar, morar, amar, relacionar-se sexualmente, comer, dormir, trabalhar, viver, criar os filhos e, até mesmo, como e onde deverão ser enterrados (BASTOS, 2002).

Vieira (2003) ainda ressalta que, dentre os especialistas responsáveis pela questão do “menor”:

Destacam-se o higienista, que devia se preocupar com as questões relativas à saúde, nutrição e higiene; o educador, que devia cuidar da disciplina, instruir e tornar o menor apto para se reintegrar à sociedade e o jurista, que devia garantir, pela lei, essa proteção e assistência (Vieira, 2003, p.09).

Levanta Arruda (2006) que em 1941, no Rio de Janeiro, é implantado pelo governo de Getúlio Vargas o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Neste período, era preciso intervir junto ao jovem infrator em nome da defesa nacional. O SAM criou fama de “fabricar criminosos”.

Galvão (2005) relata que o SAM vai ao encontro dos princípios estabelecidos no Código de 1927, reconhecendo que o jovem (delinquente ou abandonado) necessita passar por um processo de ressocialização, pautado na coerção, para que distorções fossem corrigidas, possibilitando sua reintegração na sociedade. O SAM, no geral, tinha por base a internação. Neste período, surge grande parte dos reformatórios, casa de correção e orfanatos, todos com uma organização similar aos do sistema penitenciário.

Através destas discussões, Arruda (2006) ressalta que o Juizado de Menores de São Paulo instituiu, através da Lei de Colocação Familiar, o Serviço de Colocação Familiar, em 1949. Tinha por objetivo evitar a internação dos jovens, garantindo-lhes *“o direito a um ambiente familiar e com recursos materiais possibilitadores de atendimento às suas necessidades naturais de crescimento e desenvolvimento”* (Arruda, 2006, p.30). Com esta medida de caráter assistencial, pretendia-se substituir as medidas correccionais repressivas de até então. Esta lei permitia, além da ação de colocação em lar substituto, o atendimento do menor em seu próprio meio familiar.

Em 1964, com o golpe Militar, desponta um governo marcado pela restrição de direitos. O SAM foi extinto e é instituída, neste regime, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) e, como agente executora desta política, surge a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Desta forma, a questão do jovem infrator é inserida nos aspectos psicossociais da política de segurança, uma vez que problemas sociais tais como o abandono e corrupção de menores poderiam desencadear uma desestabilização da ordem vigente (GALVÃO, 2005).

A família passa a ser defendida como valor universal e única solução para atingir o bem-estar do jovem infrator. Assim, punia-se com a perda do poder familiar os pais que não tivessem a possibilidade de prover as necessidades básicas das crianças e adolescentes. Portanto, recai sobre a família a responsabilidade pelo abandono e “delinquência”.

Entretanto, segundo Arruda (2006), apesar da tônica de não internação, a censura e o silêncio auxiliavam poderosamente os oficiais a manterem a política de internação *“nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população”* (Arruda, 2006, p.31).

Em 1979 é instaurado o novo Código de Menores, que expõe as famílias, por sua situação de pobreza, à intervenção do Estado. A figura central dos “códigos de menores” era o Estado, que por meio do “juiz de menores” decidia, de modo autoritário e isolado, o destino da criança ou do adolescente em “situação irregular”, como eram considerados aqueles destituídos de vínculos familiares ou cujas famílias não tinham condição de sustentabilidade econômica, vítima de maus-tratos, autores de atos ilícitos ou ainda tidos como “inadaptados”. Os “códigos de menores”, assim, eram claramente destinados a uma parcela determinada da população das crianças e adolescentes, aquelas advindas das classes populares, no sentido de sua repressão e tutela, geralmente por meio da institucionalização, e sem a criação de qualquer obrigação para o Estado.

Para os movimentos sociais pela infância brasileira, a década de 1980 representou importantes e decisivas conquistas. A organização dos grupos em torno do tema da infância era basicamente de dois tipos: os menoristas e os estatutistas. Os primeiros defendiam a manutenção do Código de Menores, que se propunha a regulamentar a situação das crianças e adolescentes que estivessem em situação irregular (Doutrina da Situação Irregular). Já os estatutistas defendiam uma grande mudança no código, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeito de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral. O grupo dos estatutistas era articulado, tendo representação e capacidade de atuações importantes.

Após a criação da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, foi instalado, em 1987, o SOS Criança, que agiu como uma central de triagem e encaminhamento de crianças e adolescentes para um abrigo. Arruda (2006) cita que em 1990 é incluído o artigo 227 na Constituição Federal, e ainda no mesmo ano, é instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA. Trata-se de um marco para os direitos da população infanto-juvenil brasileira. Desta forma, instala-se o paradigma de direitos e proteção integral à criança e ao adolescente. Portanto, é determinada uma nova forma de gestão participativa entre Estado e Sociedade.

A partir do ECA, afirma Galvão (2005), passa-se a exigir um novo padrão de atuação do Poder Público. Houve uma descentralização, uma ampliação das responsabilidades do poder local, assim como um desenvolvimento da política social. Para tal fim, foram criados os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais

da Criança e do Adolescente que, de acordo com Bastos (2002), “*constituíram-se enquanto órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis*” (Bastos, 2002, p.18). Com relação à sociedade civil, foi conferido o direito de participação na definição de diretrizes e acompanhamento do programa através do Conselho de Direitos e Conselho Tutelar.

De acordo com Vieira (2003), é estabelecida uma periodização de mudanças paradigmáticas com relação às proposições de políticas públicas ocorridas com o foco na infância e juventude. O primeiro período é o Modelo “Correcional – Repressivo e Assistencialista”, que teve início com a promulgação do primeiro Código de Menores, em 1927. O segundo período é demarcado em 1964, com a instituição da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM): o Modelo “Assistencialista e Repressor”. Já o terceiro, surge em 1988, com a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal: é a “Doutrina de Proteção Integral”.

Assim, conclui-se que a constituição dos atuais abrigos tem suas raízes na trajetória histórica, advindo de tendências educacionais e assistenciais diferentes, podendo ser observadas até mesmo práticas higienistas. Verifica-se, ainda, nesta passagem histórica, a interferência da religião no acolhimento de crianças e jovens abandonados, com o objetivo de conversão e adequação às regras, disciplinas e valores morais da época. Com o avanço da tecnologia e industrialização, surgiu uma nova demanda social, onde o Estado passou a intervir nesta população com o objetivo de ressocializar o jovem marginalizado e infrator para reinseri-lo na sociedade. Entretanto, tais práticas ficaram apenas na teoria, enquanto na realidade se caracterizaram por instituições de caráter punitivo, correcionais e repressoras.

Diante do abuso de poder e de medidas corretivas ineficientes, surge a criação de leis protecionistas às crianças e adolescentes, que visam garantir seu bem-estar e qualidade de vida, ainda que fora do ambiente familiar, com a criação de abrigos que acolhessem estes menores na impossibilidade de estarem em seus lares, provendo-lhes e assegurando seus direitos estabelecidos.

2.4 - Terceiro Setor e Políticas Públicas para infância

Segundo FERNADES (2002), o Terceiro Setor refere-se a iniciativas privadas que não visam ao lucro, iniciativas essas que surgem na esfera pública e que não são feitas pelo Estado, nem empresa, nem governo, mas sim por cidadãos que escolhem participar de modo espontâneo e voluntário em um sem-número de ações que visam ao interesse comum. Homens e mulheres nos últimos anos têm criado e ampliado seus espaços de liberdade e de participação.

Contrapondo a lógica do lucro que orienta a ação das empresas no mercado, iniciativas empreendidas por cidadãos afirmam o valor da solidariedade. Um terceiro setor-não lucrativo e não governamental existe hoje no interior de cada sociedade, com o setor público estatal e com o setor privado empresarial.

Para Fernandes (2002), o terceiro setor é de tal relevância que se pode falar de uma “virtual revolução” a implicar mudanças gerais nos modos de agir e pensar. As relações entre o Estado e o mercado, que têm denominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura, as associações voluntárias.

Fernandes (2002) continua afirmando que o conceito de Terceiro Setor denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. Nesse caso, bens e serviços públicos implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. Os bens dessas organizações não podem ser apropriados pelos produtores e nem se tornam patrimônio particular. Todo e qualquer excedente devendo ser reinvestido nos meios para a produção dos fins estipulados, devem ser de consumo coletivo.

Partindo de um pressuposto democrático, Silva (2007) presume que a filantropia não se limita ao âmbito do Estado, mas inclui a cidadania. Entende-se que a vida pública não é feita apenas de atos do governo, mas também da atividade cidadã. É importante salientar a diferença e semelhança que há entre o terceiro setor e o governo: ambos devem cumprir uma função eminentemente coletiva. O poder ou o lucro não constituem razões suficientes para a ação dos que ali buscam cumprir uma tarefa, sendo mais proeminente a vontade de poder contribuir com um mundo diferente do que temos presenciado, tendo a prática da cidadania e do amor

ao próximo como elemento que surgem acima de qualquer vaidade. Temos então que o conceito de Terceiro Setor denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos.

Este é o sentido positivo da expressão. Bens e serviços públicos, não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. Benefícios auferidos pela circulação desses bens não podem ser apropriados pelos seus produtores e nem mesmo conseqüentemente gerar um patrimônio particular.

Dizer que são “não governamentais” implica designar iniciativas e organizações, que, enquanto tais, não fazem parte do governo e não se confundem com o poder do Estado. Não estão no governo agora e não farão parte do governo no futuro. Diferem dos partidos políticos, cuja função consiste justamente em estabelecer vínculos institucionais de passagem da sociedade para o governo e vice versa.

No Terceiro Setor, Silva (2007) presume que as organizações devam prestar serviços coletivos que não passam pelo exercício do poder de Estado. Enquanto os serviços oferecidos pelo Estado são financiados por impostos compulsórios, os serviços oferecidos pelo Terceiro Setor dependem, em grande medida, de doações voluntárias. O setor sobrevive porque, em algum momento, a busca do lucro dá lugar a uma doação. Sua existência envolve uma troca triangular, pela qual alguns dão para que outros possam receber. Incluir despesas alheias na minha contabilidade é a expressão econômica da tese moral que alimenta a dinâmica do Terceiro Setor, importar-se com o outro é parte construtiva da consciência individual. Palavras como gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza, entre outros, são as moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor. Quanto mais sonoras e convincentes forem, maiores recursos advirão para as atividades que o compõem.

Ser “não-governamental” e “não lucrativo”, não significa estar em outro mundo. O Terceiro Setor não é feito de matéria angelical, mas do trabalho de muitos, cujas características próprias lhes são dadas justamente pela negação do lucro ou do poder do Estado. Exercitar e promover a adesão voluntária aos valores enquanto fim em si mesmo é a sua razão de ser específica.

Enfim, o Terceiro Setor enquanto não governamental e não lucrativo é, por sua vez organizado, independente, complexo e mutante; mobiliza os recursos e os vínculos de solidariedade que dão sentido plural e ativo à cidadania.

Segundo Fernandes (2002), os principais personagens do terceiro setor são:

As Fundações, entidades que financiam o terceiro setor, fazendo doações às entidades beneficentes. Temos também no Brasil as Fundações Mistas que doam para terceiros e ao mesmo tempo executam projetos próprios.

As ONGs referem-se de modo geral a qualquer organização que não possui vínculo com o governo. Organização da sociedade civil, Terceiro Setor ou Setor sem fins lucrativos, são alguns sinônimos de ONGs. São grupos organizados que possuem a função social e política em sua comunidade ou sociedade, possuem uma estrutura formal e legal. Estão relacionadas e ligadas à solidariedade, não perseguem lucros financeiros, possuem considerável autonomia.

Empresas com Responsabilidade Social - trata-se do papel que as corporações podem ter na promoção da saúde e segurança de seus funcionários, proteção do meio ambiente, luta contra a corrupção, apoio em casos de desastres naturais e respeito aos direitos humanos nas comunidades em que opera. O conceito de responsabilidade social vai além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.

Entidades Benéficas são as operadoras de fato. São conjuntos organizados com especificidades diferentes que promovem a carentes, idosos, meninos de rua, drogados e alcoólatras, cuidam de cegos, surdos, surdos-mudos, dentre outros.

Ao pensarmos em ações voltadas à infância no Brasil, buscamos compreender o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à criança na faixa etária de 0 a 6 anos, e necessário se faz analisar o percurso histórico do seu atendimento, suas possibilidades e seus limites em uma perspectiva contextualizada, devendo-se considerar a estrutura socioeconômica e política na qual se desenvolvem.

Esta compreensão anuncia-se como o primeiro passo na perspectiva de superar concepções que, ainda, desconsideram a indissociabilidade entre o cuidar e

o educar e que estão presentes tanto nas instituições, quanto nas concepções dos responsáveis pela formulação de políticas que visam o atendimento da criança em diferentes contextos sociais.

Nesta perspectiva, é pertinente discutir a configuração das atuais políticas de atendimento à criança, evidenciando a forma como as mesmas foram redirecionadas pelas políticas neoliberais e pelas diretrizes dos organismos internacionais, dentre os quais, se destacam as ações do Fundo das Nações Unidas para infância – UNICEF, que tem entre seus objetivos principais apoiar ações destinadas à melhoria da qualidade de vida das crianças.

Segundo O'Donnell (1996), a política pública pode ser entendida como um conjunto de ações e omissões que manifestam uma determinada modalidade de intervenção do Estado em relação a um problema que desperta a atenção, o interesse ou a mobilização de outros atores da sociedade civil. Nesse entendimento, pode-se dizer que a mesma não se constitui um ato reflexo, nem uma resposta isolada, mas sim em um conjunto de iniciativas e respostas, manifestas ou implícitas, que observadas em um momento histórico e em contexto determinado, permitem inferir a posição do Estado frente a uma questão que envolve setores significativos da sociedade.

Historicamente, segundo Silva (2007), essas políticas foram sendo dimensionadas tendo como suporte a luta dos movimentos sociais, pressionando o Estado brasileiro para que o mesmo adotasse políticas voltadas à criança, garantindo os direitos fundamentais dos cidadãos de 0 a 6 anos, o que só foi aprovado pela Constituição Federal de 1988.

Ainda segundo Silva (2007), a formulação de uma política pública emerge inicialmente dos anseios da sociedade e requer necessariamente a mobilização de diversos sujeitos, tanto da sociedade civil quanto do Estado, que através da discussão e argumentação fundamentadas em ideias, identificam os diversos interesses de um determinado segmento da sociedade, constituem um movimento de luta constante para a garantia da inclusão de suas reivindicações na agenda política, para que posteriormente, possam ser regulamentadas como políticas públicas, onde a partir desta visibilidade conquistada para a questão em pauta, formulam-se ações, traçam-se alternativas a serem adotadas.

Silva (2007) ressalta que, nesta continuidade, busca-se implementar as políticas públicas desenvolvendo ações para efetivação e garantia dos direitos, distanciando-se da ideia tecnocrata, que credita à população e aos técnicos a ideia de passividade, como se estes não fossem sujeitos sociais capazes de intervirem e modificarem o percurso planejado.

Ainda segundo Silva (2007), embora as políticas públicas sejam promovidas pelo Estado, estas não são exclusivas do mesmo, pois no seu percurso vários interesses se manifestam, as lutas de classes acirram a disputa por seus ideais, mas muitas vezes o que prevalece são os interesses dos indivíduos privados. Este Estado, para Poulantzas (1977), é organizado como unidade política de uma sociedade com interesses econômicos divergentes, não interesses de classes, mas interesse de “indivíduos privados”, sujeitos econômicos.

Em qualquer circunstância, ao pensar em políticas públicas, há de se considerar como necessária a participação política da sociedade civil. Esta deve ter sempre presente que as políticas não são neutras, pois, por traz de seus ideais estão representados interesses que se agregam ao longo da história a interesses principalmente econômicos, de classes já dominantes ou de classes que ainda querem dominar.

2.5 – Educação Infantil – Creche e Pré-escola

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Segundo Antunes (2006), também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual.

Ainda segundo Antunes (2006), a educação infantil no Brasil é ofertada em creches, pré-escolas, escolas, centros ou núcleos de educação infantil, independentemente da denominação ou do nome fantasia que adotem. As instituições de educação infantil podem ser públicas ou privadas. As públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público federal, estadual, distrital ou municipal (LDB, art. 19, inciso I). As instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (LDB, art. 19, inciso II) e se organizam em dois grupos: as particulares com fins lucrativos e as comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos definidas da seguinte forma:

- instituições comunitárias: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (LDB, art. 20, inciso II);

- instituições confessionais: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem à orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior (LDB, art. 20, inciso III);

- instituições filantrópicas: são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, de direito privado, e possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

Todas as instituições de educação infantil localizadas em um município, tanto as públicas quanto as privadas, integram o respectivo sistema de ensino estadual, distrital ou municipal (LDB, art. 18, incisos I e II).

Segundo Campos (1995), a regulamentação é o conjunto de leis e normas que orienta a criação, a autorização, o funcionamento, a supervisão e a avaliação das instituições de educação infantil. Os sistemas de ensino têm autonomia para complementar a legislação nacional por meio de normas próprias, específicas e adequadas às características locais. O município que não organizou o sistema municipal de ensino, bem como não implantou o Conselho Municipal de Educação (CME), permanece integrado ao sistema estadual e segue as normas definidas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

Nas cidades em que o sistema municipal de ensino foi organizado, a competência da regulamentação da educação infantil é do Conselho Municipal de

Educação (CME). De modo geral, as normas abordam critérios e exigências que balizam o funcionamento das instituições de educação infantil, tais como:

- formação dos professores;
- espaços físicos, incluindo parâmetros para assegurar higiene, segurança, conforto;
- número de crianças por professor;
- proposta pedagógica;
- gestão dos estabelecimentos;
- documentação exigida.

O atendimento na educação infantil deve, portanto, observar leis e normas municipais, estaduais e federais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (MEC/CNE 2009), a Lei Orgânica Municipal, as exigências referentes à Construção Civil e ao Código Sanitário. Além disso, com vistas a contribuir com a implementação da política municipal de educação infantil, o MEC publicou documentos orientadores, tais como Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e Parâmetros Básicos de InfraEstrutura para Instituições de Educação Infantil. A adequada organização e estruturação do sistema de ensino é essencial para que a educação infantil se efetive como política educacional. Não basta o Conselho definir as normas, é preciso que a Secretaria de Educação oriente as instituições e dê os suportes técnico, pedagógico e financeiro necessários para que elas consigam se adequar às exigências da regulamentação. As instituições de educação infantil, por sua vez, devem promover as devidas adequações às regras do respectivo sistema de ensino.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, segundo DeVries (1998), tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29). Esse tratamento integral dos vários aspectos do desenvolvimento infantil evidencia a indissociabilidade do educar e cuidar no atendimento às crianças. A educação infantil, como dever do Estado é ofertada em instituições próprias – creches para crianças até 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos – em jornada parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. Essas práticas devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico, que deve ser

elaborado com a participação da comunidade escolar e extra-escolar e desenvolvido por professores habilitados. A educação infantil ocorre em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social.

Três importantes objetivos, devem, necessariamente, coroar essa nova modalidade educacional:

- Objetivo Social: associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política;
- Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança;
- Objetivo Político: associado à formação da cidadania infantil, em que, por meio deste, a criança tem o direito de falar e de ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros (DIDONET, 2001).

Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998a), com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil. Este último foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos de idade.

Sobre os objetivos gerais da educação infantil, esse documento ressalta que a prática desenvolvida nessas instituições deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;

- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998a, p. 63, v. 1).

Para que esses objetivos sejam alcançados de modo integrado, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998a) sugere que as atividades devem ser oferecidas para as crianças não só por meio das brincadeiras, mas aquelas advindas de situações pedagógicas orientadas. Nesse sentido, a integração entre ambos os aspectos é relevante no desenvolvimento do trabalho do professor, uma vez que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a, p. 23).

Sobre o cuidar, é importante ressaltar que esse deve ser entendido como parte integrante da educação, ou seja: “[...] cuidar de uma criança em um contexto

educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas” (BRASIL, 1998a, p. 24). Ainda nos anos de 1998 e 1999, o Conselho Nacional de Educação, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que teve como objetivo direcionar, de modo obrigatório, os encaminhamentos de ordem pedagógica para esse nível de ensino aos sistemas municipais e estaduais de educação e as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que também contribuiu para a melhoria de ambos os níveis de ensino ao discutir a relevância de uma formação altamente qualificada para esses profissionais.

Barreto (1998) ressalta que, apesar do avanço da legislação no que diz respeito ao reconhecimento da criança à educação nos seus primeiros anos de vida, também é importante considerar os inúmeros desafios impostos para o efetivo atendimento desse direito, que podem ser resumidos em duas grandes questões: a de acesso e a da qualidade do atendimento. Quanto ao acesso, a autora enfatiza que, mesmo tendo havido, nas últimas décadas, uma significativa expansão do atendimento, a entrada da criança na creche ainda deixa a desejar, em especial porque as crianças de famílias de baixa renda estão tendo menores oportunidades que as de nível socioeconômico mais elevado. Sobre a qualidade do atendimento, ressalta:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p. 25).

A busca da qualidade envolve outras questões complexas, segundo essa autora, como o projeto educativo das instituições, formação e valorização do professor e recursos financeiros destinados a essa faixa etária, sendo necessário, contudo, garantir que esses recursos sejam efetivamente empregados nesse nível de ensino. Para que essa finalidade seja cumprida no âmbito da legislação, foi

aprovada, no ano de 2001, a Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação, que teve por objetivo principal estabelecer as metas para todos os níveis de ensino, cuja vigência se estenderá até o ano de 2010.

Um dos objetivos desse documento é reduzir as desigualdades sociais e regionais no que diz respeito à entrada e à permanência da criança e do adolescente no ensino público, princípio que se aplica à educação infantil, visto ser a desigualdade de acesso bastante significativa nas classes menos favorecidas (BARRETO, 2003). Esse documento estabeleceu originalmente, para a educação infantil, vinte e seis metas para serem alcançadas no decorrer dos seus dez anos de vigência. Como não é objetivo deste trabalho analisar todas as vinte e seis metas do PNE, serão priorizadas duas questões fundamentais para a concretização de todas as demais metas: a oferta e o atendimento à educação infantil.

Sobre isso, Brandão (2007) ressalta que as metas nº 1, 18, 22 e 23 do Plano Nacional de Educação (PNE) trataram especificamente sobre essas questões. A primeira meta trata da ampliação da oferta de atendimento às crianças de zero a seis de idade, dificilmente esta será alcançada, haja vista que a elevação do número de vagas exige um investimento financeiro bastante elevado para esse nível de ensino.

[...] tais investimentos teriam que ser feitos nos próximos seis anos, o que, dada a ênfase da política macroeconômica atual, focalizada na realização de um elevado superávit primário para pagamento de juros, encargos e serviços da dívida externa brasileira, torna-se difícil acreditar que os mesmos serão efetivados (BRANDÃO, 2007, p. 81).

Como uma das prioridades do PNE (BRASIL, 2001) é a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, incluindo-as nos anos iniciais do ensino fundamental, provavelmente, diminuirá o número de crianças frequentando a educação infantil; fator que poderá minimizar o impacto de demanda desse nível de ensino. A segunda meta, nº 18, que propõe a oferta e o atendimento com qualidade, Brandão (2007) esclarece que, embora não haja dúvida de que o cumprimento só trará benefícios às crianças, o problema é que a meta que prevê a adoção progressiva do atendimento em tempo integral inviabiliza tal atendimento, uma vez que “[...] corre-se o risco de nunca termos a ter tal atendimento, visto que

ainda não conseguimos, sequer, adotá-lo para as crianças do Ensino Fundamental” (BRANDÃO, 2007, p. 82). A terceira meta, nº 22, que prevê a ampliação do Programa de garantia de renda mínima associada às ações socioeducativas, foi vetada pelo presidente na época, Fernando Henrique Cardoso.

A quarta meta, de nº 23, que propõe a realização de estudos sobre o custo da educação infantil, com o intuito de melhorar a qualidade do atendimento desse nível de ensino, é analisada por Brandão (2007), o qual chama a atenção para o fato de que, para se atingir essa meta, necessário se faz, primeiramente, definir quais são os parâmetros de qualidade e enfatiza que é primordial que se atinja primeiro, “[...] uma série de disposições postas no conjunto das metas e objetivos estabelecidos por esse PNE para a educação infantil” (BRANDÃO, 2007, p. 84). No que se refere à questão da oferta e atendimento desse nível de ensino, assevera o autor que dificilmente serão alcançadas até a vigência desse documento, mesmo considerando a colaboração das diversas esferas do Poder Público para o atendimento das mesmas.

Em consonância com a legislação vigente e o processo histórico que acompanhou a trajetória das instituições de atendimento à infância, seja a creche ou a pré-escola, o Ministério da Educação, tomando por base seus documentos de 1994 e 1995, já citados anteriormente, definiu o ano de 2006 como o ano da Política Nacional de Educação Infantil, com suas diretrizes, objetivos, metas e estratégias para esse nível de ensino. Recomendando que:

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaborem ou adéqüem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de educação infantil ofereçam, no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de

formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. (BRASIL, 2006, p. 26).

Sobre os profissionais que trabalham com essa faixa etária, é importante ressaltar que, em função das novas exigências previstas na Lei, faz-se necessário uma formação inicial sólida e constante atualização em serviço. Em se tratando da criança pequena, a realidade tem apontado que ambas as formações é uma das variáveis que maior impacto causa sobre a qualidade desse tipo de atendimento. Essa preocupação é destacada por Kishimoto (2002) ao tratar dos avanços e retrocessos na formação de profissionais de educação infantil, porque um dos problemas encontrados na configuração curricular dos cursos que formam professores no Brasil refere-se à falta de clareza sobre o perfil profissional daqueles que vão atuar junto à criança pequena. A crítica mais comum está na natureza disciplinar do currículo, por serem os conteúdos organizados em campos disciplinares, dificultando qualquer possibilidade de reforma. Na realidade, a formação do professor que é desenvolvida no interior das universidades se organiza em campos disciplinares, criando-se tradições, feudos, em que “[...] priorizam-se determinados campos de conhecimento em detrimento de outros: em uns, saberes históricos e filosóficos, sociológicos e antropológicos ou organizacionais entre outros” (KISHIMOTO, 2002, p. 108).

Na perspectiva dessa autora, não é possível levar o futuro profissional a compreender que a criança pequena aprende de modo integrado, quando, no seu curso de formação, os conteúdos se apresentam de maneira fragmentada e em disciplinas estanques, que não dialogam entre si. Outro fato muito comum, encontrado na condução da prática pedagógica dos estágios, é que, geralmente, o aluno é colocado em contato com livros, proporcionando-lhe pouco contato com a realidade das escolas.

Para tanto, Barreto (1998) enfatiza que a formação de professores é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade. Destaca ainda que, embora a chamada formação continuada não deva se caracterizar como algo eventual, nem apenas um instrumento que se usa para suprir deficiências teóricas e práticas de uma formação acadêmica mal feita, é importante que esse profissional

busque a capacitação em serviço e a atualização constante, aprofundando as experiências científicas e cotidianas que está vivendo e as vividas anteriormente. É importante que, ao longo da carreira do magistério, o mesmo possa frequentar não só os cursos de atualização, grupos de estudos ligados ao fazer pedagógico na sala de aula, mas, sobretudo, estar atento às questões políticas, sociais e econômicas, acompanhando as transformações da sociedade como um todo.

Muitos foram os avanços previstos na legislação, inversamente, muitos retrocessos acompanham a trajetória histórica dessas instituições, já que, do ponto de vista prático, o trabalho realizado no interior de muitas delas se restringe mais aos cuidados físicos relacionados à higienização e à alimentação do que propriamente um trabalho voltado aos aspectos educativos. A alta rotatividade no emprego, a falta de opção em relação a outros serviços, a baixa assiduidade e as características individuais de personalidade de cada profissional também interferem nesse processo.

Pesquisas recentes apontam que o cansaço físico das professoras é muito acentuado, porque o trabalho com as crianças menores exige muita habilidade física e preparo emocional. Sobre esta questão, Ongari (2003, p. 84) ressalta que o cansaço físico é percebido como importante se considerarmos que o trabalho com as crianças pequenas implica um modo de relação centrado na corporeidade, que pode se tornar pesado do ponto de vista físico. Além de raramente ficar parada, “[...] a educadora também carrega as crianças no colo, levanta-as, principalmente para a troca; e ainda, permanece sentada ao lado delas, freqüentemente no chão, o que exige muita energia sempre que for necessário se levantar”. O cansaço psicológico também compromete esse trabalho, pois, a necessidade de estar sempre atenta e de satisfazer ao mesmo tempo às exigências de muitas crianças aparece como um interveniente no cotidiano das instituições.

A falta de uma metodologia adequada para o desenvolvimento de cada atividade, a excessiva escolarização ou a alfabetização precoce e a inexistência de um currículo que integre os cuidados à educação da criança, a pouca autonomia sobre a própria ação e a baixa remuneração também são questões que impedem um trabalho de mais qualidade. É importante destacar que a concretização de um bom trabalho junto às crianças se inicia pela maneira como os professores apropriam-se de modelos pedagógicos ao longo da carreira, haja vista que o

contexto pedagógico requer estruturas curriculares abertas e flexíveis. Isso envolve nova concepção de currículo, entendido como trajetória de exploração partilhada de objetos de conhecimento de determinada cultura, por meio de atividades diversificadas, constantemente avaliadas (OLIVEIRA, 2002). Nessa perspectiva, o currículo não pode ser entendido como um plano individual, mas como um projeto coletivo que deve ser pensado e elaborado para o crescimento tanto do professor como das crianças. O planejamento do currículo inclui a organização de uma série de elementos que vai enriquecer o universo da escola infantil. Questões como a rotina, o tempo, o espaço, os materiais disponíveis, os brinquedos devem permear todo o desenvolvimento das atividades junto às crianças.

Planejar o currículo implica ouvir os profissionais em suas concepções e decisões, problematizar a visão deles sobre creches e pré-escolas, evitando perspectivas fragmentadas e contraditórias, que refletem a influência das várias concepções educacionais que vivenciaram ou com que tiveram contato. (OLIVEIRA, 2002, p. 168).

Não é tarefa fácil discutir sobre questões que tratam do trabalho pedagógico em instituições de educação infantil, uma vez que o cotidiano aponta para as muitas dificuldades do professor na organização desse trabalho, especialmente no que tange à rotina das crianças. Em geral, a própria literatura, quando aborda esta questão, centra-se mais no recorte de um ou outro aspecto que envolve o cotidiano da instituição, mas não fornece aos professores uma visão mais globalizante dos elementos que constituem o seu trabalho diário. No entanto, apesar de toda a problemática que ainda permeia uma grande maioria de instituições de atendimento à criança e apesar de terem tido no seu início uma função mais voltada para as questões assistenciais, apresentando, ainda hoje, muitos desses problemas, avançaram ao longo das décadas, apresentando diferentes funções no seu interior, até se consolidar como um espaço de educação para a criança pequena.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que apresentamos é considerada de caráter social, tendo abordagem qualitativa, pois com base no objetivo proposto, pudemos ouvir dos sujeitos da pesquisa o que se pensa e como se entende sobre um fato determinado. Minayo (2002) corrobora esta escolha quando diz que:

A pesquisa qualitativa responde a questões particulares, e trabalha o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO 2002, p.21-22).

Dessa forma, a primeira etapa da pesquisa ocorreu através de análise documental das instituições, como Plano de Ação, Estatuto, Títulos de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, diagnósticos locais, projetos, relatórios e pareceres técnicos, onde o objetivo principal foi de caracterizar as instituições filantrópicas.

A segunda etapa da pesquisa, a fase exploratória, é quando o pesquisador se prepara para se inserir no campo, e assim definir os procedimentos que serão utilizados, iniciando então seu trabalho. Já a segunda fase é o trabalho de campo propriamente dito. É nessa fase que são combinados os instrumentos de observação, comunicação, levantamento de dados e confirmação ou não da hipótese. Através de entrevistas realizadas com funcionários, sendo eles professores e responsáveis pelas instituições, pudemos obter as percepções sobre as variáveis relacionadas ao seu trabalho e à instituição como um todo.

A terceira etapa, por fim, é a análise e tratamento do material empírico e documental, onde ocorre a compreensão e interpretação dos dados levantados na fase anterior.

O tipo da pesquisa é descritiva, pois buscou-se descrever características de uma população por meio do estudo de suas crenças e representações. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Considera-se também pesquisa descritiva aquelas que visam descrever características de um grupo, como também o estudo do nível de atendimento de entidades e o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população.

3.1 - População e amostra

A pesquisa foi realizada no município de Viçosa – MG, e teve como população as 26 instituições filantrópicas cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e fornecidas pela Secretaria de Assistência Social do referido município.

Viçosa está situada na região da Zona da Mata, entre as Serras da Mantiqueira, do Caparaó e da Piedade, a 228 km da capital do estado, Belo Horizonte. Possui uma população estimada em 72.244 habitantes, além de uma população flutuante de aproximadamente 20.000 pessoas, composta principalmente de estudantes universitários da Universidade Federal de Viçosa e outras instituições de ensino superior.

Segundo o IBGE (2014), o município de Viçosa-MG é um dos mais importantes da Zona da Mata de Minas Gerais. A sede do município localiza-se a 20°45'54''S e 42°52'54''W, com altitude de 649 metros. A área total do município é 279Km². Limita-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba; ao sul com os municípios de Paula Cândido e Coimbra; a leste com os municípios de Cajuri e São Miguel do Anta; e a oeste com o município de Porto Firme, constituindo a microrregião de Viçosa (Figura 1). Cidade situada na Zona da Mata do estado revela contrastes marcantes dentro da população. Ainda segundo o IBGE (2014), o IDH viçosense é de 0,775, considerado alto. Na dimensão renda, Viçosa apresenta um índice de 0,758 e, no âmbito longevidade, 0,883. O subíndice educação, com valor

de 0,696 remete à história educacional da cidade, que sempre se destacou pela aptidão educacional e pelas grandes buscas pela qualidade do ensino no município, desde a década de 1910.



Figura 1 – Mapa de localização de Viçosa em Minas Gerais.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Vi%C3%A7osa_\(Minas_Gerais\)#/media/File:MinasGerais_Municip_Vicosa.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vi%C3%A7osa_(Minas_Gerais)#/media/File:MinasGerais_Municip_Vicosa.svg)

Portanto, possui um nível médio de renda relativamente elevado, mas também apresenta grande número de famílias vivendo em condições totalmente desfavoráveis à subsistência. Prova disso são as inúmeras organizações sociais existentes no município que, com muito esforço têm buscado auxiliar a população de baixa renda da comunidade, com a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos, como referencia o LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social em seu Art. 2º⁵.

5 - A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Nas últimas décadas, o crescimento populacional de Viçosa foi marcante, principalmente entre 1970 e 1980, quando apresentou cerca de 54% de aumento. A expansão demográfica veio acompanhada por um acentuado processo de urbanização do município. Em 1970, a Taxa de Urbanização de Viçosa, medida pela razão entre a população urbana e a população total, era de 65,93%.

Em 2010, essa taxa alcançou a cifra de 92,19%, ficando o meio rural de Viçosa com apenas 5.062 dos seus 64.854 habitantes (CRUZ, 2014).

Diante desta realidade, têm sido grandes as iniciativas da sociedade civil, buscando amenizar os problemas que fazem parte de nosso cotidiano. Surgem, neste contexto, as Entidades ou Organizações Sociais com o intuito de assistir aos menos favorecidos economicamente. Ligados à Secretaria de Assistência Social, buscam alternativas para melhorar a qualidade de vida de nossa cidade.

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social do município de Viçosa - MG, existem cadastrados 26 instituições assistenciais sendo que dessas, algumas atuam em mais de uma área e atendem um número expressivo de pessoas em suas diferentes áreas de atuação. Apesar da existência dessas 26 instituições, número expressivo, estas não representam a totalidade. Existem outras em funcionamento, que não se encontram cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, por falta de registro, ou cujo registro se encontra em andamento.

A amostra foi definida a partir dos seguintes critérios: inicialmente, a seleção das instituições que atendem a crianças no município de Viçosa, e a partir desse critério a Secretaria de Assistência Social nos apresentou dados de onze instituições filantrópicas cadastradas no CMAS. Após obtermos os dados dessas onze instituições de atendimento à infância, iniciamos o contato prévio com as mesmas, porém em duas dessas onze instituições selecionadas não foi obtido o referido contato, sendo necessário assim trabalharmos inicialmente com nove instituições filantrópicas. Das nove instituições, cinco delas atendem exclusivamente a crianças de 0 a 6 anos, a chamada primeira infância: nome dado aos primeiros anos de vida que são marcados por intensos processos de desenvolvimento; e foi essa a constituição inicial da amostra.

Selecionadas as cinco instituições de educação infantil, iniciamos os contatos para autorização das entrevistas com professores e responsáveis. Apenas uma dessas cinco instituições de educação infantil selecionadas não nos permitiu a

realização das entrevistas, e dessa forma, a pesquisa foi realizada com quatro instituições que denominamos a partir de agora de A, B, C e D. Para início da pesquisa de campo, primeiramente foi realizado um contato com os cinco responsáveis pelas cinco instituições selecionadas, e os quatorze professores atuantes nessas instituições, para consentimento de participação na pesquisa. Como dito anteriormente, nesse momento uma das responsáveis não possibilitou nossa pesquisa, recebendo então o consentimento de quatro das instituições.

As funcionárias foram convidadas a participarem das entrevistas e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É importante salientar que além da autorização dos responsáveis pelas instituições para coleta de dados, houve anteriormente a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa – UFV.

Os sujeitos da pesquisa foram os responsáveis (diretores e/ou coordenadores) das quatro instituições de atendimento à Educação infantil, e os respectivos professores. Das quatorze professoras, duas delas estavam de licença, impedindo assim sua participação. Desta forma, as participantes da pesquisa foram doze professoras e quatro responsáveis (coordenadoras/diretoras). A tabela 1 classifica as entrevistadas através da idade, tempo de atuação em instituição de atendimento à educação infantil, e formação profissional.

ENTREVISTADO	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO
Professor 1	32 anos	4 anos	Pedagogia em curso
Professor 2	31 anos	3 anos	Pedagogia em curso
Professor 3	30 anos	2 meses	Educação Infantil
Professor 4	36 anos	3 anos	Normal Superior
Professor 5	34 anos	4 meses	Pedagogia
Professor 6	37 anos	2 anos	Pedagogia
Professor 7	40 anos	2 anos	Pedagogia
Professor 8	45 anos	4 anos	Magistério
Professor 9	33 anos	3 anos	Pedagogia
Professor 10	25 anos	1 ano	Magistério – Pedagogia em curso
Professor 11	30 anos	5 anos	Pedagogia
Professor 12	43 anos	3 anos	Educação Infantil
Responsável A	59 anos	20 anos	Economia Doméstica
Responsável B	42 anos	17 anos	Pedagogia
Responsável C	53 anos	11 anos	Pedagogia
Responsável D	53 anos	11 anos	Pedagogia

Tabela 1 – Caracterização das professoras e responsáveis pelas instituições entrevistadas.

Através da tabela 1 observamos uma diferença entre a média de idade das professoras e responsáveis pelas instituições. Diferença também destacada no tempo de trabalho médio entre as duas, onde as professoras possuem uma média de 3 anos, e as responsáveis de 15 anos. Todas as responsáveis pelas instituições possuem curso superior completo. Entre as professoras, 3 cursam um curso superior, 8 possuem ou já o concluíram, e apenas uma não o possui.

3.2 - Procedimentos para coleta de dados

A primeira fase da pesquisa foi a análise documental. Os documentos de todas as instituições cadastradas na Secretaria de Assistência Social foram selecionados priorizando a análise daqueles que tinham ligações diretas com as instituições, como Plano de Ação, Estatuto, Títulos de Utilidade Pública Municipal,

Estadual e Federal, assim como diagnósticos locais, projetos, relatórios e pareceres técnicos. Estes documentos subsidiaram a fase descritiva da pesquisa.

A segunda fase foi a entrevista com os dois grupos, os responsáveis pelas instituições (diretores e/ou coordenadores), e os professores, sendo o instrumento de coleta de dados utilizado a entrevista semiestruturada (Apêndice I). As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente. Após a transcrição, as gravações foram destruídas e, com o objetivo de resguardar os aspectos éticos da pesquisa, a identificação dos entrevistados e das instituições filantrópicas foi reservada e não divulgada.

É importante ressaltar que foram utilizados neste estudo nomes fictícios escolhidos pelas próprias professoras, e responsáveis entrevistadas. Dessa forma, a identidade foi preservada e ao mesmo tempo cada um dos entrevistados pode se perceber na pesquisa.

De acordo Minayo (1995),

(...)o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta e informação para as ciências sociais é a possibilidade da fala ser reveladora das condições estruturais, dos sistemas de valores, normas e símbolos. A entrevista transmite por meio de um "porta vós", as representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (Minayo, 1995, p.109).

As coordenadores/diretoras e professoras, individualmente, foram convidadas a se dirigir a uma sala previamente preparada, juntamente com a pesquisadora, onde era submetida à entrevista com perguntas relacionadas à Instituição de trabalho. Antes de iniciar a entrevista os entrevistados eram comunicados de que a conversa seria gravada, permitindo também que elas manipulassem o gravador e conhecessem seu funcionamento. Nessa conversa inicial também era comunicado aos sujeitos que a pesquisadora gostaria de conversar com eles para conhecer o que eles pensavam sobre a instituição onde trabalha e sobre seu trabalho.

As entrevistas contaram com um total de 29 perguntas básicas para as diretoras/coordenadoras, e 25 perguntas básicas para as professoras, e tiveram duração média de 30 minutos, devendo ser ressaltado que a entrevista que durou mais tempo teve duração de 46 minutos, e a que durou menos tempo foi de 22

minutos. A coleta dos dados se deu no período de 2 meses e meio, especificamente na segunda quinzena do mês de março, e nos meses de abril e maio de 2016.

Para melhor organização interna do trabalho, as perguntas foram ordenadas dentro dos itens propostos por Delval (2002) no Método Clínico Piagetiano. Apesar de não utilizar do referido método para a coleta nem mesmo para a análise dos dados, a organização interna de Delval ofereceu uma maior organização para o estudo. São eles: *Descrição inicial*: introdução a temática; *Autocaracterização*: conhecer como os entrevistados falam assuntos referentes a eles diretamente; *Aspectos*: aprofundamento da temática; *Extensão*: expansão da temática com situações amplas que abrangem aspectos para além das vivências dos entrevistados; *Mudança*: conhecer as explicações dos sujeitos sobre fenômenos que envolvem mudanças; *Justificativas*: conhecer as explicações dos sujeitos sobre a causa de fenômenos; e *Soluções*: conhecer as soluções propostas pelos sujeitos frente aos problemas apresentados.

3.3 - Procedimentos para análise de dados

Inicialmente foi feita uma pré-análise das instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, fornecidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Viçosa, através de documentos. Essa é a fase em que se organiza o material que será analisado, com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita.

A exploração do material coletado (documentação) constituiu a segunda fase. A exploração do material consiste em uma etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Essa é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelos referenciais teóricos.

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essa etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Primeiramente, foram separados os protocolos de entrevistas com as respostas das diretoras/coordenadoras e das professoras. Em seguida, as respostas

das entrevistadas foram tratadas e depois classificadas entre dois grupos com conteúdos semelhantes. Um grupo detinha as respostas que concordavam com a forma de trabalho da instituição, estavam satisfeitos e se enquadravam nas necessidades e exigências da mesma. Ao contrário, o segundo grupo era composto pelas respostas que eram muitas vezes contra a forma de trabalho da instituição e se mostravam insatisfeitas em trabalhar da forma exigida, ou pediam mudanças. Lembrando que cada resposta era analisada separadamente, permitindo assim uma mesma entrevistada pertencer aos dois grupos, dependendo da pergunta.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas em protocolos específicos.

As respostas foram analisadas, identificando-se os conteúdos e os diferentes elementos utilizados por eles para responder às questões da entrevista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos nesse capítulo. Inicialmente serão apresentados os resultados da pesquisa documental, ressaltando o perfil e as características do atendimento nas instituições entrevistadas. Posteriormente apresentamos os resultados e discussões sobre representações dos coordenadores/diretores e dos professores acerca da instituição que trabalham.

4.1 - A Filantropia no Município de Viçosa – MG

Segundo Cruz (2014), nas últimas cinco décadas, o crescimento populacional de Viçosa, foi marcante, principalmente entre 1970 e 1980, quando apresentou cerca de 50% de aumento.

A expansão demográfica veio acompanhada por um acentuado processo de urbanização do município. Em 1970, a Taxa de Urbanização de Viçosa, medida pela razão entre a população urbana e a população total, era de 65,93%. Em 2013, essa taxa alcançou a cifra de 92,19%, ficando o meio rural de Viçosa com apenas 5.062 dos seus 64.854 habitantes (CRUZ, 2014).

Diante desse crescimento populacional acelerado surgem as iniciativas da comunidade na busca de solucionar ou amenizar alguns problemas como violência, miséria, concentração de renda, drogas, pois a realidade de Viçosa não é diferente da realidade que vemos nas grandes cidades.

Se ficássemos à espera somente das soluções de administração pública, certamente a situação estaria ainda pior. Diante desta realidade, têm sido grande as

iniciativas da comunidade, buscando amenizar os problemas que fazem parte de nosso cotidiano. Surgem, neste contexto, as Entidades ou Organizações Sociais com o intuito de assistir os menos favorecidos. Ligados à Secretária de Assistência Social buscam alternativas para melhorar a qualidade de vida de nossa cidade.

O crescimento do terceiro setor, em sua vasta composição de entidades privadas sem fins lucrativos, demonstra que houve uma transferência de responsabilidade na execução das políticas sociais públicas para o setor privado, em particular na década de 90. A ajuda ao outro, enquanto prática social nasceu no interior da sociedade civil (SPOSATI, 2006) e foi historicamente referendada pela igreja Católica que, durante um longo período histórico, alicerçou as condutas morais de seus seguidores na caridade e amor ao próximo.

A filantropia, que trata-se, também, de uma sociedade sem fins lucrativos (associação ou fundação), criada com o propósito de produzir o bem, tais como: assistir à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, promovendo ainda a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e integração ao mercado do trabalho; para ser reconhecida como filantrópica pelos órgãos públicos, precisa comprovar ter desenvolvido, no mínimo pelo período de três anos, atividades em prol aos mais desprovidos, sem distribuir lucros e sem remunerar seus dirigentes. Os títulos que terá de conquistar para ser reconhecida como filantrópica pelo Estado são: Declaração de Utilidade Pública (federal, estadual ou municipal) e o de Entidade Beneficente de Assistência Social, adquirido no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social do município de Viçosa, existem já cadastrados em 2016, 26 entidades assistenciais em Viçosa e muitas dessas atuam em mais de uma área e atendem um número expressivo de pessoas em suas diferentes áreas de atuação.

Apesar do número expressivo de entidades, estas não representam a totalidade. Existem outras em funcionamento, mas ainda não se encontram cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, por falta de registro, ou cujo registro se encontra em andamento.

Criado pela lei municipal nº7099/96 de 27/05/96, o Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão com poderes deliberativo, normativo e controlador da política pública da área. Entre suas principais atribuições estão a definição das

diretrizes e prioridades da Política Municipal de Assistência Social, que garantam a proteção, proteção e inclusão social dos segmentos mais vulneráveis da população, além de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução das ações. Sendo assim, as instituições funcionam de acordo com as exigências do CMAS.

Além da Secretaria de Assistência Social, há outros trabalhos desenvolvidos nesta área, como no Departamento de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura Municipal de Viçosa e a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa.

Além do atendimento diretamente feito sob a coordenação e execução da Secretaria de Assistência Social, ou em parceria com as demais secretarias do município de Viçosa, existem os convênios com as Organizações Não Governamentais, que prestam atendimento à população de baixa renda do município.

Viçosa conta atualmente com 26 entidades devidamente legalizadas e cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, que são: Instituto VIDA de Desenvolvimento Humano de Viçosa, APOV - Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa, REBUSCA - Ação Social Evangélica Viçosense, Centro de Educação infantil Myriam de Oliveira Fernandes, Associação de Capoeira Guerreiros do Zumbi, Creche Maria Tereza, Creche Santa Terezinha, Creche São João Batista, Creche Maria João de Deus, Associação Beneficente Doutor Altamiro Saraiva - ABAS, AVIRC - Associação dos Renais Crônicos de Viçosa, AMARBEN - Associação Mariana Beneficente, Centro Espírita Camilo Chaves, Casa de Promoção Bezerra de Menezes, Associação Criança e Amor - ACA, Centro de Educação infantil Pingo de Luz, Associação Comunitária Padre Geraldo Paiva - ACGP, SSVV - Sociedade São Vicente de Paula, Associação de proteção e Amparo Social - APAS, APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Viçosa, Lar dos Velinhos, Creche São Sebastião, MOBILE - Mobilização Educativa Maria da Conceição Gomes Batalha, APONE - Associação dos Portadores de Necessidades Especiais, AOJEC - Associação Odontológica Jesus é o Caminho, e a APAC- Associação de Proteção e Assistência ao Condenado.

O Conselho, de caráter deliberativo e permanente, foi criado em cinco (5) de dezembro de 1995, pela Lei Municipal nº. 1.104, com atribuições de orientar e

controlar a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, apreciando e aprovando proposta orçamentária da política, do plano de aplicação do Fundo e os critérios de repasse dos recursos, além de fiscalização e dos mesmos, assim como propor diretrizes para melhorar o Sistema da Assistência Social no Município.

Um dos objetivos do estudo foi fazer o levantamento e caracterizar as instituições sociais e filantrópicas do município de Viçosa - MG, em especial as que trabalham em atendimento às crianças das camadas populares que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade social.

O levantamento indicou que em Viçosa existem 26 entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, sendo elas divididas em proteção básica, instituições de Educação Infantil, proteção de média complexidade e proteção de alta complexidade.

- Proteção básica:

Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa – APOV.

Associação Criança e Amor - ACA.

Associação Odontológica Jesus é o Caminho – AOJEC.

Centro Espírita Camilo Chaves.

Mobilização Educativa Maria da Conceição Gomes Batalha – MOBILE.

Sociedade de São Vicente de Paulo.

Associação Viçosense dos Renais Crônicos - AVIRC.

Ação Social Evangélica Viçosense. REBUSCA

Instituto Vida de Desenvolvimento Humano de Viçosa

Associação de Capoeira Guerreiros de Zumbi

- Instituições de Educação Infantil

Centro Educacional e Ação Social São Sebastião.

Centro de Educação Infantil Myriam de Oliveira Fernandes

Creche Maria João de Deus

Centro de Educação Infantil São João Batista.

Associação Beneficente Doutor Altamiro Saraiva – ABAS.

Centro de Educação Infantil Pingo de Luz.

Centro de Educação Infantil Maria Tereza.

Centro de Educação Infantil Santa Terezinha.

Associação Mariana Beneficente – AMARBEN.

Associação Padre Geraldo Paiva – ACGP

- Proteção de média complexidade

Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais de Viçosa - APAE

Associação dos Portadores de Necessidades Especiais – APONE.

- Proteção de alta complexidade

Associação de Proteção e Amparo Social - APAS

Lar dos Velhinhos.

Casa de Promoção e Caminho Bezerra de Menezes.

Associação de proteção dos Condenados de Viçosa/MG - APAC.

Ao analisar os dados da Secretaria de Assistência Social do município de Viçosa –MG percebe-se um grande número de entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e, assim, de assistidos, o que sugere um grande crescimento populacional em Viçosa nos últimos anos, sem que exista atendimento público necessário para a comunidade, motivo esse do surgimento das instituições.

Analisando os documentos das Entidades selecionadas para essa pesquisa, levantamos a característica de cada uma delas nos possibilitando uma maior compreensão e análise dos dados levantados.

Instituição A

Fundada na década de 70, a Instituição A é localizada em bairro periférico, e destina-se ao atendimento de crianças de baixa renda na faixa etária de 0 a 6 anos em tempo integral, objetivando sua formação, sua auto realização individual e social bem como, despertar, desenvolver e aprimorar suas potencialidades individuais. A comunidade atendida é formada pelos moradores do bairro onde se localiza a entidade e imediações, localizadas na periferia. Por se tratar de um bairro pobre, onde predomina o subemprego, a instituição proporciona às mães condições para trabalhar fora de casa.

A Instituição assegura às crianças a formação indispensável para o exercício da cidadania, complementando a ação da família e da comunidade.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo, é o grande desafio da educação infantil através de seus profissionais.

Para que o processo de integração das crianças possa acontecer, a instituição conta com a ajuda de fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista e outros profissionais voluntários da comunidade Viçosense.

Atende a 87 crianças de 0 a 6 anos, e conta com o trabalho de três professoras em três turmas distintas divididas por idade: Turma I - 0 a 1 ano e 11 meses, Turma II - 2 anos a 3 anos e 11 meses, e Turma III - 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Instituição B

Fundada na última década e situada em bairro periférico da cidade de Viçosa, onde possui Sede e Foro, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter social, e de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados, constituída para fins não econômicos.

A instituição tem por finalidade o atendimento em tempo integral às crianças carentes de faixa etária de um a cinco anos (regime de creche e pré-escola), de mães que trabalham fora do lar; a aproximação das famílias atendidas para um conhecimento maior e, por conseguinte, maior entrosamento e cooperação com a instituição; e implementação do auxílio às crianças carentes da comunidade, colaborando com a redução dos problemas socioeducativos.

A instituição conta com quatro professoras e quatro auxiliares de sala, além de uma responsável pela direção e coordenação. Atende a aproximadamente 130 crianças entre 1 ano e 5 anos e onze meses no horário de 7h as 17h. Possuem 4 turmas divididas da seguinte forma: Turma I – 0 a 1 ano, Turma II – 1 ano a 2 anos e 6 meses, Turma III - 2 anos e 7 meses a 4 anos e 6 meses, e Turma IV - 4 anos e 7 meses a 5 anos e 11 meses.

Instituição C

A instituição C, criada na década de 90 por um grupo de pessoas com o objetivo de prestar auxílio às comunidades carentes da cidade de Viçosa, tem sede em bairro da periferia, e funciona em sede provisória.

Tem como finalidade estatutária combater a fome e a pobreza, proteção da Saúde, da família, da maternidade, da infância e da Velhice.

Oitenta e cinco crianças são assistidas pela instituição. Atua também na área de costura para vestir as crianças da sede, assim como também na distribuição de roupas e alimentos, quando recebe de doações da comunidade.

Após as conclusões da construção da sede própria, ampliando seu atendimento, funcionará também como assistência à educação através de aulas de reforços, cursos de trabalhos manuais atingindo os adolescentes até idade de quinze anos.

Atuam também com encaminhamentos ao SUS e no tratamento odontológico oferecidos na comunidade. Sobrevive de ajuda de mãos amigas e da sensibilidade de pessoas que lutam pela mesma causa, recebendo ajuda do poder público municipal.

O atendimento das 85 crianças conta com o trabalho de quatro professoras em cinco turmas: Turma I - 0 a 1 ano e 11 meses, Turma II - 2 anos a 3 anos e 11 meses, e Turmas III e IV - 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Instituição D

Fundada oficialmente em data recente, a instituição já funcionava na década de 90 em sede própria.

Na última década receberam o título de Utilidade Pública Municipal, e através de processo, registros e resolução foi incluído no CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social.

Através da Portaria da Secretaria de Estado de Minas Gerais, recebem a autorização para funcionamento como creche e Pré-escola, e mudaram a denominação.

Foi também através de portaria da SEDESE- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes que obtiveram o atestado de registro de Entidade de Assistência Social, e finalmente, receberam o Certificado de Utilidade Pública Federal junto ao Ministério da Justiça.

A instituição é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos que tem por finalidade atender crianças carentes de Viçosa, cujas mães, obrigatoriamente, tenham que trabalhar fora do lar, para ajudar na renda familiar. Para essas famílias, o centro é a única forma de deixar os filhos em segurança para poderem trabalhar. Muitas mães são solteiras ou têm toda a família dependente de seus salários. Além das crianças o Centro de Educação Infantil atende a famílias carentes do município e microrregião de Viçosa.

A origem dos recursos para manutenção da instituição é obtido através do FUNDEB- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica com base no censo eletrônico anual do MEC do ano anterior (www.educacenso.inep.gov.br) – recurso financeiro repassado mensalmente através de convênio com a Prefeitura Municipal de Viçosa/MG.

Também recebem doações, que seriam mensalidades de contribuintes fixos com débito automático em conta corrente (em torno de 50 pessoas), e também subvenção do Município através de convênio com o Conselho Municipal de

Assistência Social (CMAS) da Prefeitura Municipal de Viçosa. O valor é aprovado pela Câmara Municipal anualmente.

Além desses, existem outros recursos para manutenção da instituição D.

- FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar com repasse da Prefeitura Municipal de Viçosa, setor de merenda escolar através da distribuição de gêneros alimentícios, considerando o número de alunos informados no censo do MEC do ano anterior ao atendimento.
- Campanha do Quilo: trabalho semanal de voluntários pedindo e arrecadando alimentos não perecíveis nas residências dos bairros da comunidade.
- Doações de alimentos não perecíveis: recebemos alimentos não perecíveis oriundos de arrecadação em festas, gincanas, colégios particulares como Equipe, Anglo e Gênesis, eventos de instituições da comunidade ligadas ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- Bazar Beneficente- a instituição mantenedora Centro Espírita Irmã Scheilla promove mensalmente um bazar beneficente para obter recursos financeiros para compra de alimentos.
- SERVAS- através da EMATER – fornece 2 caixas de legumes e sopa desidratada para a merenda escolar. Utilizam a sopa nas sextas-feiras.
- FUNARBE- Fundação Arthur Bernardes- Doação mensal de 150 litros de leite, 200 saquinhos de iogurte e 3 latas de doce de leite.

No ano de 2015 estiveram matriculadas 48 crianças com idade entre 1 ano a 3 anos e 11 meses (até 30/06/15, conforme legislação pertinente) que são atendidas das 7:30 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, com três refeições diárias, onde receberam banho, noções de higiene e estímulos variados em brincadeiras orientadas por funcionárias, professoras, voluntárias e estagiários de instituições parceiras. Possuem 03 turmas: Creche UM, Creche DOIS, Creche TRÊS.

Além dessas atividades, acontecem palestras com as mães apresentando temas de saúde, convivência e relacionamento familiar, ética e cidadania

ministradas por professoras voluntárias da UFV toda última sexta-feira de cada mês, e acontece também o atendimento a 30 famílias semanalmente (aos sábados) com bolsa alimentação (cesta básica), ensinamentos de moral cristã e lanche de janeiro a dezembro.

No ano de 2015 participaram do trabalho três professoras contratadas remuneradas, além de 05 (cinco) funcionárias remuneradas, que seriam 03 professoras de educação infantil, 03 ajudantes de creche, 01 faxineira e 01 cozinheira, e 03 voluntárias, sendo essas 1 auxiliar de creche uma vez por semana, um professor de música e uma diretora pedagógica.

A instituição funciona em área cedida, possuindo 4 salas de aula, uma cozinha, um refeitório, uma despensa, uma saleta para professores ,03 banheiros infantis,03 banheiros para adultos e uma área externa para recreação.

As quatro instituições entrevistadas receberam o título de Utilidade Pública Municipal para serem incluídas do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, receberam a autorização para funcionamento como creche e Pré- escola, e obtiveram o atestado de registro de entidade de Assistência Social, além de receberem o Certificado de Utilidade Publica Federal. Todas elas também são entidades sem fins lucrativos que tem por finalidade atender crianças carentes de Viçosa, cujas mães, obrigatoriamente, trabalham fora de casa.

Através da análise dos documentos das instituições selecionadas, sendo eles o Plano de Ação Social, Estatutos, Títulos de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal; assim como diagnósticos locais, projetos, relatórios e pareceres técnicos; entendemos que o principal desafio é a superação da estrutura tradicional dos conceitos e formas de trabalho com relação à educação infantil, e avançar na construção de uma escola que priorize definitivamente o crescimento integral e completo do ser humano.

A origem dos recursos para manutenção das quatro instituições entrevistadas são obtidos através do FUNDEB- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica com base no censo eletrônico anual do MEC do ano anterior (www.educacenso.inep.gov.br) – recurso financeiro repassado mensalmente através de convênio com a Prefeitura Municipal de Viçosa/MG. Também recebem subvenção do Município através de convênio com o Conselho Municipal de

Assistência Social (CMAS) da Prefeitura Municipal de Viçosa. O valor é aprovado pela Câmara Municipal anualmente. As instituições A, C e D ainda recebem outros recursos, como o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pnae. Além desses recursos, as instituições A, B e D utilizam do atendimento gerado por um projeto da Universidade Federal de Viçosa, O “Programa Geração Criança”, que é fruto da ampliação e reestruturação do projeto “Adoção da Instituição”. Este foi desenvolvido no ano de 2004 com o intuito de tornar-se uma oportunidade aos alunos do curso de Administração de se envolverem com a extensão universitária e consequentemente, interajam com a comunidade viçosense.

O projeto ganhou notoriedade quando de sua escolha, pelo Prêmio FENEAD 2005, como uma das sete melhores propostas de solução social desenvolvidas por estudantes de administração de todo Brasil. Surge, então, a oportunidade de institucionalizar o projeto como um programa de extensão da UFV, de forma a atender mais entidades além de agregar novos cursos. Em 2006, o Programa Geração Criança recebeu o Prêmio de Honra ao Mérito destacando-se como um dos melhores trabalhos na área de ciências sociais na Mostra Científica com exposição de pôsteres no II InterPET - UFJF.

O público-alvo do Programa é composto por 12 Centros de Educação Infantil filantrópicos de Viçosa - MG, que envolvem cerca de novecentas crianças (900), com idades que variam de 2 a 14 anos.

Atualmente o Programa Geração Criança é o segundo maior programa de extensão da Universidade Federal de Viçosa com 12 projetos vinculados. Dentro do programa os projetos se dividem da seguinte forma:

- ✓ **Projeto Crescer - Arquitetura:** Projetos e reformas de instituições de atendimento às crianças - Em decorrência da precariedade das condições operacionais das instituições filantrópicas voltadas para o ensino infantil na cidade de Viçosa-MG, o Projeto Crescer prevê a melhoria do padrão dessas instituições através da elaboração de projetos que incorporem soluções arquitetônicas que deem condições dignas para o desenvolvimento integral das crianças.
- ✓ **Projeto Captar – Administração:** O Projeto Captar é um projeto de extensão da Universidade Federal de Viçosa desenvolvido por estudantes de Administração, está inserido no Programa Geração

Criança e tem como objetivo principal fortalecer a sustentabilidade financeira de creches filantrópicas não municipais de Viçosa, por meio do desenvolvimento de estratégias de captação de recursos, controle interno e da comunicação com os públicos de interesse das creches.

- ✓ **Projeto Capacitar - Economia Doméstica:** As questões trabalhadas no projeto são relativas à: capacitação dos prestadores de serviços das creches, melhoria das relações interpessoais entre os profissionais da creche, as crianças e suas famílias, minimização da ociosidade e descontinuidade da estimulação do desenvolvimento integral das crianças na creche, ampliação do envolvimento da comunidade com a creche.
- ✓ **Assessoria em Gestão Financeira - Administração & Ciências Contábeis:** Este projeto foi modelado com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade financeira de três creches, não municipais e filantrópicas, por meio da implantação de uma ferramenta de gestão financeira, básica para qualquer tipo de entidade, que é o fluxo de caixa. Esta ferramenta tem como objetivo controlar as despesas e receitas mensais destas instituições, acompanhando por três meses as entradas e saídas de recursos e ao final implantar uma ferramenta eficiente e de fácil utilização por estas, que são planilhas de Excel e o Livro Caixa.
- ✓ **Projeto Destinar - Ciências Contábeis:** Objetiva auxiliar a divulgação de recursos financeiros ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viçosa, que os repassarão às entidades filantrópicas de Viçosa, as quais atendem aproximadamente 500 crianças. Trabalha-se também com a capacitação dos coordenadores dessas instituições para que possam buscar doadores ao Fundo, divulgação entre os contadores, para tornar essa doação uma prática consciente e público alvo, professores da UFV. A forma de arrecadação é via Renúncia Fiscal, que consiste da doação de 6% do Imposto de Renda Devido, pela pessoa física e 1% da pessoa jurídica ao Fundo, com posterior dedução na Declaração desse imposto no ano subsequente à doação. Tem-se assim a possibilidade de indicar uma

das instituições cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viçosa.

- ✓ **Projeto Arrumando Nosso Cantinho - Engenharia de Produção:** O projeto Arrumando Nosso Cantinho, vinculado ao Programa Geração Criança, é um projeto de cunho social realizado pela Soluções Consultoria (Empresa Júnior de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Viçosa). Os alunos membros da equipe aplicam os conhecimentos sobre o programa de qualidade 5s, para a melhoria do ambiente de creches filantrópicas de Viçosa, colaborando assim, não só com a organização e melhor utilização do espaço, mas também na facilitação de uma prática pedagógica que possibilite melhor assimilar mudanças de hábitos e costumes que possam interferir em todo processo de formação educacional das crianças envolvidas.
- ✓ **Projeto Marcas: Visibilidade para Crescer – Administração:** O projeto Marcas visa reforçar a organização social e a capacitação como estratégias de superação das instituições para os problemas que enfrentam. Portanto, as estratégias a serem implementadas devem considerar sustentabilidade das ferramentas de gestão, divulgação e planejamento, atreladas à imagem institucional, utilizadas e desenvolvidas, de forma a perdurar além da duração do projeto, e se possível ser replicada em outras situações e instituições.
- ✓ **Projeto Promover – Administração:** O objetivo do projeto é ensinar às creche a promover eventos, para que as mesmas possam angariar recursos de forma eficiente e saber aplicá-los.
- ✓ **Projeto Viva a Juventude:** Oportunizar um espaço para o desenvolvimento das competências pessoais, sociais e produtivas das crianças e dos jovens atendidos, utilizando o esporte como o eixo estruturador das ações educativas.
- ✓ **Projeto Utilização Racional de Energia Elétrica:** O projeto Utilização Racional de Energia Elétrica – UREE, propõe uma economia de energia elétrica nos Centros Educacionais Infantis – CEI, visando um

trabalho entre os educadores e as crianças, sendo realizado na própria instituição.

- ✓ **Projetar - Educação Infantil:** O objetivo deste projeto é trabalhar o plano político-pedagógico dos Centros de Educação Infantil atendidos pelo programa Geração Criança. As atividades do projeto envolvem diagnosticar problemas nos planos pedagógicos e propor melhorias nas atividades e no planejamento educacional das crianças.

O projeto gera condições para que o conhecimento dos universitários possa ser utilizado em prol das instituições e de seus envolvidos por meio da prática extensionista. Para as instituições o oferecimento de aprimoramento e mão de obra qualificada gera uma grandiosa troca de informações e crescimento do trabalho oferecido, além de ser um grande recurso para manutenção da instituição.

4.2 - Políticas Públicas Destinadas à Infância no Município de Viçosa – MG

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e a da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 consagram uma nova abordagem para políticas de proteção integral para infância e juventude. Neste novo marco legal, a criança e o adolescente deixam de ser vistos como um problema a ser enfrentado - e passam a ser considerados sujeitos de direitos, cabendo às gerações adultas o dever de construir um sistema de garantia de direitos. E, para alcançar estes objetivos, as políticas públicas devem ser organizadas segundo os princípios da descentralização, da articulação de ações governamentais e não-governamentais, e da participação da população, por meio de diversos conselhos.

Todo este arcabouço jurídico, constituído a partir da Constituição Brasileira de 1988, procura assegurar às crianças e aos adolescentes o acesso a políticas sociais básicas, como saúde e educação; à política de assistência social, em caso de risco e vulnerabilidade social; e a políticas de garantias de direitos, para as situações de ameaça ou violação de direitos.

Segundo Silva (2007), as redes de atenção à criança e ao adolescente que vêm sendo implantadas por diversas prefeituras no Brasil, em parcerias com os conselhos municipais, oferecem uma pista de como é possível caminhar no sentido

da construção de políticas públicas, segundo os princípios da LOAS e do ECA. Essa implantação vêm enfrentando desafios de construir uma política para atenção a crianças e jovens em novas bases, a partir do conceito de atuação em rede, com o compromisso de interlocução e fortalecimento de todos os atores envolvidos.

Ainda segundo Silva (2007), um elemento que contribuiu bastante para essa implantação foi o posicionamento de financiadores importantes, como é o caso do BNDES, que a partir de 1997 passou a apoiar a estruturação dessas redes. Um balanço do programa do BNDES mostra um conjunto de treze prefeituras de diferentes regiões que assumiram a tarefa de estruturar as redes de atenção a crianças e jovens. São treze cidades, sendo nove em prefeituras de capitais, totalizando um volume de investimentos da ordem de R\$ 21,5 milhões, sendo R\$ 14,7 milhões de financiamento não-reembolsável do BNDES e R\$ 6,7 milhões de contrapartida dos municípios.

Segundo Silva (2007), os atores principais deste processo têm sido as prefeituras, a quem cabe a responsabilidade pela política de atenção no âmbito municipal, e os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, compostos de forma paritária por membros do poder público e da sociedade civil, que desempenham uma função estratégica na formulação da política e no acompanhamento da sua implementação.

Importante destacar que existem conselhos específicos para tratar do atendimento da criança e do adolescente no município. São eles:

- **Conselho Tutelar** - É um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que consiste em gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o ECA, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 1990).
- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** - Tem por finalidade assegurar à criança e o adolescente, com absoluta

prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à moradia, ao lazer, à proteção ao trabalho, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- **Conselho Municipal de Assistência Social** – Tem como atribuição orientar e controlar a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Política, do plano de Aplicação do Fundo e os critérios de repasse dos recursos, fiscalizar a gestão desses recursos e divulgar as prestações de contas do Fundo.

Ao lado dos traços peculiares de cada rede local, vale elencar os princípios comuns a todas, quais sejam: integração, complementaridade, articulação, acompanhamento e avaliação e participação dos diversos atores.

A estruturação dessas redes demandou investimentos em infraestrutura de atendimento (nas organizações governamentais e não-governamentais), no desenvolvimento do sistema de informações, no fortalecimento dos Conselhos de Direitos e Tutelares, na capacitação para atuação em rede e na dinamização do Fundo da Criança e do Adolescente (SILVA, 2007).

O investimento no sistema de informações é peça fundamental para o funcionamento da rede. É a partir dele que se realiza um diagnóstico amplo e preciso da situação a ser enfrentada, e se alicerça o processo de planejamento e direcionamento das intervenções, bem como se estabelecem as condições de acompanhamento da execução e avaliação dos resultados. A divulgação de informações confiáveis, ademais, permite sensibilizar a população e ganhar a confiança dos parceiros institucionais, além de aumentar o controle social sobre as ações desenvolvidas.

De um modo geral, estes municípios passaram a adotar uma visão mais abrangente sobre a política para a infância e juventude: o público-alvo deixa de ser o tradicional “menino de rua” e passa a olhar para o conjunto de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade social – em geral aqueles residentes em favelas ou nos bairros da periferia das grandes cidades. Os diversos programas passam então a se direcionar para estas crianças e adolescentes,

trabalhando sempre no contexto de suas famílias e no âmbito das comunidades onde residem.

Um bom exemplo desta visão abrangente sobre a política para infância e juventude encontra-se, segundo Souza (2012), na adoção de trabalho de longo prazo, onde se investe tempo e recursos em um amplo diagnóstico da situação, no planejamento e principalmente na escuta da população e de todos os atores envolvidos, e na negociação para elaboração da política e definição dos diversos projetos a serem implementados. Estas etapas prévias à implementação dos projetos contribuem para uma maior legitimidade e racionalização na aplicação dos recursos.

Vale ressaltar, também, as possibilidades que se abrem para trabalhar de forma articulada com as demais políticas setoriais, como saúde e educação, garantindo o atendimento integral das crianças e jovens. Segundo Souza (2012), um outro saldo positivo comum é que o poder público municipal se fortalece para exercer efetivamente o papel de coordenador das ações voltadas para a infância e adolescência no município junto com os conselhos locais. Ou seja, a prefeitura deixa de ser apenas a instância que realiza convênios financeiros com as organizações não-governamentais, e passa a desempenhar as atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação e formulação de novas políticas.

Além disso, Souza (2012) relata, que observam mudanças qualitativas nos conselhos municipais, bem como nas diversas organizações pertencentes às redes, que se tornam mais profissionalizadas e passam a trabalhar com uma outra perspectiva. Assim, os investimentos em organização de redes locais, além de viabilizar soluções para o atendimento de crianças e adolescentes, oferecem um retorno importante em termos de formação de capital humano e capital social nas cidades. São resultados de difícil mensuração, mas que constituem elementos cruciais para a construção de políticas públicas em novas bases.

Finalmente, essas prefeituras também obtêm avanços significativos na capacidade de atração de novos colaboradores para a rede, aumentando a captação de recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto decorre, segundo Souza (2012), diretamente do aumento do grau de confiança da sociedade em geral e das empresas na política local voltada para crianças e jovens.

Ou seja, esta forma de trabalho tem resultado na atração de atores institucionais importantes, como empresas ou suas fundações, que realizam contribuições significativas aos fundos municipais, ou mesmo passam a desenvolver ações de fortalecimento da rede, em particular dos conselhos de direitos e tutelares. Souza (2012) relata que essas novas formas de parcerias vêm demonstrando a superação do conceito de que as políticas públicas são sinônimos de estratégias exclusivamente governamentais, e apontam caminhos importantes para a sustentabilidade das políticas de proteção integral da infância e da juventude do país.

Para prosseguimento deste trabalho, consultamos a Secretaria Municipal de Assistência Social, para conhecer o Plano Plurianual, recentemente elaborado para ser desenvolvido nos quatro anos vindouros. O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, entre outros.

De acordo com o Plano, a Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil, assim também para o município de Viçosa. Diante dessa nova situação, é necessária uma análise mais minuciosa para apontamento sobre “quem”, “quantos”, “quais” e “onde” estão às pessoas demandárias de serviços e atenção de assistência social, além de, qualificá-las, possuindo igualmente a sensibilidade para perceber que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades em superar a situação atual. Consta no Plano, que para a elaboração das Políticas Públicas de Assistência Social é necessário levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e, dentre elas, seu núcleo de apoio, a família. Neste contexto, o Plano Municipal de Assistência Social, que norteia a ação do município por 4 anos, tem como objetivo qualificar e ampliar os benefícios e os serviços assistenciais

visando melhorar os níveis de atendimento a população em situação de risco social no município, priorizando a execução de projetos que beneficiam os diferentes seguimentos em conformidade com as propostas aprovadas nas Conferencias Municipais de Assistência Social e com a Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS.

Para um maior entendimento da situação atual de nosso município, torna-se necessária a apresentação de dados que são relevantes.

Segundo o censo 2014, a qualidade de vida no município de Viçosa, medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), coloca o município no 11º lugar entre os 853 municípios do Estado de Minas Gerais e na 178ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Viçosa é 0,775, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,883, seguida de Renda, com índice de 0,758, e de Educação, com índice de 0,696.

O IDHM passou de 0,677 em 2000 para 0,775 em 2010 - uma taxa de crescimento de 14,48%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 69,66% entre 2000 e 2010.

Entre 2000 e 2010, a população de Viçosa cresceu a uma taxa média anual de 1,08%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 92,19% para 93,19%. Em 2010 viviam, no município, 72.220 pessoas. Em 2014 essa taxa sobre para 77.502 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,56%. Na UF, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 89,93% para 92,19%.

A renda per capita média de Viçosa cresceu 105,53% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 434,13, em 1991, para R\$ 650,03, em 2000, e para R\$ 892,25, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,86%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,59%, entre 1991 e 2000, e 3,22%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010),

passou de 36,24%, em 1991, para 17,93%, em 2000, e para 7,35%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini⁶, que passou de 0,60, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,56, em 2010.

O que mostra a realidade é um perfil de distribuição de renda bastante desigual. Os dados indicam que, apesar da renda per capita média dos domicílios na cidade ter crescido e a percentagem de pessoas pobres (renda per capita inferior a meio salário mínimo) ter diminuído, a desigualdade aumentou. Os 20% mais pobres da população continuam se apropriando de apenas 2,8% da renda, os 20% mais ricos, que detinham 64,4% da renda em 1991, passaram a controlar 66,6% em 2000. Ou seja, 22,7% da população vive com menos de R\$ 150,00 mensais. (Fonte IBGE-Censo 2014).

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, o município conta em 2016 com 12 escolas municipais urbanas, 9 rurais, mas nem todas oferecem a Educação Básica completa (Anexos A, B). Existem também 9 pré-escolas municipais (Anexo C). Conta ainda com 11 escolas estaduais (Anexo D), algumas atuando também no Ensino Médio e uma federal, oferecendo apenas o Ensino Médio. As escolas particulares (Anexo E) são em número de 30, sendo que algumas oferecem apenas um segmento, como Educação Infantil, Ensino Fundamental, e outras desde a Pré-Escola até o Ensino Médio. (Secretaria Municipal de Educação, Viçosa/MG - SME).

6 - Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação do município de Viçosa, existem 6059 alunos matriculados na rede municipal de ensino, sendo divididos em Escolas Municipais da Zona Rural, 667 alunos; Escolas Municipais Urbanas, 5066 alunos; e Instituições Municipais de Educação Infantil, 326 alunos (Secretaria Municipal de Educação de Viçosa, 2016). Além desses, existem também alunos matriculados na rede de ensino Estadual, Rede de ensino Particular, onde se encontram as instituições filantrópicas; e rede de ensino superior. A tabela demonstrativa se encontra em anexo (Tabelas D e E respectivamente)

Mencionadas as escolas pela Secretaria de Educação do município e um Campus Universitário Federal (UFV) tão avançado, o censo 2014 constatou uma situação não muito favorável para a cidade. Considerando as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, verificou-se que mais de 11% são analfabetos, segundo critérios do IBGE, mesmo com o aumento da idade jovem e adulta. Isso demonstra uma deficiência no atendimento a infância no município.

Diante desses fatos houve um crescimento nos programas desenvolvidos na Secretaria de Assistência Social do município, onde a população é atendida em sua necessidade, ou parte delas, através dos programas relacionados a seguir:

- **Benefício de Prestação Continuada – BPC-** as relevantes aposentadorias por idade e a deficientes físicos.
- **Assistência ao idoso – Terceira idade** - Trabalho educativo – preventivo na área de saúde e educação, promoção de programas e atividades específicas para proporcionar-lhes qualidade de vida. São atendidos atualmente 970 idosos, num total de 13.571, no município.
- **Programa de Fortalecimento de Vínculo** - Tem como objetivo retirar crianças do trabalho insalubre e integrá-las na sociedade, amparando-as de sua situação de risco pessoal, melhorar o atendimento escolar, promover sua inserção na família e esta na comunidade. São atendidas crianças de 7 a 16 anos, e atualmente são atendidas 90 crianças em jornada ampliada bem como suas famílias, realizado em parceria com a Rebusca.
- **Programa Jovem de Futuro** - Atende jovens na faixa etária dos 7 a 14 anos, com diferentes níveis sociais e com atividades sócio-esportivas,

educativas, desenvolvendo habilidades, acompanhando o desempenho escolar e inserindo-as na sociedade.

- **Programa Crescendo** - Educação através do esporte. Escolinha de futebol, atendendo hoje 130 crianças, mas com projeção para 1000.
- **Programa Renda Mínima** - Com o intuito de garantir o mínimo vital de sua cidadania e maior justiça social em quatro bairros que apresentam alto índice de pobreza, o programa renda mínima foi instituído, buscando priorizar as famílias com crianças de 0 a 6 anos. Este programa vem sendo executado juntamente com a UFV, sendo atendidas 131 famílias.
- **Planejamento Familiar** - Visa disponibilizar à população o atendimento clínico e informações diversas a respeito dos métodos contraceptivos favorecendo uma opção de planejamento familiar consciente, garantindo direitos iguais na decisão da limitação ou aumento do número de filhos do casal ou individualmente da mulher e do homem. Às famílias atendidas são oferecidas palestras e reuniões para orientação e acompanhamento do trabalho.
- **Programa Hortas Comunitárias** - Destina-se à promoção da boa convivência em comunidade na construção de hortas comunitárias, minimizando a desnutrição e modificando os hábitos alimentares. Este programa abrange 50 famílias dos bairros periféricos: Laranjal, São Sebastião, São José do Triunfo, Zig-Zag e Santa Clara.
- **Catadores de Materiais Recicláveis** - Orientar e associar catadores de materiais recicláveis, coletando, selecionando e encaminhando às usinas de reciclagem, qualificando-as para que as mesmas tenham um retorno financeiro, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente. Participam do programa 91 pessoas.
- **Farmácia Popular** - É uma farmácia mantida através da Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de suprir as necessidades de atendimento da farmácia do SUS, reconhecendo através de cadastro as pessoas que fazem uso contínuo de medicamentos e que não possuem recursos para adquiri-los. Estão cadastradas 300 pessoas, sendo atendidas, pelo menos em parte, suas necessidades.

- **Programa Fundart** - Atende 40 pessoas carentes nas dependências da Sociedade São Vicente de Paula em São José do Triunfo, preparando-os para a vida através do trabalho em oficinas de artesanato.
- **Projeto Reciclar** – Tem como objetivo inserir pessoas carentes em oficinas de materiais recicláveis com confecção de “pufs”, camas e outros objetos de utilidade doméstica.
- **Doação de Cestas Básicas** – É uma forma de minimizar de imediato a questão da fome (caráter emergencial). A cesta vem sendo distribuída através de visitas domiciliares, possibilitando um acompanhamento da família assistida e sua real necessidade.
- **Doação de Material de Construção** – As famílias que estão em situação de emergência são atendidas através da Secretaria em suas necessidades ou em parte delas.
- **Doação de Passagens** – É uma ajuda de custo concedida para a locomoção de pessoas carentes que comprovem necessidade de viajar. De janeiro a Junho de 2005 foram atendidas 340 pessoas e há uma previsão para 2006 para estar atendendo 700 famílias.
- **Apoio ao Deficiente Físico** – Visa proporcionar a melhoria de vida do portador de necessidades especiais em caráter de emergência, reintegrando-o na sociedade.
- **Concessão de Auxílio Funeral** – Ajuda de custo de realização de funeral de pessoas carentes.
- **Rua de Lazer** – Promoção de atividades culturais e esportivas, além de arrecadação de alimentos não perecíveis para as famílias carentes do próprio bairro de entidade filantrópica.
- **Bolsa Família** – Em Viçosa estão cadastradas 7.000, mas estão sendo atendidas apenas 5000 destas. É um programa do governo Federal que tem como objetivo amenizar a situação de pobreza de forma emergencial, mas com mais dignidade. Outro objetivo que foi implantado no município de Viçosa, há quase 13 anos, pelo ex-professor de Matemática, diretor de teatro e produtor cultural Marcelo Soares Andrade, Secretário de Cultura por vários mandatos até o ano de 2005, o Centro Experimental de Artes vem trazendo grande benefício a sociedade, bem como servindo de

modelo para várias outras cidades no Estado de Minas, Bahia e Espírito Santo. O objetivo do projeto é levar aos estudantes, sobretudo os de baixo poder aquisitivo, ações de intervenções artísticas no intuito de ajudar, a acelerar nos mesmos os sistemas de aprendizagem e contribuir na educação, além de uma integração mais objetiva na comunidade.

Até o ano de 2015, esses foram e são os projetos executados pela Secretaria de Assistência Social em parceria com a Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e de Saúde e como Governo Federal.

O município, assim como os governos Estadual e Federal, vem criando diversos programas sociais que tem como principal objetivo diminuir essa desigualdade entre os cidadãos brasileiros. Os resultados desta iniciativa governamental são de fácil percepção, visto que houve melhoramento dos indicadores sociais do país.

Ao longo da década de 90 a economia brasileira passou por grandes dificuldades, ocasionando maior índice de desemprego, baixa escolaridade, dentre outros problemas econômicos. Foi devido a esse cenário que surgiu, em 2004, o Bolsa Família. A partir de então, o governo federal passou a criar inúmeros programas que visam uma maior igualdade social entre os cidadãos.

Ao ser dado esse grande passo rumo ao crescimento econômico, o Brasil passou a trilhar um caminho totalmente diferente da década de 90, uma vez que houve eclosão da renda familiar e conseqüente aumento do consumo, principalmente na área alimentícia. A emancipação da mulher é outro aspecto de importante posição, já que sua independência se revela nas melhores condições financeiras. Nesse sentido o número de indivíduos considerados em nível de miséria também diminuiu devido às maiores ofertas de empregos que surgiram com o crescimento do consumo.

Com base nesses fatos pode-se perceber o quanto os programas sociais tem cooperado para o progresso do país, e em específico da cidade de Viçosa. Sendo assim, é de suma importância que o município em parceria ao governo federal permaneça investindo nesses projetos, uma vez que a estrada que conduz para o desenvolvimento do Brasil se tornará mais curta e mais fácil de ser trilhada.

Com a elaboração do Plano Plurianual, novos projetos estão sendo elaborados pela administração municipal, estando em fase de implantação. São eles:

- **Direitos e Deveres uma questão de Cidadania** – Serão oferecidas palestras de conscientização, educação alimentar, sexual, debates com a participação das comunidades.
- **Bolsa Trabalho** – A população poderá adquirir um bem necessário através de um trabalho prestado à uma entidade filantrópica, ou mesmo em algum setor da prefeitura. O objetivo é fazer com que através de seu trabalho foi conquistado algo para sua subsistência e não simplesmente por assistencialismo.
- **Agente Jovem** – Adolescentes que estão vivendo em situação de risco serão encaminhados e orientados a desenvolverem trabalhos junto às entidades, escolas municipais ou departamentos da prefeitura, desenvolvendo suas potencialidades e tirando-os dos riscos que a ociosidade da vida lhes oferecem.
- **República** – Acolher por tempo determinado pessoas desalojadas, com necessidades, ou doentes em tratamento, desajuste familiar, dentre outros, ajudando-os a reintegrarem em seu lar, após se tornarem aptos.
- **Casa Limpa por Brinquedo** – Conscientizar famílias carentes sobre o hábito e a necessidade de manter a higiene pessoal, da casa, ajudando-os e conscientizando-os na prevenção de doenças. São feitas visitas domiciliares, ofertando brinquedos às crianças pelo trabalho executado.
- **Toda Criança tem direito a Brincar** – Encaminhar as crianças que vivem circulando pelas ruas a uma das atividades oferecidas pela Secretaria de Cultura e Esportes, ou mesmo para as entidades existentes no município, tirando-os da ociosidade e até mesmo da marginalidade e juntamente, conscientizar a população de não compactuar com os adolescentes na doação de dinheiro ou outro bem, encaminhando-os à Secretaria de Assistência Social.
- **Curso Profissionalizante: Arte que gera renda** – Cursos de Artesanato, Corte e Costura, Informática, Atendente, telefonista e outros condizentes, proporcionando uma melhoria de vida e reintegrando na sociedade.

- **Casa da Mulher** – Será um local de atendimento às mulheres que tenham vícios, com o álcool, drogas, proporcionando a recuperação e melhoria de vida.
- **Biblioteca Ambulante** – Proporcionar às crianças e adolescentes o hábito de leitura, contribuindo para a melhoria na aprendizagem e incentivando-os ao conhecimento informal, através de leitura de revistas, jornais e livros.
- **Abrigo - CIACA** – Ajudar crianças e adolescentes em situação de risco por período determinado, acolhendo-os e também com reuniões sócio-educativas.
- **Orientação Nutricional** – Acompanhamento de famílias carentes com crianças que apresentam baixo peso, orientando-as em uma melhor e mais saudável alimentação, inclusive inserindo-as no programa Horta Comunitária.
- **Capacitação Profissional- Marcenaria** – Oferecer ao adolescente em idade própria a oportunidade em aprender o ofício de marceneiro, capacitando-o, levando-o à sua promoção social, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento.
- **Construção de Casas populares** – Com a intenção de diminuir o déficit habitacional, trabalhar na construção de casas populares e orienta-los na conservação das mesmas.
- **Programa “Reconstruindo a liberdade”, Fábrica de Blocos** – Atendendo a demanda, frente ao déficit habitacional, foi construída uma fábrica de blocos dentro do presídio, a fim de baixar o custo do mesmo para a construção de casas populares.

Analisando as políticas já existentes e as que estão em fase de implantação em Viçosa, podemos verificar uma tendência na busca pela promoção do indivíduo. Percebe-se a necessidade de políticas públicas que venham a ajudar salvar vidas de pessoas que vivem na miséria e na vulnerabilidade.

Constatamos a louvável evolução das políticas de assistência social no município de Viçosa, os quais evidenciam uma construção teórica de um modelo pautado na lógica da garantia de direitos. Construção essa, que vem efervescer

perante os cidadãos a certeza que o Estado têm como obrigação garantir e subsidiar os mínimos sociais que deem condições dignas de sobrevivência.

4.3 - A instituição filantrópica sob o olhar das professoras: apresentando os resultados

Seguindo o roteiro da entrevista, serão apresentadas e discutidas as representações das 12 professoras de educação infantil entrevistadas, todas elas pertencentes a uma das 4 instituições pesquisadas.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas seguindo a organização dos sete itens propostos por Delval (2002).

Juntamente com a análise dos documentos, foram realizadas as entrevistas, que são analisadas através das percepções obtidas.

4.3.1. Descrição Inicial

O item Descrição Inicial teve como objetivo introduzir a temática pesquisada e, no caso deste estudo diz respeito ao modo como as professoras identificam, caracterizam e conceituam a instituição, ou seja, para que serve a instituição, o que é necessário ter em uma instituição filantrópica, e qual é seu grau de importância.

As 12 professoras entrevistadas na pesquisa expressaram claramente suas ideias e pensamentos. Portanto, pode-se destacar que têm o que dizer sobre as instituições em que trabalham, principalmente sobre os assuntos referentes à sua implantação no município e sua importância na atualidade.

A primeira pergunta da entrevista para as professoras das instituições foi: ***Para você quais os objetivos que levaram à criação dessa instituição?*** Essa pergunta tinha como objetivo saber se as professoras conheciam os objetivos iniciais da instituição e por quais motivos as mesmas foram implantadas na comunidade.

Com base na resposta das 12 professoras, foi constatado que 10 delas conhecem os objetivos iniciais das instituições, e sendo assim sabem que foram implantadas para atender às crianças que não eram atendidas pelas instituições de educação infantil do município, de forma a cuidar e educar as crianças assistidas. Já 2 professoras mostraram não possuir esse conhecimento.

Diante das respostas, acreditamos que as instituições filantrópicas de atendimento à infância possam ser transformadas em um espaço de crescimento e de muitas aprendizagens, porém, para que isso efetivamente ocorra, é necessário que o professor conheça os processos históricos que marcaram a estruturação dessa instituição para que assim possa refletir criticamente sobre suas práticas cotidianas e excluir de sua atuação pedagógica qualquer traço da concepção assistencialista, que visam o cuidado e a guarda pura e simples da criança.

Percebeu-se na resposta de uma entrevistada a visão de que a instituição e educação infantil é direito da mãe trabalhadora, e não da criança quando diz que: “... *pra ajudar os pais que trabalham fora e não podem pagar uma babá...*” (Rita – 25 anos). A resposta da professora pode ser embasada em Merisse (1997):

Encravada entre a família e a escola, a creche oscila entre as funções e significados dessas duas outras instituições tão bem demarcadas no interior da sociedade. Na verdade, é com a família que a creche mais tem disputado e buscado conquistar espaço, na medida em que essa é a instituição tradicionalmente encarregada de cuidar e de educar a criança pequena. Por isso mesmo a creche tem geralmente sido identificada como uma instância destinada a suprir a lacuna que resulta da incapacidade da família em cumprir sua função. Ressalta-se, assim, na história dessa entidade uma forte conotação assistencialista que insiste em manter-se presente até os dias de hoje. (MERISSE, 1997, p.25).

Embora a assistência social no âmbito da educação infantil tenham sido progressivamente suprimidas ao longo dos anos, observamos que pela resposta apresentada, ainda existam reminiscências das práticas filantrópicas que estiveram presentes no imaginário social durante vários anos. As instituições de educação infantil passaram a ser vistas como direito da criança, e não mais da mãe trabalhadora, e como um ambiente onde deveria ocorrer a educação da primeira infância e não somente a guarda e proteção.

A história das creches (0 a 3 anos) como instituições educacionais no Brasil constitui algo extremamente recente em nossos dias, assim, tanto a identidade da

instituição quanto dos profissionais que nela atuam estão em processo de construção. Nota-se claramente essa ausência de identidade dos profissionais que atuam nas instituições entrevistadas, e acreditamos justamente que isso ocorra por estarmos diante desse processo de construção das instituições enquanto sistema educacional.

Discussões, pesquisas e uma adequada formação de educadores são elementos de extrema importância, pois concorrem para o favorecimento da consolidação das creches como uma Instituição da Educação infantil.

A segunda pergunta estava diretamente ligada à realidade da instituição: **Para você quais são as principais funções dessa instituição?** Através da resposta observamos que 11 das 12 entrevistadas conhecem as principais funções da instituição, citando em suas respostas o cuidar e o educar como as referidas funções de destaque. Uma das entrevistadas não soube dizer quais as funções da instituição em que trabalha. Observe os extratos a seguir:

“... promover o cuidado e a educação de crianças de 1 a 3 anos...” Liana – 30 anos

“...cuidar das crianças pros pais trabalharem e oferecer pra eles uma boa educação sabe, de qualidade...” Alessandra – 25 anos

“...acolher essas crianças, cuidando e educando...” Amanda – 31 anos.

Pudemos observar através dos relatos a compreensão das entrevistadas quando citam a importância do cuidar e do educar, pois enquanto as constituições anteriores viam o atendimento à infância somente na condição assistencialista, de amparo à infância pobre, necessitada, a nova constituição nomeia formas de garantir não somente esse amparo, mas também a educação da criança. Sendo assim, ao subordinar o atendimento a creches e pré-escolas em instituições filantrópicas à área da educação, a Constituição de 1988 dá o primeiro passo rumo à superação do caráter assistencialista que até então predominava nos programas de atendimento à primeira infância.

A terceira pergunta sugeria que as entrevistadas descrevessem suas funções: **Você pode descrever sua principal função dentro dessa instituição?** As

respostas estiveram de acordo com o que acreditavam ser também a função da instituição, ou seja, as 11 entrevistadas relatam que sua principal função seria a mesma função principal da instituição. Apenas uma entrevistada reforça novamente sua visão de que a Educação Infantil é direito da mãe trabalhadora, e não da criança, quando diz que: “... *minha função é apenas cuidar bem das crianças...*” Rita – 25 anos.

Observa-se novamente na resposta da docente a existência de reminiscências das práticas filantrópicas que estiveram presentes no imaginário social durante vários anos. Na visão da entrevistada, a instituição em que trabalha ainda é vista como direito da mãe trabalhadora, e não da criança, e podemos observar na Constituição Federal de 1988 as mudanças significativas em relação à concepção do que é e do que deve contemplar o atendimento educacional oferecido à criança pequena. Seu texto estabelece que a criança de zero a seis anos tem direito à educação e não deixa dúvidas de que é dever do Estado oferecê-la, embora a matrícula não seja obrigatória.

Já a última pergunta desse bloco se referia à rotina adotada na instituição: ***Existe uma rotina no atendimento das crianças? Descreva.*** Compreendendo o histórico da Educação Infantil, segundo Kramer (2006), sabemos que o objetivo da educação infantil, conforme os direitos das crianças é o de desenvolvê-las integralmente, no sentido de integrar os cuidados básicos que se exige nesta fase da vida à educação não letrada. Isso indica que, além dos cuidados, o professor precisa estimular fisicamente, psicologicamente e cognitivamente a criança com experiências lúdicas e diversificadas a fim de, apresentá-las as várias formas de pensar e agir sobre situações diferentes. Para isso é essencial que o professor, bem como todos os profissionais envolvidos nesse trabalho, tenha suas práticas fundamentadas em concepções que contribuam para o desenvolvimento integral da criança na educação infantil, de modo que a organização da rotina possua objetivos e o professor projete ações em que se proporcionem à criança novas e ricas experiências para conhecer, explorar, imitar e, portanto, se desenvolver.

Nessa perspectiva, é notório, a partir dos relatos extraídos das entrevistadas, observar a clareza que as 12 professoras tiveram ao descrever a rotina no atendimento das crianças assistidas. Descreveram, além dos cuidados básicos,

todas as atividades lúdicas e educacionais, mostrando a contribuição para o desenvolvimento integral da criança.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre assuntos referentes a elas diretamente.

4.3.2. Autocaracterização

Apresenta-se agora o item que teve por objetivo possibilitar conhecer como as professoras descrevem assuntos referentes a elas e ao que elas exercem diretamente dentro da instituição.

No referido item, nenhuma entrevistada se negou a responder, sendo assim, as doze professoras expressaram claramente suas idéias.

Em relação aos objetivos, foi feita a seguinte pergunta para as entrevistadas:

Para você qual é o principal objetivo das instituições de Educação Infantil?

Muitos são os objetivos da Educação Infantil citados no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como o desenvolvimento de uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações; o descobrimento e conhecimento progressivo de seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. Destacamos também o estabelecimento de vínculos afetivos e de troca entre adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social demonstrando atitudes; também o estabelecimento e ampliação cada vez maior as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração. Outro ponto seria a observação e exploração do ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuem para sua conservação; o brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; a utilização das diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos,

necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva. Finalizando, o conhecimento de algumas manifestações culturais, de interesse, respeito e participação, valorizando a diversidade.

Das 12 entrevistadas, 11 deram respostas parciais à pergunta, ou seja, alguns desses itens foram citados, mas não houve uma resposta onde pudéssemos ver a formação integral da criança, contidas nesses objetivos citados acima. Porém foram citados trechos relevantes dos objetivos como demonstrado:

“Seria ampliar as relações sociais e afetivas das crianças, estabelecendo vínculo delas com os adultos, e ai eles vão construir uma imagem positiva de si mesmas né... e até sobre os outros... e vão respeitar sempre as diversidades.”
(Edna – 37 anos)

“Olha, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e é nessa fase que as crianças começam a desenvolver as capacidades físicas, cognitivas, afetivas, estéticas, éticas, tanto de relacionamento interpessoal quanto de inserção social. Acho que é isso!” (Inês – 30 anos)

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

Embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação

adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições bastante precárias. Se na pré-escola, constata-se, ainda hoje, uma pequena parcela de profissionais considerados leigos, nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista, entre outros.

A constatação dessa realidade nacional diversa e desigual, porém, foi acompanhada, nas últimas décadas, de debates a respeito das diversas concepções sobre criança, educação, atendimento institucional e reordenamento legislativo que devem determinar a formação de um novo profissional para responder às demandas atuais de educação da criança de zero a seis anos.

As funções deste profissional vêm passando, portanto, por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais. Nessa perspectiva, os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creches como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, como possibilite a atualização profissional.

Em resposta a esse debate, a LDB dispõe, no título VI, art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Considerando a necessidade de um período de transição que permita incorporar os profissionais cuja escolaridade ainda não é a exigida e buscando proporcionar um tempo para adaptação das redes de ensino, esta mesma Lei dispõe no título IX, art. 87, § 4º que: “até o fim da década da Educação somente serão

admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

Isto significa que as diferentes redes de ensino deverão colocar-se a tarefa de investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviço de seus professores (sejam das creches ou pré-escolas), aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já vêm trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade.

Ao mesmo tempo, deverão criar condições de formação regular de seus profissionais, ampliando-lhes chances de acesso à carreira como professores de educação infantil, função que passa a lhes ser garantida pela LDB, caso cumpridos os pré-requisitos. Nessa perspectiva, faz-se necessário que estes profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço.

Assim, o diálogo no interior da categoria tanto quanto os investimentos na carreira e formação do profissional pelas redes de ensino é hoje um desafio presente, com vista à profissionalização do docente de educação infantil. Em consonância com a LDB, este Referencial utiliza a denominação “professor de educação infantil” para designar todos os/as profissionais responsáveis pela educação direta das crianças de zero a seis anos, tenham eles/elas uma formação especializada ou não.

A segunda pergunta se referia a reciclagem dos conhecimentos de cada uma das entrevistadas: ***Você atualiza seus conhecimento sobre a infância? De que forma?*** A terceira pergunta desse bloco se referia ao interesse em estar trabalhando na área referida: ***Quando surgiu seu interesse em participar deste serviço?***

Diante da pergunta sobre a atualização do conhecimento, todas as 12 entrevistadas apresentaram as formas que utilizam para atualização dos conhecimentos na área que atuam, mostrando dessa forma que o interesse pela reciclagem é unânime, porém, relatam que as oportunidades ainda são poucas, não conseguindo assim estarem atualizadas, demonstrando interesse em oportunidades de reciclagens com maior frequência.

A velocidade das mudanças, a famosa globalização e o desenvolvimento tecnológico transformam incessantemente o ambiente de trabalho, de forma que

hoje não há dúvidas de que estudo e formação não são apenas uma etapa da vida, mas uma constante ao longo de toda a carreira.

Assim, a atualização profissional deixou de ser uma opção para ser também uma condição e uma necessidade dentro do exercício da profissão. Isso se manifesta tanto como iniciativa de aperfeiçoamento do currículo dentro de um ambiente cada vez mais concorrido quanto por exigência natural do mercado, onde a todo instante se veem antigos meios e conceitos sendo aperfeiçoados ou superados.

O profissional deve estar atento às novidades e às oportunidades de aplicação de sua experiência e competência e entender claramente quais são as competências valorizadas na área em que atua. Vê-se então a necessidade de procurar um processo rápido, eficaz e específico para aquisição dos conhecimentos que quer aprofundar ou adquirir. Isso vai de encontro direto os programas de atualização profissional. São cursos de curta duração que se prestam a aplicar algum conceito recente e pontual que profissionais já atuantes não tiveram a oportunidade de aprender anteriormente ou conceitos que, de tão específicos, encontram nesse formato de curso a sua melhor forma de ensino e aplicação, pois já são voltados especialmente para aqueles que necessitam e procuram por eles.

Esse mecanismo, no entanto, é uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que os profissionais devem estar antenados às novas demandas de sua área, as instituições de ensino devem fazer o mesmo: perceber o que está mudando no mercado para estruturar seus cursos de acordo com o cenário em que está inserida.

Desta maneira, as próprias instituições, ao se preocuparem em oferecer cursos de extensão e aprimoramento educacional, ajudam a acabar com os resquícios do velho estigma que deve e está sendo combatido: o de que o estudo acaba na escola.

O profissional, agora, entende que sua atualização é uma disciplina obrigatória e seu conteúdo dependerá de seus objetivos de desenvolvimento de carreira, das oportunidades de mercado e da sua auto-realização.

Logo após, nas questões seguintes, questionamos as entrevistadas sobre a atividade exercida: **Quais atividades exerce dentro da instituição?** e, **O que você acha mais importante na atividade que exerce?** Respectivamente.

As 12 respostas referentes às atividades exercidas foram respondidas de forma a não satisfazer o pesquisador, pois as entrevistadas responderam que exercem a atividade de uma professora de educação infantil, acreditando que todo professor de Educação Infantil obrigatoriamente cumpre todas as suas exigências. Questionadas posteriormente sobre quais seriam então essas atividades, as 12 entrevistadas responderam apenas que seriam todas ligadas ao papel do professor, porém não souberam, ou não quiseram discriminá-las.

Já a segunda pergunta, que se referia ao que seria mais importante na atividade exercida, as respostas foram variadas, onde cada professora disse sua concepção de importância dentro do trabalho.

Autores com Oliveira (2001), Mukhina (1996), Bondioli & Mantivani (1998), destacam a importância de que sejam conhecidos os aspectos do desenvolvimento infantil, de acordo com a idade da criança para que, desse modo, os educadores sejam capazes de criar ambientes e atividades adequadas às necessidades infantis.

Consideramos, pois, de extrema importância que os cursos de formação de professores contem com disciplinas que contemplem as características do desenvolvimento infantil, sobretudo durante a primeira infância, e que sejam propostas, juntamente com os alunos, discussões sobre a estruturação do espaço físico, materiais a serem utilizados, brincadeiras que possam ser desenvolvidas, estruturações da rotina diária, entre outros elementos que favoreçam as trocas de experiências entre as crianças e também entre as crianças e os adultos, a fim de impulsionar seu desenvolvimento e aprendizagem.

Em relação à atividade mais importante dentro da Educação Infantil, para que cada entrevistada saiba que a importância está no conjunto de trabalho desenvolvido, é válido que ressaltemos os cursos de formação de professores, onde vão capacitar assim os professores a criar atividades adequadas às verdadeiras necessidades infantis.

A última pergunta do segundo bloco foi: ***Você acredita que exista dificuldade para realização das atividades que exerce? Se sim, quais são elas?***

Percebe-se entre as respostas das entrevistadas, que a grande dificuldade relatada diz respeito à participação dos pais no desenvolvimento da criança, onde 10 das 12 entrevistadas citaram esse item como resposta. A instituição família é considerada por Rizzini (2004), como o lugar mais importante para o

desenvolvimento dos indivíduos, mesmo que não atenda aos padrões ideais estabelecidos pela sociedade. Sabe-se que esse espaço é considerado propício ao desenvolvimento dos laços afetivos.

A família, nos dias de hoje, apresenta-se com diferentes estruturas e configurações. Tratando-se de um contexto denominado pós-moderno, este em que vivemos atualmente, falta-nos uma perspectiva exata para defini-la, dadas as transformações ocasionadas pela própria evolução dos tempos, havendo inclusive, vários modelos em uma mesma família, formada por pessoas de origens diferentes, motivadas por valores também diferentes.

Apesar de todas as mudanças sofridas ao longo dos tempos, Winnicott (1999) ressalta a importância da função psicossocial da família em relação a seus membros, que não deixa de ser fundamental em tempo algum e sobrevive a quaisquer mudanças.

Winnicott (1999) também afirma que o papel da família é o de, fundamentalmente, promover o atendimento das necessidades básicas de seus membros, as quais se podem definir como sendo de natureza física, social e afetiva. Como diz Winnicott (1999, p.144) *“temos, pois, duas coisas distintas: as tendências inatas do bebê e o lar que você lhe proporciona. A vida consiste na interação dessas duas coisas”*.

As necessidades físicas referem-se à sobrevivência: abrigo, segurança e alimento. Já as de natureza social e afetiva, dizem respeito ao desenvolvimento emocional e cognitivo, constituindo-se a identidade, a individualidade, o sentimento de pertencimento, amparo e proteção dos sujeitos a ela pertencentes. Neste contexto, cabem algumas considerações sobre o ambiente, que influencia diretamente as configurações familiares, que no caso desse estudo seriam as instituições em que as crianças estão inseridas. A esse respeito, pode-se falar em famílias saudáveis, ou funcionais, e famílias disfuncionais. Vejamos como Macedo (1994) caracteriza cada uma delas.

As famílias saudáveis ou funcionais, segundo Macedo (1994, p. 186), caracterizam-se por um *“ambiente acolhedor, continente, podendo as relações entre seus membros serem caracterizadas como amorosas, carinhosas e leais”*, e as disfuncionais, ainda conforme a mesma autora, propiciam a convivência em um

“ambiente disjuntivo e os relacionamentos assumem características de ódio, culpa, vingança”.

Nas primeiras, o crescimento de seus membros é promovido, nas segundas, bloqueado. Trata-se, aqui, da qualidade do ambiente e das vivências nele realizadas, aliada aos processos internos do sujeito em desenvolvimento. Como diz Winnicott (1999, p.148) *“o suprimento ambiental ou fornece uma oportunidade para que ocorra o processo interno de crescimento, ou então impede que tal aconteça”.*

A respeito deste ambiente, questões como a comunicação, as regras e limites, a própria organização da rotina, as relações de poder, são aspectos muito importantes na constituição e manutenção das famílias e devem ser levados em consideração em qualquer análise que se faça, seja qual for o objetivo em questão, visto que estão todos inter-relacionados. Como afirma Zimerman (1999, p.104):

...uma família bem estruturada requer algumas condições básicas, como é a necessidade de que haja uma hierarquia na distribuição de papéis, lugares, posições e atribuições, com a manutenção de um clima de liberdade e de respeito recíproco entre os membros.

Além disso, essas são questões que contribuem de forma decisiva na formação dos indivíduos, como nos elucida Winnicott (1989, p.103) a respeito da família *“cuja estrutura se relaciona com a estrutura da personalidade do indivíduo”.* Disto podemos inferir o quanto é importante proporcionar à criança um ambiente saudável, que proporcione o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, que lhe proteja e lhe desperte o prazer de viver, caso contrário, pode ocorrer um *“fracasso do suprimento ambiental”* (WINNICOTT, 1999, p.149), gerando danos ao saudável crescimento.

Mas, apesar de se saber do imenso valor de um lar saudavelmente constituído, a bem da verdade não podemos deixar de dizer que não há lar perfeito no mundo, nem família perfeita ou ideal. Todas as pessoas têm problemas e todas as crianças, em algum momento de seu desenvolvimento, revelam algum sintoma, alguma pista de que algo não vai perfeitamente bem. Conforme Winnicott (1982, p.142):

...mesmo o mais carinhoso e compreensivo ambiente de vida familiar não pode alterar o fato de que o desenvolvimento humano vulgar é árduo e, na verdade, um lar perfeitamente adaptativo seria difícil de perdurar, visto que não haveria qualquer alívio através de uma cólera justificada.

Sabendo-se, então, que embora se procure prover de forma o mais satisfatoriamente possível as necessidades das crianças, não se alcançará o ideal, tampouco se verá um crescimento livre de qualquer deslize que o comprometa ou dificulte de alguma forma, cabe analisar-se o que um sintoma pretende demonstrar.

Segundo Winnicott (1982), o sintoma tem o papel de, basicamente, mostrar algo que quer se esconder. Algo que não está bem estruturado, resolvido, que pede atenção, mas que não pode aparecer por completo, mostrando-se como é. Constitui-se como um dos recursos que, nas palavras de Winnicott (1982, p.143), “*a natureza forneceu para defesa contra a angústia e o conflito intolerável*”.

Mas o sintoma, em si, não é o problema. Pelo contrário, é um pedido de ajuda que pode se expressar das mais variadas formas: uma enurese, uma rejeição aos alimentos, uma dificuldade de aprendizagem, uma gagueira, entre tantas outras possibilidades. Esta manifestação que, muitas vezes, preocupa e incomoda encontra lugar de expressão no brincar. Por isso, segundo Winnicott (1982), recomenda-se a estimulação da capacidade de brincar da criança.

Se uma criança estiver brincando, haverá lugar para um sintoma ou dois, e se ela gostar de brincar, tanto sozinha como na companhia de outras crianças, não há qualquer problema grave à vista... Suas brincadeiras revelam que essa criança é capaz, dado um ambiente razoavelmente bom e estável, de desenvolver um modo de vida pessoal e, finalmente, converter-se num ser humano integral, desejado como tal e favoravelmente acolhido pelo mundo em geral. (WINNICOTT, 1982, p.143)

Cada família busca, à sua maneira, enfim, oferecer o melhor possível ao desenvolvimento de seus membros, da forma que considera mais adequada. O que será feito com isso que é oferecido depende, em grande parte, do próprio sujeito, daquilo que é capaz de conseguir naquele momento, frente aquela experiência singular. Neste jogo de interações e relações múltiplas desenvolvem-se os sujeitos que vem a se constituir criadores de sua própria história. Por isso, entende-se que é fundamental para a participação dos pais no desenvolvimento da criança dentro da instituição, uma boa relação familiar dentro de seus lares.

Verifica-se a seguir o que as professoras entrevistadas pensam e respondem sobre seu conhecimento sobre a documentação das instituições.

4.3.3. Aspectos

O terceiro bloco, item “aspectos” teve por objetivo apresentar questões mais próximas da realidade dos sujeitos da pesquisa para que eles pudessem se identificar com elas. No caso deste estudo, diz respeito às documentações, como regimento interno e planejamentos, e conselhos ao qual a instituição é vinculada.

O item “Aspectos” iniciou questionando as entrevistadas sobre o regimento interno da instituição: ***Você têm conhecimento do papel da Instituição, ou seja, conhece seu regimento interno?***

As respostas dessa pergunta foram subdivididas em grupos de instituições, devido a semelhança nas repostas das professoras que pertencem a mesma instituição, A, B, C e D.

As professoras das instituições “A” e “D” possuem conhecimento sobre o Regimento Interno da referida instituição, e o mesmo é apresentado a todas ao iniciarem o trabalho na instituição. Ainda assim, fica a disposição para possíveis consulta. Já as professoras das instituições “B” e “C” não o conhecem, já que o mesmo não foi apresentado e não está disponível para conhecimento ou consulta.

O regimento escolar é um combinado de regras que irão definir toda a organização didática, administrativa, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas para sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Ele define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa que estará envolvida na instituição,

evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O documento surge da reflexão que a instituição tem sobre si mesma, porém, deve estar de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município que a mesma está instalada. Ele é baseado em um texto referencial e em princípios democráticos, adotados pela Secretaria de Estado da Educação que são a base para promover a discussão, a reflexão e a tomada de decisão pelos membros da escola, buscando respostas às questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Toda instituição deve possuir um conjunto de normas e regras que regulem a suas propostas explicitadas em um documento que deve estar disponível para a consulta de toda a comunidade escolar. Diferente do que pudemos observar nas respostas das entrevistadas, a maioria delas não o conhece.

O momento de construção do documento deve propiciar o aperfeiçoamento da qualidade da educação, estabelecendo a responsabilidade de cada um dos segmentos que compõem a instituição escolar como forma de garantir o cumprimento de direitos e deveres da comunidade escolar.

Ele deve estar de acordo com uma proposta de gestão democrática, assim ele possibilitará a qualidade do ensino, fortalecendo a autonomia pedagógica e valorizando a participação da comunidade escolar que está representada através dos órgãos colegiados, como, por exemplo, o Conselho Escolar e o grêmio estudantil. Outro objetivo do Regimento é o cumprimento das ações educativas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

A escola deve ser percebida como um espaço que favorece a discussão dos conhecimentos históricos acumulados pela sociedade. É através dessa construção coletiva que teremos uma organização capaz de efetivar uma educação de qualidade, gratuita e para todos, além de formar cidadãos críticos capazes de transformar a sua realidade. Dessa forma, podemos concluir que o Regimento Escolar é essencial para uma instituição escolar que busca a qualidade do ensino numa perspectiva democrática.

Ainda no terceiro bloco, questionamos as entrevistadas sobre o planejamento das atividades e o acompanhamento dos mesmos: ***O planejamento de suas***

atividades é realizado anualmente, semestralmente ou mensalmente? Quem os acompanha?

As respostas obtidas das 12 entrevistadas revela que os planejamentos ocorrem semestralmente e quinzenalmente. Relatam que ao iniciar o 1º e o 2º semestres são realizadas reuniões com as coordenadoras para que construam juntas o planejamento da instituição. Revelam também que quinzenalmente se reúnem com as coordenadoras para a construção do planejamento quinzenal de cada sala. As entrevistadas das instituições A, B e D relatam ainda que quando a coordenadora não esta presente, um outra professora as acompanha, estando sempre em dupla para a construção do planejamento quinzenal.

Elaborar e implantar um projeto educativo requer das equipes de profissionais das instituições um grande esforço conjunto. A direção da instituição tem um papel chave neste processo quando auxilia a criação de um clima democrático e pluralista. Deve incentivar e acolher as participações de todos de modo a possibilitar um projeto que contemple a explicitação das divergências e das expectativas de crianças, pais, docentes e comunidade.

O coletivo de profissionais da instituição de educação infantil, entendido como organismo vivo e dinâmico é o responsável pela construção do projeto educacional e do clima institucional. A tematização da prática, o compartilhar de conhecimentos são ações que conduzidas com intencionalidade, formam o coletivo criando condições para que o trabalho desenvolvido seja debatido, compreendido e assumido por todos. Compartilhar é um processo que contribui para que a instituição se constitua como unidade educacional no qual são expressas as teorias e os saberes que sustentam a prática pedagógica. Esse processo tece a unidade do projeto educativo que embora traduzida pelos diferentes indivíduos do coletivo, parte de princípios comuns. A unidade é, portanto, construída dinamicamente.

São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. A implementação e/ou implantação de uma proposta curricular de qualidade depende, principalmente dos professores que trabalham nas instituições. Por meio de suas ações, que devem ser planejadas e compartilhadas com seus pares e outros profissionais da instituição, pode-se construir projetos educativos de qualidade junto aos familiares e às crianças.

A ideia que preside a construção de um projeto educativo é a de que se trata de um processo sempre inacabado, provisório e historicamente contextualizado que demanda reflexão e debates constantes com todas as pessoas envolvidas e interessadas. Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.

Finalizando o terceiro bloco, Aspectos, perguntou-se às entrevistadas: ***Você percebe a participação do Conselho ao qual a instituição é vinculada acompanhando os trabalhos desenvolvidos? De que forma?***

Sobre esse tema, percebemos a falta de conhecimento não só sobre o Conselho ao qual a instituição é vinculada, mas também ao conhecimento do próprio conselho em si, ou seja, não se sabe qual Conselho fiscaliza a instituição, e quando o apresentamos, mostram-se novamente desconhecer.

As entrevistadas das instituições “B”, “C” e “D” o desconhecem em todos os sentidos, e apenas as entrevistadas da instituição “A” o conhecem e relatam que em todas as reuniões bimestrais é passado a elas um relatório referente ao Conselho.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sócio assistenciais estatais e não estatais no Município. A criação dos conselhos municipais de assistência social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993.

Os conselhos estão vinculados ao órgão gestor da assistência social, que deve prover infraestrutura garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, conforme estabelece o parágrafo único do art. 16 da LOAS, com suas alterações da Lei nº 12.435/2011. Os referidos conselhos são criados pelo município mediante lei específica que estabelece sua composição, o conjunto de atribuições e a forma pela qual suas competências serão exercidas. A Resolução O CNAS nº 237/2006, art. 10 define que os Conselhos de Assistência Social deverão ser compostos por 50% de representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil.

Nesse âmbito, são representantes da sociedade civil as entidades e organizações da assistência social, as entidades e organizações de usuários, e as

entidades e organizações de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Os representantes do governo nos conselhos devem ser indicados e nomeados pelo respectivo chefe do Poder Executivo, sendo importante incluir setores que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, como Assistência Social; Saúde; Educação; Trabalho e emprego; Finanças; Planejamento.

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Viçosa, os Conselhos de Assistência Social têm como principais atribuições no seu respectivo âmbito de atuação: deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e seu funcionamento; convocar e encaminhar as deliberações das conferências de assistência social; apreciar e aprovar o Plano da Assistência Social; apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos da assistência social a ser encaminhada ao Poder Legislativo; apreciar e aprovar a execução orçamentária e financeira do Fundo de Assistência a ser apresentada regularmente pelo gestor do Fundo; acompanhar os processos de pactuação da Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB; divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais; inscrever entidades de Assistência Social, bem como serviços, programas, projetos sócio assistenciais; fiscalizar a rede sócio assistencial (executada pelo poder público e pela rede privada) zelando pela qualidade da prestação de serviços; eleger entre seus membros a sua mesa diretora (presidente e vice-presidente paritariamente); aprovar o seu regimento interno; fiscalizar e acompanhar o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF; acompanhar a gestão integrada de serviços e benefícios sócio assistenciais; e, exercer o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, conforme prescrito na NOB/SUAS/RH/2006.

Convém que os Conselhos Municipais de Assistência Social tenham sua atuação articulada com os demais Conselhos de Políticas Públicas e os de Defesa e garantia de direitos existentes nos municípios, tais como Educação, Saúde e Direitos das Crianças e Adolescentes e do Idoso, uma vez que entre as diferentes políticas públicas há situações que exigem ações intersetoriais.

Verifica-se a seguir o que as professoras pensam e respondem sobre seu papel dentro da instituição.

4.3.4. Extensão

O quarto bloco, item “extensão” teve por objetivo compreender o papel de cada entrevistado dentro da instituição. Contou com duas perguntas que foram analisadas. A primeira se referia ao papel exercido pela entrevistada na vida dos assistidos e seus familiares: ***Qual têm sido seu papel na vida das crianças e de seus familiares?***

As 12 professoras entrevistadas relataram o papel que exercem na vida das crianças atendidas e de seus familiares, apesar desse papel ser variado de acordo com a entrevistada.

“Meu papel na vida deles... bom, acho que educar as crianças, cuidar das crianças e conscientizar os pais da participação deles na vida e no desenvolvimento dos filhos...”
(MARIA – 34 anos)

“É no aprendizado e no cuidar. Os pais percebem muito bem quando a criança é tratada com carinho sabe! Mas na vida dos familiares não sei... acho que mais na das crianças mesmo, e ajudando as crianças a gente ajuda a família ne!”
(CAROLINA – 33 anos)

“Meu papel é de dar uma boa formação pras crianças. Ensinar tudo direitinho... é isso!” (MARA – 45 anos)

O papel do profissional da educação infantil precisa ser repensado. Segundo Gadotti (1998), faz-se necessário que o professor se assuma enquanto um profissional do humano, social e político, tomando partido e não sendo omissos, neutro, mas sim definindo para si de qual lado está. Posicionando-se então este profissional não mais neutro, pode ascender à sociedade usando a educação como instrumento de luta, levando a população a uma consciência crítica que supere o *senso comum*, todavia não o desconsiderando.

Educadores e educadoras precisam engajar-se social e politicamente, percebendo as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista. Para isso, antes de tudo

necessitam conhecer a sociedade em que atuam, e o nível social, econômico e cultural de seus alunos.

Precisam entender também que, analisando dialeticamente, não há conhecimento absoluto, pois tudo está em constante transformação. Usando os dizeres de Gadotti (1998), "*todo saber traz consigo sua própria superação*". Portanto, não há saber nem ignorância absoluta, há apenas uma relativização do saber ou da ignorância. Por isso, educadores e educadoras não podem se colocar na posição de ser superiores, que ensinam um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daqueles que comunicam um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo.

Como educadores engajados em um processo de transformação social, necessita-se que esses profissionais acreditem na educação, e, mesmo não tendo uma visão ingênua, acreditando que essa sozinha possa transformar a sociedade em que está inserida, e acreditem que sem ela nenhuma transformação profunda se realizará.

É preciso confiar nessas mudanças e esperar o inesperado, pois como nos diz Edgar Morin (2001, p. 92):

Na história, temos visto com frequência, infelizmente, que o possível se torna impossível e podemos pressentir que as mais ricas possibilidades humanas permanecem ainda impossíveis de se realizar. Mas vimos também que o inesperado torna-se possível e se realiza; vimos com frequência que o improvável se realiza mais do que o provável; saibamos, então, esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável. (MORIN, 2001, p. 92)

No entanto, como professores e professoras se veem frente a essas questões? Que espaço reservam para discutir suas funções sociais? Será que no seu dia-a-dia, entre uma escola e outra, fazem tal reflexão ou acabam sucumbindo ao sistema, mergulhando num fazer sem fim? A sociedade e a escola têm valorizado os profissionais da educação, ou, como nos aponta Arroyo (2002, p. 9), veem esses como "*um apêndice, um recurso preparado, ou despreparado?*".

Sendo assim, torna-se necessário promover discussão teórica que substancie a reflexão dos professores e professoras sobre o papel social de sua formação.

A segunda questão analisada nesse bloco seria a respeito da integração da instituição coma família dos assistidos: ***Você observa uma interação da família atendida com a instituição? De que forma é feita?***

O que fica evidente nesse item, é que as professoras reconhecem a interação da família com a instituição que trabalham, mas conforme afirma Bondioli & Mantovani (1998), possuem uma concepção equivocada sobre essa participação, não respeitando as diferenças culturais e sociais do grupo que estão inseridas.

“ Ah, as vezes... quando tem reunião e festas que a instituição faz, ai eles aparecem... mas quando se trata da educação mesmo, da parte pedagógica, aí é complicado viu! Querem nem saber , porque nem eles sabem nem entendem nada. (MARA – 45 anos)”

“Sim, eu vejo sim! Claro que não são todos né... mas acho que não é só aqui. Se você for perguntar numa escola particular, lá também não são todos. É difícil a gente ter participação de todos, mas assim, eles vem conversar, vem em reunião, conversam na chegada e na saída, sempre perguntando dos filhos. Ah, não tenho dúvidas que já melhorou muito de quando começou. Mas não cumprem com a obrigação do dia a dia. Jogam tudo nas costas da gente. Acredito que nem eles conhecem essas coisas de escola. (LIANA – 30 anos)”

As características da faixa etária das crianças atendidas, bem como as necessidades atuais de construção de uma sociedade mais democrática e pluralista apontam para a importância de uma atenção especial com a relação entre as instituições e as famílias.

Segundo Bondioli & Mantovani (1998), constata-se em muitas instituições que estas relações têm sido conflituosas, baseadas numa concepção equivocada de que

as famílias dificultam o processo de socialização e de aprendizagem das crianças, no caso das famílias de baixa renda, por serem consideradas como portadoras de carências de toda ordem. Esta concepção traduz um preconceito que gera ações discriminatórias, impedindo o diálogo. Muitas instituições que agem em função deste tipo de preconceito têm procurado implantar programas que visam a instruir as famílias, especialmente as mães, sobre como educar e criar seus filhos dentro de um padrão preestabelecido e considerado adequado.

Essa ação, em geral moralizadora, tem por base o modelo de família idealizada e tem sido responsável muito mais por um afastamento das duas instituições do que por um trabalho conjunto em prol da educação das crianças. Visões mais atualizadas sobre a instituição familiar propõem que se rejeite a ideia de que exista um único modelo. Especialmente nas instituições alvo dessa pesquisa, podemos observar a variedade nos modelos familiares das crianças assistidas, o que confirma a afirmativa acima.

A valorização e o conhecimento das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que compõem a nossa sociedade, e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes indicam que, novos caminhos devem ser trilhados na relação entre as instituições de educação infantil e as famílias.

Verifica-se a seguir o que as professoras pensam e falam sobre as mudanças das crianças assistidas pelas instituições.

4.3.5. Mudança

O item “mudança” pretendeu-se conhecer o que as entrevistadas acreditam sobre as mudanças de comportamento das crianças assistidas pelas instituições de educação infantil, e sobre a importância dessa mudança. Inicialmente questionou-se sobre a mudança das crianças: ***Você percebe mudança nas crianças que atende? Quais mudanças destacaria?***

Todas as 12 professoras questionadas relatam observar mudanças nas crianças atendidas, e 11 das entrevistadas destacam duas ou mais mudanças. O que fica evidente são dois pontos muito citados entre elas, a socialização e a alimentação.

“Vejo uma melhora na socialização deles... eles chegam igual bicho sabe, e brigam sem motivo nenhum... aí passa um tempo e já estão convivendo melhor, aprendem a respeitar...”
(MARIA – 34 anos)

“Vejo sim. No comportamento, na alimentação... tanto o que eles comem como a forma que comem. Chegam aqui então comem nada, verdura então nem se fala. Já comida é aquela montanha (risos). Passa um pouquinho e já estão comendo de tudo, e de um jeito mais educado, sabe...” (RITA - 25 anos).

A educação é um processo dialógico, por isso deve proporcionar um ambiente propício a concretização de um conhecimento fundamentado no diálogo, desta forma evidencia-se a importância de os sujeitos trabalharem de forma coletiva e cooperativa, pois neste tipo de atividade se expõe dialogicamente conhecimentos já apreendidos e se abre à possibilidade de construção de novas aprendizagens. A educação não se limita a transmissão de informações, é preciso crer na potencialidade dos sujeitos.

O educador deve entender que o sujeito tem potencial para aprender, e se ainda não completou seu processo de conhecimento, o completará com o auxílio tanto do educador como do seu colega.

Através da interação dialógica os sujeitos adquirem ou aprimoram a possibilidade de consciência de realidade. Para Freire (2002) o diálogo assume função na constituição de consciência do ser, a partir do diálogo os sujeitos tomam consciência de sua realidade.

Por isto o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depósito de ideias de um sujeito no outro nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2002, p.109)

O conhecimento é o produto da relação entre os sujeitos e também da relação destes com o mundo. É pela educação que os sujeitos constroem possibilidades

para mudar a si mesmo e o mundo ao seu redor. A atividade de ensino-aprendizagem é determinada pela interação social dos sujeitos envolvidos neste processo.

Gadotti (1998) afirma que os seres humanos têm natural potencialidade de aprender e essa aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsabilmente de seu processo. Por isso a necessidade do aluno construir seu caminho até o conhecimento. Freire(1996) compartilha da mesma ideia afirmando que: *“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção.”*

Ao interagir com outros sujeitos o educando se relaciona de modo diferente com o saber, por que é possibilitado um momento de troca, em que ele se depara com novas percepções a respeito do objeto de estudo. Na interação com o outro sujeito constrói laços de afeto e respeito e evidencia características individuais que compõe sua identidade.

Segundo Gomes (2012), o desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias.

Ao interagir com o outro se verifica a constituição de um confronto de concepções iniciais do educando com aquelas apresentadas pelos seus pares, tornando este processo fundamental para que a criança se aproprie de novos significados, apropriação esta que só se fará pela socialização.

Cabe ao educador que é o sujeito que detém mais experiência em sala de aula intervir e mediar à relação do educando com o conhecimento. Objetivando em sua prática criar Zonas de Desenvolvimento Proximal, atuando como elemento de mediação, interferindo no desenvolvimento dos educandos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

A ação consciente do educador leva a promoção de interações em sua sala de aula. Esta consciência concebe a percepção de que o homem se constitui como ser humano a partir das relações que estabelece com os outros. O homem é um ser social que constrói sua história com a participação do outro, o homem se consolida

como homem a partir da vivência que resulta de processos de interação que se dão ao longo de toda sua vida.

Na segunda questão foi perguntado sobre as famílias dos assistidos, se acreditam que eles reconhecem o trabalho por eles oferecido. ***Você acredita que as famílias assistidas reconhecem a importância do trabalho realizado pela instituição? Justifique.***

É notório, a partir dos relatos das 12 entrevistadas, observar que as mesmas acreditam no reconhecimento do trabalho da instituição pela grande maioria das famílias dos atendidos. Porém, é possível notar entre as respostas, todas destacam uma pequena parcela de pais que não reconhecem a importância do referido trabalho.

Segundo Kramer (2005), a educação infantil, embora não seja a solução para os problemas sociais estruturais, têm sido considerada pelos órgãos internacionais, como o Unicef, um dos fatores para medir o IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil), fazendo diferença na vida da criança pela possibilidade de garantia dos seus direitos fundamentais, sintetizados em proteção, provisão e participação.

Kramer (2005) revela também que a educação infantil traz diversos benefícios para a criança, como benefícios pessoais, educacionais, econômicos e benefícios sociais. Dessa forma, dificilmente os pais não reconheceriam tal trabalho. A questão a se discutir seria uma melhor forma para se compartilhar a ação educativa para que haja esse reconhecimento de forma concreta. Sabemos que o contato entre a família e o educador é uma questão primordial, que convém cuidar e fazer funcionar. Segundo Bassedas, (1999), as relações entre a família e a escola devem concretizar o objetivo geral de compartilhar a ação educativa em alguns âmbitos mais específicos como, conhecer a criança, estabelecer critérios educativos comuns, oferecer modelos de intervenção e relação com as crianças e ajudar a conhecer a função educativa da escola, e dessa forma acreditamos que as famílias assistidas reconheceriam ainda mais a importância do trabalho realizado pela instituição.

Verifica se a seguir o que as professoras pensam e falam sobre as justificativas das crianças assistidas pelas instituições.

4.3.6. Justificativa

O item “justificativa” teve por objetivo conhecer como os sujeitos justificam a existência das instituições através de seu trabalho. A primeira pergunta a respeito do alcance de seus objetivos traçados: ***Você percebe o alcance de seus objetivos nos atendimentos realizados?***

Todas as 12 entrevistadas reconhecem o alcance de seus objetivos nos atendimentos que são realizados nas instituições dessa pesquisa, mesmo que esses objetivos não sejam iguais entre elas, e algumas delas exerçam a profissão há um curto período de tempo.

Segundo Kramer (2005) identidade profissional é tema amplo, e nem sempre fácil de analisar. Para que os objetivos sejam alcançados, esse profissional de educação infantil precisa de uma formação, seguindo de uma visão de que desenvolvimento infantil e aquisição do conhecimento precisam acontecer simultaneamente.

Já a segunda pergunta: ***Você acha essencial este trabalho para a comunidade?***

A resposta a essa pergunta foi unânime, onde todas as professoras se manifestaram positivamente, relatando o crescimento.

Segundo Bondioli & Mantovani(1998), o discurso sobre a educação na primeira infância, creches e pré-escola, enquanto serviço social coloca-se no interior daquele discurso mais geral, dos modelos no interior de projetos de política social que tendem a garantir a todos os cidadãos um nível mínimo de assistência através da oferta da prestação de serviços. Partindo desse pressuposto, o oferecimento da educação para primeira infância “moderna” (para distingui-la da creche assistencial que possuía como referente a família necessitada) nasce como serviço em resposta às necessidades e aos direitos da mulher que trabalha, como garantia de ocupação extradoméstica, cuja tendência é eliminar a discriminação da mulher, enquanto mãe, e a sua conseqüente possível exclusão ou marginalização do mercado de trabalho.

Ainda segundo Bondioli & Mantovani(1998) ultimamente têm-se difundido a ideia de que a creche, enquanto agência educativa, seja um direito não só para a mãe como também para a criança. Esta mudança de ótica, todavia, não desmente a ideia básica de que a creche, como serviço, têm como referente a família, enquanto

instituição capaz não apenas de fornecer ela mesma serviços, mas também de mediar e redistribuir prestações provenientes do poder público. É realmente uma abstração pensar nas necessidades da criança como aspectos separados da realidade social na qual se encontra inserida e, portanto, das necessidades da própria família.

Você se sente realizada participando da formação dessas crianças?

Nas 12 entrevistas das professoras, os depoimentos sobre a realização pessoal na formação dos assistidos foram recorrentes. Analisando esse tema e buscando compreender o que lhe esta subjacente, foi possível identificar um aspecto de destaque. Encontramos depoimentos que expressam a necessidade da paixão.

“Muito! Essa paixão me move...” (Raquel – 34 anos)

“Extremamente realizada. Eu tenho verdadeira paixão pelo que faço! Quando eu vejo esse pequenos dando grandes passos na vida me encho de orgulho.” (Liana – 30 anos)

Nesses casos, a paixão foi mencionada como fruto de uma luta, muitas vezes devido a uma realidade difícil, em que educação infantil não tem apoio. Ao falarem de paixão, as entrevistadas referem-se a um forte compromisso com a atuação coletiva, ao contexto público mais amplo ou ao contexto de vida e trabalho cotidiano. Paixão, segundo Kramer (2005), parece significar aqui o compromisso político ou profissional, sentido do coletivo e envolvimento pessoal.

Ainda segundo Kramer (2005), para quem conhece e atua na educação infantil, esse tom, essa ênfase no engajamento profissional, esse entusiasmo e aposta no trabalho não são estranhos. Tais características parecem constituir a própria identidade da profissional de educação infantil.

A seguir verifica-se o que as professoras pensam e falam sobre as soluções para o atendimento das instituições.

4.3.7. Soluções

O item “soluções” teve por objetivo possibilitar obter das entrevistadas as soluções que elas propõem para melhoria do trabalho e atendimento nas instituições que trabalham. A pergunta inicial: ***Você acha que existe alguma dificuldade no cumprimento dos objetivos quanto ao trabalho proposto? Qual seria este?***

Através das respostas das docentes entrevistadas podemos observar que todas elas alegam cumprir os objetivos propostos sem maiores problemas, porém relatam que o que é proposto está dentro da realidade que vivem, onde 3 professoras não possuem curso superior. Das 12 entrevistadas, 9 delas acreditam que cursos de formação auxiliaria no crescimento profissional para que pudessem propor e elaborar melhores objetivos e propostas para as crianças assistidas.

Segundo as características apontadas acima, não pode prescindir da formação continuada que deve fazer parte da rotina institucional e não pode ocorrer de forma esporádica. Hora e lugar especialmente destinado à formação devem possibilitar o encontro entre os professores para a troca de ideias sobre a prática, para supervisão, estudos sobre os mais diversos temas pertinentes ao trabalho, organização e planejamento da rotina, do tempo e atividades e outras questões relativas ao projeto educativo. A instituição deve proporcionar condições para que todos os profissionais participem de momentos de formação de naturezas diversas como reuniões, palestras, visitas, atualizações por meio de filmes, vídeos etc.

Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE, todos os professores da pré-escola e dirigentes de creches devem ter habilitação específica de nível médio. Nos termos da LDB, é o Artigo 62 que exige essa formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Tais medidas representam uma estratégia para a seleção do profissional da educação infantil e indicam que as Secretarias de Educação precisam assumir papel mais efetivo, investindo na formação de profissionais de creche e pré-escola por meio da oferta de cursos passíveis de certificação formal, tanto para professores quanto para auxiliares.

A segunda pergunta desse bloco, feita às docentes das instituições entrevistadas foi: ***Com o decorrer dos anos você vê algum crescimento, ou promoção nas famílias assistidas? Justifique.***

A resposta afirmativa foi unânime, e todas deram exemplos desse crescimento.

“Vejo... e como vejo! Os pais chegam aqui no início até mal vestidos, descuidados sabe. Passa um, dois anos já estão bem vestidos, limpinhos, buscando as crianças de bicicleta, de moto. Eu fico muito feliz e emocionada de ver isso e de poder fazer parte disso.” (Carolina – 33 anos)

“Vejo, e isso é muito legal! O pai do Alan me falou outro dia que subiu no emprego. Ele era servente, depois pedreiro, e agora ele toma conta de tudo na obra. E olha que era um moço que vivia bebendo aqui no bairro, (risos). Tenho certeza que o fato do filho dele vir aqui pra creche ajudou. Bom demais né!” (Maria – 34 anos).

As docentes entrevistadas mostraram acreditar na potencialidade de desenvolvimento das pessoas de baixa renda a partir do oferecimento de oportunidades de informação, formação, capacitação e participação na sociedade. Mostram acreditar também que todas as pessoas podem ser sujeitos da sua própria transformação social, desde que lhes sejam dadas condições para buscar e alcançar esta transformação.

Em suas falas, dizem adotar a prática da articulação de recursos que transformam os outros, que eleva a autoestima, fortalece as esperanças, alarga os horizontes, expande os conhecimentos, realiza sonhos, dá sentido sua vida e garante evolução. Sendo assim, acreditam que se pode efetivamente promover melhorias da qualidade de vida e gerar visão de futuro para pessoas de famílias de crianças assistidas pelas instituições, oferecendo suporte e apoio à educação das crianças, orientando-os profissionalmente, subsidiando a participação da família e comunidade em cursos de formação profissional, encaminhando soluções na área de saúde e prevenção de doenças, encaminhando os pais e familiares para capacitação profissional visando sua futura inserção no mercado de trabalho, entre outras ações.

Muitas relatam ainda a possibilidade de influenciar a atitude dos adultos de uma determinada comunidade em relação às suas crianças e adolescentes, transformando a indiferença e a omissão em mobilização e ação.

Em relação a isso, podemos sugerir o fortalecimento da atuação de lideranças comunitárias para o atendimento das necessidades das famílias que possuem filhos nas instituições, articulando parcerias com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade, influenciando modificações nas políticas públicas relacionadas à assistência social, saúde, educação, habitação, saneamento básico, entre outras.

As duas últimas perguntas feitas às docentes entrevistadas são analisadas de forma conjunta, e tratam da atuação do poder público. ***Conhecendo a realidade dos assistidos, o que acredita faltar no poder público que faça atender às necessidades da população carente? E também: O que o poder público poderia fazer para ajudar mais a instituição?***

As respostas apresentadas pelas 12 entrevistadas mostram um desejo único de melhoria da instituição e das necessidades da população. Dentre as falas, destacam mais investimento financeiro nas instituições filantrópicas, o oferecimento de cursos de formação e de aperfeiçoamento para as professoras e auxiliares, e a valorização profissional.

A respeito do investimento, poderíamos nos questionar se não valeria a pena um maior investimento pelo poder público nas instituições filantrópicas já consolidadas em nosso município, podendo os mesmos ampliar seus atendimentos, buscando suprir as necessidades locais, já que estão distribuídas em todo o município?

A lei é clara quando estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social. Para tanto, cabe a ele a viabilização de meios necessários para concretização dos direitos que a legislação preconiza. Deve garantir sua efetivação através de um conjunto articulado de ações que objetive o financiamento da política, a estrutura de gestão e a execução dos serviços e da participação social.

Tais investimentos podem indicar a inoperância e a ineficiência do Poder Público frente a essa situação, ficando na contramão das necessidades da população que aumenta a cada dia com os problemas sociais. Diante disso, fica

cada vez mais distante a garantia da universalização dos direitos sociais e a igualdade de direitos no acesso ao atendimento.

Verificando as entrevistas, é interessante observarmos como as respostas das professoras coincidem, apesar da distância existente entre as 4 instituições participantes dessa pesquisa.

Diante das entrevistas realizadas com as 12 professoras, pudemos observamos que elas relatam gostar do que fazem, e reconhecem seu trabalho como algo que ajuda os atendidos e seus familiares, oferecendo crescimento às crianças e à família.

Destacamos um ponto bastante relevante na percepção das entrevistadas, que foi a falta de cursos de aperfeiçoamento, seja ele de curta ou longa duração, dando-lhes possibilidades de oferecer às crianças atendidas um melhor atendimento.

4.4. A instituição filantrópica sob o olhar das diretoras: apresentando os resultados

Seguindo o roteiro da entrevista, serão apresentadas e discutidas a representação das diretoras/coordenadoras de educação infantil das instituições pesquisadas no município de Viçosa-MG. Importante ressaltar que todas as quatro entrevistadas exercem o papel de diretoras e coordenadoras concomitantemente.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas seguindo novamente a organização dos sete itens propostos por Delval (2002).

Juntamente com a análise dos documentos, foram realizadas as entrevistas, que são analisadas através das respostas obtidas.

4.4.1. Descrição Inicial

O item Descrição Inicial teve como objetivo introduzir a temática pesquisada para as diretoras. No caso deste estudo, diz respeito ao modo como os sujeitos identificam, caracterizam e conceituam a instituição, ou seja, para que serve a instituição, o que é necessário ter em uma instituição filantrópica, e qual é seu grau de importância.

Com relação a Descrição Inicial nenhuma diretora se negou a responder alguma questão, sendo assim, as quatro diretoras, sujeitos da pesquisa, expressaram claramente suas ideias e pensamentos. Portanto, pode-se destacar que as entrevistadas têm o que dizer sobre as instituições em que trabalham, principalmente sobre os assuntos referentes à sua implantação no município e sua importância na atualidade.

A primeira pergunta realizada na entrevista com as diretoras foi: ***Para você o que levou à criação da instituição que trabalha?*** Com base na resposta das 4 responsáveis, foi constatado que todas conhecem os motivos que levaram à implantação da instituição no bairro, e sendo assim sabem que foram implantadas para sanar, ou diminuir os objetivos propostos na época da criação. Duas das entrevistadas foram fundadoras das instituições em que trabalham, e mostraram clareza sobre os objetivos de criação durante a década de 70. Veja os extratos a seguir:

“Além de ser um sonho, vi também a necessidade de ajudar as mães pra que elas pudessem trabalhar fora de casa, como também, dar amor, dedicar de verdade a estas crianças que tanto amo...” (Regina – 59 anos)

“Bem, a comunidade estava crescendo de forma surpreendente, ai percebi a necessidade de fundar uma creche pra atender as crianças que as mães precisavam trabalhar, porque elas precisam de proteção, de serem amparadas...” (Beatriz – 53 anos)

A data de fundação de duas das instituições entrevistadas justifica claramente a visão assistencialista das falas citadas acima, onde pela primeira vez na história, em 1988, uma Constituição do Brasil faz referências a direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família. Também pela primeira vez, um texto constitucional define claramente como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado, “o atendimento em creche e pré-escola” (Art. 208, inciso IV).

Este fato, segundo Campos (2001), por si só, representa um avanço extremamente significativo em direção a uma realidade mais favorável ao desenvolvimento integral da criança brasileira. Enquanto as constituições anteriores limitavam-se a expressões como “assistir” ou “amparar a maternidade e a infância”, a nova Carta nomeia formas concretas de garantir, não só esse amparo, mas, principalmente a educação dessa criança.

Como visto na análise das entrevistas das professoras, as práticas assistencialistas no âmbito da creche foram progressivamente suprimidas ao longo dos anos, porém, no nível da consciência ainda existe reminiscências das práticas filantrópicas que estiveram presentes no imaginário social durante vários anos. As creches passaram a ser vistas como direito da criança, e não mais da mãe trabalhadora, e como um ambiente onde deveria ocorrer a educação da primeira infância e não somente a guarda e proteção.

Segundo Campos (2001) a história das creches (0 a 3 anos) como instituições educacionais no Brasil constitui algo extremamente recente em nossos dias, assim, tanto a identidade da instituição quanto dos profissionais que nela atuam estão em processo de construção. Portanto, discussões, pesquisas e uma adequada formação de educadores são elementos de extrema importância, pois concorrem para o favorecimento da consolidação das creches como uma Instituição da Educação infantil.

A segunda pergunta estava diretamente ligada a realidade da instituição hoje: ***Para você quais são as principais funções dessa instituição?*** Através da resposta percebe-se que as 4 responsáveis se dividem em dois grupos. Duas delas destacam apenas as funções assistencialistas das instituições, e as outras na visão educacional como principal função da instituição.

A partir desses dados, podemos observar a visão dividida por época de criação das instituições novamente. Desse modo, a análise da questão anterior nos proporcionou compreender a diferença nas funções citadas, onde as instituições de educação infantil fundadas na década de 70 possuem até hoje uma visão assistencialista, e as fundadas na década de 90 mais educacionais, inseridas já nas mudanças sociais advindas do processo de industrialização e de urbanização, acrescidas do aumento populacional e da mudança do papel da mulher.

Essas mudanças foram responsáveis por tal alteração como afirma Kramer:

A segunda guerra mundial provocou um novo impulso ao atendimento pré-escolar, voltando-se principalmente para aquelas crianças cujas mães trabalhavam em indústrias bélicas ou naquelas em que substituíam o trabalho masculino. (...) Por um lado, foi introduzido o conceito de assistência social para as crianças pequenas, sendo ressaltada a sua importância para a comunidade na medida em que liberava a mulher para o trabalho" (KRAMER, 2003, p. 27)

Segundo Kramer (2003), as primeiras iniciativas de atendimento à criança, em nosso país, partiram de higienistas, e médicos, como por exemplo, o Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ) que foi fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho e contava com 22 filiais em todo o país, sendo que 11 delas possuíam creche, buscando diminuir os altos índices de mortalidade infantil. O atendimento das crianças das classes desfavorecidas priorizava o cuidado físico, não tendo nenhuma preocupação com o desenvolvimento cognitivo, afetivo ou social. A educação compensatória aparece com um discurso de solução dos problemas educacionais e sociais, a fim de suprir as deficiências de saúde e nutrição, as deficiências escolares, ou as do meio sociocultural em que viviam as crianças.

Apesar da mudança e da valorização do caráter pedagógico da instituição infantil, o pensamento compensatório e assistencial ainda se mantém presente.

A terceira pergunta feita as responsáveis pelas instituições foi a respeito da rotina das crianças assistidas: **Como é a rotina no atendimento das crianças? Você pode descrevê-la?**

As 4 entrevistadas mostraram conhecimento a respeito da rotina implantada para o atendimento as crianças, o que confirma a fala das professoras onde relatam que os planejamentos e a construção da rotina é feito sob a orientação das responsáveis pela instituição. Das 4 entrevistadas, 3 descrevem que o planejamento para construção da rotina é feito semestralmente e quinzenalmente com cada professora. A outra responsável relata que quando não é possível reunir-se

quinzenalmente com cada professora ela promove um encontro de duplas de professoras para a criação da rotina e planejamento.

Segundo Zabalta (1998) a rotina diária pode ser adaptada a um horário de dia completo ou de meio-dia. A sequência dos momentos, assim como o tempo aconselhado para cada um, pode ser alterado de acordo com as circunstâncias.

Já a última pergunta desse bloco se referia a visão das entrevistadas sobre o atendimento na instituição: ***O que você acha do atendimento das crianças na instituição? Por quê?***

Observa-se uma unanimidade na satisfação do atendimento oferecido pelas instituições. As responsáveis relatam que percebem a evolução dos assistidos, além da satisfação da família dos mesmos, mostrando assim que com o atendimento estão contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças assistidas.

Percebemos nos relatos das entrevistadas que, conforme afirma Kramer (1999), há uma estreita relação entre educação e sociedade. A partir de uma análise crítica dos estudos e das discussões correntes na sociologia, é possível definir o papel que atribuímos à escola na sociedade brasileira. Como concebemos as crianças e os adultos que com ela trabalham, e de que forma situamos nossa própria proposta pedagógica.

Kramer (1999) ainda afirma que a escola não tem o poder de mudar a sociedade, mas, simultaneamente, ela não tem o papel de conservar mecanicamente essa sociedade. As instituições têm função de contribuir, junto com as demais instâncias da vida social, para as transformações necessárias no sentido de tornar a sociedade brasileira mais democrática.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre assuntos referentes a elas diretamente

4.4.2. Autocaracterização

O item “autocaracterização” teve por objetivo possibilitar conhecer como as diretoras falam de assuntos referentes a elas e ao que elas exercem diretamente, ou seja, como elas se veem nas situações apresentadas nas perguntas.

Com relação ao item Autocaracterização, nenhuma diretora se negou a responder, sendo assim, as quatro entrevistadas, sujeitos da pesquisa, expressando claramente suas ideias.

Em relação ao interesse e tempo de trabalho e, foi feita a seguinte pergunta para as entrevistadas: **“Há quanto tempo você trabalha no atendimento da criança no município de Viçosa?”**, perguntou-se também **“Há quanto tempo nesta instituição?”**, e para concluir, **“O que levou a trabalhar com crianças nessa faixa etária?”**

Verificou-se tempo variado de dedicação das entrevistadas ao atendimento à infância, porém todas entre 11 e 20 anos. Revelam que durante esse tempo não modificaram a forma de pensar nem mesmo a forma de trabalho, apenas adequaram as mudanças exigidas. Fizemos uma análise descritiva da postura da responsável com as mudanças e inovações da educação infantil durante esse período, e destacamos Huberman (1973) quando o mesmo diz que:

Inovação é um aperfeiçoamento mensurável, durável e pouco susceptível de produzir-se com frequência. Faz ainda distinção entre mudança e inovação quando diz que esta última é de algum modo mais deliberada, voluntária e planejada que espontânea (HUBERMAN, 1973, p. 15).

Em educação, as mudanças ocorrem, de modo geral de uma forma não planejada e até mesmo não adequada àquilo que se propõe. A mudança apenas por modismo não conduz realmente a uma inovação. Costuma-se copiar e adaptar modelos de ensino, introduzindo-os, no sistema educacional, sem a adequação necessária à realidade existente.

Ainda, segundo Huberman (1973), para que realmente haja inovação será necessária a adoção de algum projeto, técnica, conceito ou uma atitude *“qualitativa e quantitativamente diferente do que era antes”* (HUBERMAN, 1973, p.20).

Goldenberg (2001), cuja visão de inovação não é uma definição acabada, diz que ela só se completa a partir de outras experiências educacionais: *“Inovação é o processo planejado e científico de desenvolver e implantar no sistema educacional*

uma mudança, cujas possibilidades de ocorrer com frequência são poucas, mas cujos efeitos representam um real aperfeiçoamento para o ensino”.

A partir destas colocações, podemos afirmar que a inovação é um processo de difícil implantação que necessita para tal de um projeto ou plano que provoque modificação de conceitos e atitudes. Deve ser, portanto, planejada e voluntária, podendo provocar modificações qualitativas, cujos efeitos podem representar um aperfeiçoamento nos processos de ensino.

A respeito da pergunta sobre o que levou as entrevistadas a trabalharem com crianças nessa faixa etária, nenhuma delas mostrou um interesse específico pela primeira infância, apenas relataram a necessidade do oferecimento desse tipo de trabalho no bairro, e conseqüentemente a necessidade de um funcionário.

Os dados expostos nos fazem pensar na história do atendimento à infância brasileira. Essa nos remete a um tempo em que trabalhar com criança era algo a ser feito de qualquer maneira, ou por qualquer profissional, desde que fosse “mulher” e tivesse um “jeito” para lidar com criança. Felizmente esse discurso está longe, e caminhamos para a profissionalização cada vez maior das pessoas que atendem às crianças em creches e pré-escolas.

Atualmente muitos avanços estão presentes, inclusive de caráter legal. A legislação reconhece a Educação Infantil e a necessidade do atendimento. Entretanto, algumas lutas ainda estão por vir, entre elas uma política nacional para a Educação Infantil, que contemple, não só a formação de profissionais, mas uma política orçamentária definida para que assim as crianças tenham um atendimento de qualidade.

A dicotomia impressa e discutida atualmente pelas ações do educar e cuidar envolvem profissionais e sua formação. É necessário buscarmos integrar essas ações investindo na qualificação de um profissional que atenda à criança inteiramente, em todas as suas necessidades.

Para tanto, há que se propor a melhoria da formação, não somente nos cursos de graduação, mas em projetos de educação continuada e em serviço, que permitam às pessoas que já atuam ter uma experiência contínua de capacitação.

Já a Universidade, responsável pelos cursos de graduação, precisa enfatizar ações no sentido de ampliar o conhecimento, possibilitando alternativas de contato com a realidade; permitir aos alunos e alunas terem acesso aos conteúdos que

enfocuem a criança em todos os períodos da vida; vivenciar experiências com pesquisa e práticas de caráter reflexivo que promovam uma alteração das ações no momento necessário.

Segundo KISHIMOTO (2000, p. 11), a prática reflexiva quer compreender para regular, otimizar, ordenar, fazer, evoluir a prática do professor, tendo como ponto de partida seu interior. A universidade não pode pretender formar profissionais práticos reflexivos apenas porque desenvolve pesquisa. Para fazê-lo, deve ampliar o “locus” de seu trabalho, conjugando o espaço da academia com o local em que ocorre a prática pedagógica. A Universidade precisa sair do seu espaço de “encastelamento” do saber e socializá-lo com as práticas que acontecem nas escolas. Precisa voltar-se para as instituições, procurando contribuir com a formação de um profissional próximo das necessidades da comunidade, articulando os saberes e a teoria à prática profissional.

Dessa forma, há possibilidades de contribuir com uma formação diferenciada e competente. Nessas ações da Universidade, precisam estar inseridos os cursos de formação continuada, substituindo os cursos emergenciais com cargas horárias definidas apenas para cumprir uma adequação legal. Isso deve ser feito a partir do desenvolvimento de parcerias com a comunidade e órgãos dirigentes de instituições, atendendo aos profissionais que estão em serviço e que também demandam formação qualificada.

Finalmente, desenvolver ações conjuntas “*onde a preocupação com a construção de conhecimentos e valores envolvidos na edificação da personalidade e da cidadania, no desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da solidariedade, da cooperação e da autonomia esteja presente em todo o curso, permeando todas as atividades nele desenvolvidas*” (BONDIOLI & MANTOVANI, 1998) é o que nos cabe, como professores formadores dos profissionais que, todos os anos, colocamos no mercado e que farão a história do atendimento à infância e à criança, tecida com todas as contradições, contrastes e diversidades inerentes a uma história.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre a documentação e Conselhos ligados à instituição.

4.4.3. Aspectos

O terceiro bloco, item “aspectos” teve por objetivo apresentar questões mais próximas da realidade dos sujeitos da pesquisa. No caso deste estudo, diz respeito às documentações, como regimento interno e planejamentos, e conselhos aos quais a instituição é vinculada.

O referido item iniciou com o seguinte questionamento: ***Qual é o principal objetivo de uma instituição de Educação Infantil?***

A mesma pergunta foi realizada às professoras das instituições, e podemos observar uma semelhança entre as respostas, onde citam a formação integral da criança, e em outros casos, o cuidar e o educar.

As 4 entrevistadas apresentaram respostas parciais à pergunta, ou seja, não descrevem todos os objetivos da educação infantil propostos pelo referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, porém citam trechos relevantes como demonstrados extratos abaixo:

“Acredito que o principal objetivo pra mim seria a formação de crianças competentes, criativas, autônomas, críticas, solidárias, que sejam capazes de produzir mudanças, e que seus compromissos sociais respeitem a ética e a dignidade humana”. (REGINA – 59 anos)

“Pra mim... oferecer pras crianças um desenvolvimento integral adequado pro desenvolvimento, pensando sempre no cuidar e no educar.” (ANA – 42 anos)

Novamente vale ressaltar que o trabalho direto com crianças pequenas exige que o profissional tenha uma competência polivalente, e ser polivalente nesse caso significa trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares,

dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

Embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições bastante precárias.

As funções deste profissional vêm passando, portanto, por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais. Nessa perspectiva, os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creches como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, como possibilite a atualização profissional.

Reforço citando a LDB, no título VI, art. 62 que para esse debate traz informações necessárias:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Considerando a necessidade de um período de transição que permita incorporar os profissionais cuja escolaridade ainda não é a exigida e buscando proporcionar um tempo para adaptação das redes de ensino, esta mesma Lei dispõe no título IX, art. 87, § 4º que: *“até o fim da década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.*

Isto significa que as diferentes redes de ensino deverão colocar-se a tarefa de investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviço de seus professores (sejam das creches ou pré-escolas), aproveitando as

experiências acumuladas daqueles que já vêm trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade.

Ainda no terceiro bloco, questionamos as entrevistadas sobre a educação oferecida para diferentes classes sociais: ***Acha que o atendimento às crianças de diferentes classes sociais deve ser diferente ou igual? Por quê?***

As respostas apresentadas nessa questão foram unânimes, onde todas as 4 entrevistadas disseram oferecer a mesma qualidade de atendimento, porem respeitando as diferenças culturais e sociais do meio em que vivem.

Sabemos que a heterogeneidade é a marca dos diferentes contextos em que vivem as crianças. Condições de moradia, nível de escolaridade dos pais, renda familiar, profissão dos pais, religião, constituição familiar, entre outros variados exemplos. Todo esse panorama é muito importante, e segundo Kramer (1999), muito relevante, pois dele se pode inferir que as crianças tem diversos modos de inserção e compreensão do mundo físico e social que as rodeia. Considerando-se, ainda, que a construção do conhecimento e respeito dos outros, de si mesmo e da realidade social é influenciada pelas ações e interações significativas da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, nelas interfere, podemos supor que contextos tão heterogêneos quanto o destas crianças irão gerar formas de compreensão do mundo e acesso a conhecimentos também bastante diversos.

Finalizando o terceiro bloco, perguntou-se às entrevistadas sobre a documentação que rege as entidades: ***Existe projeto pedagógico da instituição? Se não, porque?*** Outro questionamento foi sobre o Regimento: ***Existe Regimento interno da instituição? Se sim, fale sobre.*** E para finalizar: ***Todos os funcionários tem conhecimento do papel da instituição, ou seja, conhecem seus objetivos, projetos pedagógicos e regimento interno?***

Todas as 4 responsáveis entrevistadas deram resposta positiva sobre a presença de Projeto Pedagógico e Regimento Interno nas instituições entrevistadas, demonstrando que sem eles não haveria um bom funcionamento da instituição que trabalham. Observe o extrato a seguir:

“O Regimento Interno descreve algumas regras de funcionamento da instituição pra que haja uma boa convivência

das pessoas que nela atuam... Não saberíamos coordenar sem o Regimento ou sem o PPP...” (REGINA – 59 anos)

Como observamos a fala da responsável no extrato acima, o Regimento Interno é um importante documento de referência para o funcionamento da escola. Nele está materializado o Projeto Político Pedagógico – PPP, na forma de registros dos procedimentos, funções, atribuições e composição de cada um dos diferentes segmentos e setores da escola. Isto é fundamental para que todos os que trabalham na escola, bem como os que participam da sua vida cotidiana, como comunidade escolar, tenham claro o processo histórico, de organização e de normatização da instituição.

A escola deve ser transparente no que diz respeito a toda sua funcionalidade, princípios e concepção e o Regimento Escolar cumpre este papel, na medida em que torna explícitas as decisões institucionais. Expressar o projeto Político Pedagógico - PPP é, também, orientar os diferentes segmentos escolares na busca de objetivos claros, democráticos e participativos. Se a escola é pública, laica e gratuita, o processo de constituição do PPP e do Regimento Escolar deve ser um movimento de participação ampla de toda a comunidade escolar para pensar seus princípios e diretrizes.

A construção de conhecimento, saberes e viveres é o núcleo centralizador da escola. Entretanto, para que isto aconteça, é importante organizar o fazer pedagógico e o administrativo, através e a partir de toda uma legislação existente. O Regimento Escolar é, portanto, o instrumento onde ficam definidas linhas gerais e diretrizes orientadoras para que cada professor, bem como, os demais segmentos da escola, sejam eles funcionários ou alunos, saibam que procedimentos seguir.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre seus papéis dentro da instituição de trabalho.

4.4.4. Extensão

O quarto bloco, item “extensão” teve por objetivo compreender o papel de cada entrevistada dentro da instituição. Contou com três perguntas que foram

analisadas e apresentadas abaixo. A primeira se referia ao papel exercido pelas entrevistadas: ***Qual têm sido seu papel no funcionamento da instituição?***

De acordo com Bondioli & Mantovani (1998), a coordenação pedagógica representa uma estrutura fortemente inovadora nos serviços para a primeira infância, pois, configurando-se como instrumento de programação, estudo, organização, verificação e síntese do projeto pedagógico, garante o *princípio da continuidade* da experiência educacional da instituição. Ainda segundo Bondioli & Mantovani(1998), a história das coordenações pedagógicas, porém, é recente, e como tal tem suas contradições e lacunas, mesmo apresentando-se, naqueles serviços onde essa experiência foi realizada de maneira continuada, como um dos momentos mais qualificantes de todo o projeto educacional.

Sem dúvida alguma, o perfil profissional do coordenador resulta ser extremamente articulado e complexo, sobretudo quando se pensa que essas competências de tipo pedagógico são estritamente ligadas e inter-relacionadas às competências de tipo administrativo, tanto que frequentemente é extremamente difícil estabelecer onde termina o aspecto técnico e onde inicia o administrativo, fato esse verificado nas entrevistas.

Segundo Bondioli & Mantovani(1998), a experiência ensina que é próprio da coordenação pedagógica o conhecimento de todos os problemas, mesmo de natureza diversa, que estejam na base do projeto pedagógico da instituição e da sua administração, mas que não se pode pensar que esses aspectos, não tipicamente técnicos, sejam administrados diretamente pela coordenação pedagógica.

Nota-se que as representações das responsáveis estão inseridas de forma integral nas referências de Bondioli & Mantovani(1998) citadas acima. Observe os extratos:

“Estou sempre disponível pra ajudar qualquer situação, e também manter a escola em ordem, com disciplina e principalmente com respeito. Organizo e fiscalizo a parte pedagógica, mas confesso que as vezes ficamos meio perdidas sabe, porque não existe um manual de funções da coordenação. Acho que é um cargo relativamente novo: coordenação pedagógica da educação infantil. É muito diferente de coordenação de outro segmento... Mas faço tudo

que aparece. E mesmo eu não seja de coordenação. Limpo banheiro, varro chão, sirvo lanche... acho que é muito importante.” (Regina – 59 anos)

“Acredito que é buscar melhorias sempre que possível. Como um líder que acompanha o grupo. Invento, corro atrás... Não sei se é isso que é o correto, mas faço assim.” (Ana – 42 anos)

A segunda questão analisada nesse bloco seria a respeito da integração da instituição coma família dos assistidos: ***Há envolvimento da família atendida com a instituição? De que forma é feita?*** Observe o extrato abaixo:

“Tem sim! Eles vem em reunião, palestras, conversam com a gente, mas não da forma que a gente quer ne... parece que já chegam cansados, mal humorados. Mas só de vir já ta bom ne! E a gente sabe que eles não têm muita condição pra ajudar. (Beatriz - 53 anos).”

A pergunta acima foi analisada na entrevista das professoras e novamente podemos observar uma tentativa de envolvimento por parte da instituição, mas ao mesmo tempo uma visão equivocada sobre a forma dessa participação, e a forma de analisá-la e reconhecê-la. Cito novamente que as características da faixa etária das crianças atendidas, bem como as necessidades atuais de construção de uma sociedade mais democrática e pluralista apontam para a importância de uma atenção especial com a relação entre as instituições e as famílias.

Bondioli & Mantovani(1998), relata que é constatado em muitas instituições relações conflituosas, baseadas numa concepção equivocada de que as famílias dificultam o processo de socialização e de aprendizagem das crianças, no caso das famílias de baixa renda, por serem consideradas como portadoras de carências de toda ordem. Esta concepção traduz um preconceito que gera ações discriminatórias, impedindo o diálogo. Muitas instituições que agem em função deste tipo de preconceito têm procurado implantar programas que visam a instruir as famílias,

especialmente as mães, sobre como educar e criar seus filhos dentro de um padrão preestabelecido e considerado adequado.

Reafirmo que essa ação, em geral moralizadora, tem por base o modelo de família idealizada, que segundo Bondioli & Mantovani (1998), tem sido responsável muito mais por um afastamento das duas instituições do que por um trabalho conjunto em prol da educação das crianças. Visões mais atualizadas sobre a instituição familiar propõem que se rejeite a ideia de que exista um único modelo. Especialmente nas instituições alvo dessa pesquisa, podemos observar a variedade nos modelos familiares das crianças assistidas, o que confirma a afirmativa acima.

A valorização e o conhecimento das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que compõem a nossa sociedade, e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes indicam que, novos caminhos devem ser trilhados na relação entre as instituições de educação infantil e as famílias.

O que fica evidente nesse item, é que as tanto as responsáveis como as professoras entrevistadas reconhecem a interação, mas possuem uma concepção equivocada sobre essa participação, não respeitando as diferenças culturais e sociais do grupo que estão inseridas.

A última pergunta do bloco foi realizada a fim de ouvir sobre a importância do atendimento: ***Você considera que o atendimento é bom e importante para quem? Crianças? Pais e responsáveis? Sociedade? Por quê?***

A resposta das 4 entrevistadas coincidiram respostas mostrando através dos relatos a importância do atendimento para todos; crianças, pais, responsáveis e sociedade, e principalmente baseando este atendimento que diretamente está ligado às crianças, porém indiretamente em toda a sociedade, nos objetivos da Lei Orgânica de Assistência Social, onde podemos destacar a proteção social, que visa à garantia da vida, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; e a promoção da integração ao mercado de trabalho. Diante da análise podemos verificar a importância do atendimento para o município.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre as mudanças que as instituições podem trazer as crianças assistidas.

4.4.5. Mudança

O item “mudança” contou com duas perguntas e será analisado abaixo. Inicialmente foi feito o seguinte questionamento: **Quais mudanças a entidade apresenta na vida da criança e de seus familiares?** E posteriormente: **Você considera que as famílias assistidas reconhecem as mudanças trazidas com o trabalho?**

A primeira pergunta foi respondida por todas as 4 entrevistadas de forma similar em seu início, quando citam a mudança principal nas crianças sendo a possibilidade de desenvolvimento integral, e nas famílias, a possibilidade de trabalho, proporcionando um crescimento financeiro, assegurando o sustento do lar.

Analisando a representação das entrevistadas, o papel fundamental das instituições filantrópicas de atendimento a infância do município de Viçosa está sendo cumprido de forma a promover a melhoria da qualidade de vida dos assistidos, principalmente porque todas as responsáveis, além de descreverem as mudanças nas crianças e em seus familiares, consideram que as famílias reconhecem as mudanças ocorridas com o oferecimento do trabalho.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre a existência das instituições podem trazer as crianças ao município de Viçosa.

4.4.6. Justificativa

O item “justificativa” será apresentado a seguir, apresentando a análise das quatro questões contidas nesse ítem. A primeira pergunta a respeito do reconhecimento do poder municipal: **Você acha que o poder municipal reconhece a importância do atendimento?**

A resposta foi unânime apresentando como representação das entrevistadas o reconhecimento do poder municipal a respeito do trabalho oferecido pelas instituições filantrópicas. Destacam que o poder municipal reconhece que as instituições podem ocupar com eficácia espaços e lacunas deixados pelo Estado, movidas por preocupações privadas e baseadas em redes de conhecimentos e em padrões próprios de eficiência e eficácia. Importante destacar que as instituições não

geram nem distribuem lucros, mas movimentam e transferem volumes financeiros significativos no município.

Já a segunda e a terceira pergunta: ***Você acha essencial este trabalho para a comunidade?*** E também, ***Você acha que a sociedade civil deve participar de ações educativas sendo que esta é função do município?***

Todas as 4 entrevistadas destacaram em suas representações como sendo essencial o trabalho oferecido pelas instituições filantrópicas para toda a comunidade, uma vez que além de prestarem cuidados físicos às crianças, elas oferecem condições para o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional das mesmas, que conseqüentemente, inseridas na comunidade, modifica-a indiretamente.

Ao serem questionadas sobre a participação da sociedade civil nas ações educativas, as 4 entrevistadas são claras e diretas que não há outra forma a não ser com a criação de instituições filantrópicas de atendimento. O Estado torna público, através de Ato Declaratório, o seu reconhecimento pelas atividades desenvolvidas por determinada entidade, que perante ele comprovou suas ações filantrópicas. É de conhecimento público que ainda existem no Brasil inúmeras entidades filantrópicas, criadas exclusivamente com a finalidade de usufruir os benefícios da filantropia, sem nenhuma função social definida que, pouco a pouco, estão sendo fiscalizadas e desqualificadas. Porém, a ação do CNAS, inclusive nessas entidades, se limita a renovar ou cancelar o Certificado de Entidade de Assistência Social, podendo remeter as mesmas de volta à condição de imune apenas, se constatado o não atendimento aos requisitos para a filantropia.

Verifica-se a seguir o que as entrevistadas pensam e respondem sobre as soluções para melhoria no atendimento das instituições no município de Viçosa.

4.4.7. Soluções

O item “soluções” teve por objetivo possibilitar obter das entrevistadas as soluções que elas propõem, através das representações das mesmas, para melhoria do trabalho e atendimento nas instituições que trabalham. A pergunta inicial: ***Você acha que existe alguma dificuldade no cumprimento dos objetivos da instituição quanto ao trabalho proposto? Qual seria este?***

Das 4 entrevistadas, 3 relataram que a proposta de trabalho é construída na realidade das instituições, uma vez que não podem propor o que não poderão cumprir, sendo assim, não há dificuldade no cumprimento dos objetivos. Apenas uma das entrevistadas relata a falta de investimento financeiro. Acredita que o poder público poderia ajudar de forma indireta promovendo campanhas para apadrinhamento, ou mesmo repassando parte dos impostos para a manutenção das instituições, e acredita que assim facilitaria o cumprimento dos objetivos da instituição.

A última pergunta feita às responsáveis foi: ***Conhecendo a realidade dos assistidos, o que acredita faltar no poder público que faça atender às necessidades da população carente?***

Dentro dos relatos observamos um pedido unânime de novas relações entre o Estado e a sociedade, que promova parcerias por meio de programas e projetos sociais. Analisando as respostas notamos uma satisfação nos atendimentos dispensados pelas mesmas, além de se tornar claro que o trabalho têm feito diferença na vida das crianças e conseqüentemente nas famílias como um todo.

Verificou-se que muitos anos se passaram sem que houvesse um maior investimento na busca para solucionar as dificuldades existentes e sim em dar uma assistência imediata. Hoje, após análise do Plano Plurianual da Secretaria de Assistência Social, percebemos uma tendência às Políticas Públicas que farão a diferença na vida dos assistidos, por mais tímidas que sejam. Volto aqui a refletir Gomes (2012), quando diz que o fator para o progresso é a cidadania, e o desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância a cerca da condição de massa de manobra. O Não-Cidadão é aquele que, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente par tanto.

Assim como a fala das professoras, analisadas em tópico anterior, é interessante observarmos como as respostas das diretoras coincidem, apesar da distância existente entre as instituições A, B, C e D, mostrando satisfação no trabalho realizado com as crianças e seus familiares. Acreditam no alcance do trabalho proposto e no cumprimento do objetivo de melhoria na qualidade de vida dos assistidos e seus familiares.

A entrevista das responsáveis mostrou grande conhecimento a respeito do trabalho que desenvolvem dentro da instituição e sobre a instituição. Com isso verifica-se uma contribuição efetiva aos atendidos nas instituições pesquisadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acerca das instituições filantrópicas de atendimento a infância no município de Viçosa – MG objetivou a caracterização e análise das referidas Instituições Filantrópicas na representação das professoras e representantes, sendo elas coordenadoras e diretoras, das instituições A, B, C e D.

É de nosso conhecimento, através dos estudos realizados, que o município de Viçosa teve um grande crescimento populacional nas últimas décadas, tornando-se difícil o controle deste crescimento. Reconhecemos também que trabalhos sociais têm sido desenvolvidos tanto pelo poder público, quanto pelas entidades filantrópicas ou terceiro setor, porém a realidade que presenciamos, mesmo demonstrando grandes mudanças nessa área de tanta carência, ainda deixa a desejar no que se refere ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Analisando as políticas já existentes e as implantadas na administração municipal, podemos verificar uma tendência na busca pela promoção do indivíduo. Começa a ser percebida a necessidade de políticas públicas que venham a ajudar salvar vidas de pessoas que vivem na miséria e vulnerabilidade.

Pelo apanhado dos marcos histórico e legal realizado sobre infância no Brasil e no mundo, assim como pesquisou Arruda (2006) e Gomes (2012), constatou-se no presente estudo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu novos princípios de atendimento a este público, em especial no que diz respeito a garantia ampla dos direitos.

Esta pesquisa foi norteadada por um problema: Qual a representação das professoras e responsáveis pelas instituições filantrópicas de atendimento a

educação infantil no município de Viçosa. Os resultados da pesquisa evidenciaram o quanto as professoras e responsáveis pelas instituições de educação infantil são capazes de falar sobre a realidade na qual estão inseridas. Através das representações dos sujeitos da pesquisa, foi possível perceber como estes veem a instituição onde trabalham, e quais mudanças necessitam ser efetivadas para que possa atender da melhor forma as crianças que frequentam, de modo a beneficiar a família em sua totalidade.

A Instituição esperada e desejada pelas professoras e responsáveis é justamente as que trabalham, onde mesmo com algumas dificuldades relatadas, se realiza o objetivo proposto e são reconhecidas pelas famílias dos atendidos. Segundo os relatos, são instituições que atendem as crianças dentro de suas necessidades constantemente, desenvolvem atividades de inclusão para as famílias dos atendidos e, principalmente, que promove e garante os direitos da criança, cuidando e educando. As instituições, segundo a representação das entrevistadas, sendo elas professoras ou responsáveis, tem a função de contribuir, junto com as demais instâncias da vida social, para as transformações necessárias no sentido de tornar a sociedade viçosense mais democrática.

Dessa forma, conhecer a representação das professoras e responsáveis sobre a instituição foi fundamental uma vez que podemos contribuir na elaboração de estratégias significativas que subsidiam ações que proporcionam a melhoria da qualidade do serviço prestado e, conseqüentemente, a qualidade de vida e formação do público atendido nas instituições. Além disso, a representação das entrevistadas pode colaborar para reflexões na elaboração de políticas públicas que venham somar e direcionar tais trabalhos, para uma promoção social dos assistidos.

Analisando o atendimento dispensado pelas entidades, percebemos que os mesmos têm feito diferença na vida das crianças e, conseqüentemente nas famílias, mesmo sendo observada a falta de formação de algumas profissionais envolvidas. Questiona-se um investimento maior nos cursos de formação e aperfeiçoamento, assim como a valorização das profissionais envolvidas.

Neste sentido, nota-se que as entrevistadas de um modo geral sentem a necessidade que aprofundar seus conhecimentos na área que atuam, sendo reconhecido por elas a falta de curso de formação, de aperfeiçoamento e até mesmo uma formação superior adequada.

A revisão bibliográfica trouxe importantes inferências sobre a história da criança no Brasil e marcos relativos a infância, assim como a filantropia no Brasil e no mundo. Apesar de verificarmos os problemas enfrentados hoje, podemos observar mudança no quadro degradante da infância, principalmente no que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas com cunho social, e isso pode ser resultado de estudos à longo prazo sobre a infância. A princípio, políticas públicas e concepção de infância parecem estar dispersas, mas enfatizamos que a obra de Ariès (1978), contribuiu para que pudéssemos buscar no passado, explicações para as ações do presente, ou seja, conhecer a infância e suas necessidades foi o melhor caminho para que se pudesse hoje desenvolver trabalhos em prol das crianças, principalmente das mais necessitadas. Foi a partir da idéias desse autor, que a criança veio a ocupar um espaço antes pouco perceptível, desde então, desencadeou-se investimentos de cunho social para que crianças e adolescentes ocupassem de fato o seu lugar na sociedade.

Ao perpassar pela educação, pelo cuidar e pelo educar, esse estudo possibilitou reconhecer que a criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. O agir deve atender às reais necessidades das crianças, sendo criativo, flexível e atendendo à individualidade e ao coletivo.

Os temas pesquisados nos ajudaram a entender que os problemas sociais existentes, e que afetam crianças pobres, são os mesmos do século XII. São, no entanto, interpretados e analisados de maneira diferente ao longo dos anos, o que proporcionou a busca de meios mais eficazes para combater o descaso com a infância através de políticas públicas, tendo em vista o seu reconhecimento e valorização.

A pesquisa traz contribuições para o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica e para a linha de pesquisa Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais, por buscar compreender o atendimento oferecido às crianças de 0 a 6 anos pelas Instituições filantrópicas no município de Viçosa através da percepção de professoras e responsáveis pelas instituições, enquanto uma política pública, tendo como perspectiva crianças como cidadãos de direito.

Reflito Arruda (2006), quando diz que o fator para o progresso é a cidadania, e o desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância a cerca da condição de massa de manobra. O Não-Cidadão é aquele que, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente par tanto.

Diante disso chegamos a questionar nossos dirigentes municipais, que, até então por aqui passaram. Se as entidades existentes em nosso município, com as estruturas nem sempre condizentes com o necessário, tem cumprido um papel relevante na vida dos necessitados, não seria mais produtivo se esse papel fosse cumprido de forma mais efetiva pelo poder público? Não valeria a pena um maior investimento pelo poder público, nas entidades já consolidadas em nosso município, podendo as mesmas ampliar seus atendimentos, buscando suprir às necessidades locais, já que estão bem distribuídas em todo o município?

Portanto, considerando os resultados, esta pesquisa propiciou inferir que as instituições criam condições para o desenvolvimento integral da criança, e que é imprescindível o oferecimento do trabalho no município de Viçosa.

Finaliza-se o presente estudo com a consciência de que as análises apresentadas estão longe de serem conclusivas, devido à amplitude e complexidade da temática abordada. Destaca-se de modo incisivo a necessidade de que o tema pautado continue a ser objeto de aprofundamentos e demais pesquisas, os quais possam promover o debate político para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a efetivação dos direitos da criança em consonância com as necessidades destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTON, Mariza Silveira. **Violação da infância: Crimes Abomináveis - humilham, machucam, torturam e matam!** Porto Alegre: AGE, 2005.

ALVIM, M. B. R. e VALADARES, L. P. **Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da literatura.** Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, 26, 3-37, 1988.

ARAÚJO, L.G.S. **Relação entre comportamento na infância e a vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte – MG.** . Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 2010

ARIÈS, P. **A criança e a vida familiar no antigo regime.** Editora Relógio D'água, Lisboa, (1964), 1988.

ÀRIES, P. **História social da criança e da família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRUDA, I. C. **O Cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes:** uma simplicidade complexa. 2006. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 2006.

BASSEDAS, E. **Aprender e ensinar na educação infantil.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

BASTOS, J. B. **Gestão democrática da educação:** as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. **Manuel de Educação Infantil de 0 a 3 anos**. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990), lei n.8069, 13 de jul. De 1990. 2003.

_____, **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer N° CEB 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Brasília, 1998.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil, Imprensa Nacional, Brasília, DF, 26 dez. 1996.

_____. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o plano Nacional de Educação e dá outras providencias. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para Educação Infantil**: Brasília: MEC/SEB, 2006.

BREDA, B. **É a escola o lugar da infância?** Um estudo sobre o desenvolvimento da infancia brasileira na legislação do século XX. São Paulo: s.n., 2015. Tese de doutorado - USP

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e pré –escolas no Brasil**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CRUZ, T. A., **S. Retrato Social de Viçosa V**. Ed. UFV, Viçosa: CENSUS 2014.

DELVAL, J. **Introdução à prática do Método Clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DESSEN, M.A. & LEWIS, C. Como estudar a família e o pai. **Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia**, p.45, 1998.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: CIVICUS; Relume-Dumará, 2002.

FREIRE, P. **Fazer escola conhecendo a vida**. Campinas: Ed. Papyrus. 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. Ed. Scipione. São Paulo, 1998.

GALVÃO, A. C. D. P. **O Adolescente des-abrigado: a construção de sentimentos acerca do desligamento e saída do abrigo**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5ª ed., Record, Rio de Janeiro, 2001.

GOMES, L. O. **Particularidades da infância na complexidade social** – Um estudo sociológico acerca das configurações infantis. Tese doutorado. Faculdade de Educação – USP. São Paulo, sn, 2012.

GUZZELLI, E. **A Criança Marginalizada e o Atendimento Pré Escolar**. Porto Alegre: Globo, 1979.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade. Perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo.** São Paulo: Loyola, 1993.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2010. Acesso: abril, 2016.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 4ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

KRAMER, S. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, S. **Com a Pré-escola nas mãos:** Uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Afiliada, 1999.

KRAMER, S. et al. **Formação de profissionais da educação infantil no estado do Rio de Janeiro:** relatório da pesquisa. Rio de Janeiro: CNPq/ FAPERJ/Ravil, 2003.

LANDIM, L. **A Invenção das ONGs:** do serviço invisível a profissão sem nome. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LANDIM, L., FERNANDES, R. C. **Sem fins lucrativos:** as organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

MACEDO, L. **Ensaio Construtivistas.** 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MARTINS F.J. **A criança terceirizada.** Campinas: Papyrus; 2009.

MERISSE, A. (ET all). **Lugares da infância:** reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Caminhos do Pensamento – Epistemologia e Método**. São Paulo, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ,2002.

_____. **O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Abrasco, 1995.

MORIN, E. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade Pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

O'DONNELL, K. **Caminhos**. São Paulo: Editora Gente, 1996.

OLIVEIRA, Z. M. R.. et. all. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PINO, A. **Direitos e realidade Social da Criança no Brasil a Propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Educação e Sociedade. Ed. Revistas dos Tribunais LTDA. 36, 61-79, 1990.

PMV – Prefeitura Municipal de Viçosa. **Do café à cidade educadora**. Disponível em: <m>. Acesso em: julho 2015.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 5 ed. São Paulo: contexto, 2004.

RIZZINI, I. **A Criança e a lei no Brasil, revisando a história (1822 – 200)**. Brasília. DF. UNICEF. Rio de Janeiro. Ed. Universitária, 2000.

_____.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA, D.D.R. **Políticas Públicas de atendimento a criança**: Desafios da ação articulada no Projeto Belém Criança. Dissertação de Mestrado – UFRN. 2007.

SOUZA, R.P. **Educação Infantil**: Políticas Públicas e práticas educativas na pré-escola de escolas municipais de ensino fundamental em Goiânia. Dissertação de Mestrado – UFG. 2012

SPOSATI, A. **Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil**. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência e Proteção Social. Nº68. Ano XXII. São Paulo: Cortez, 2006

VIEIRA, A.T.A., **Gestão Educacional e Tecnológica**. São Paulo: Avercamp, 2003.

WINNICOTT, D.W. **Tudo começa em casa**. Trad. Paulo Sandler. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 282p. Título Original: Home Is Where We Start From.

_____, D.W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____, D.W. **Uma nova luz sobre o pensar infantil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

ZABALTA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica. Porto Alegre: Artmed. 1999.

ZUQUIM, J. **Infância e crime na história da psicologia no Brasil**: Um estudo de categorias psicológicas na construção histórica da infância criminalizada na primeira república. São Paulo. Tese doutorado. Instituto de Psicologia da USP. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENTREVISTA RESPONSÁVEIS PELA INSTITUIÇÃO

Nome:

Nome fictício:

Instituição:

Idade: _____ Data de nascimento: ___/___/___ Data da entrevista:

___/___/___

Início: _____ Término: _____ Duração: _____

Cargo: _____

Tempo de atuação: _____ Horário de trabalho:

Formação:

Atuação anterior:

1. Descrição inicial

- Para você, o que levou à criação da entidade que trabalha?
- Para você, quais quais são as principais funções dessa entidade?
- Como é a rotina no atendimento das crianças? Você pode descrevê-la?
- O que você acha do atendimento as crianças na instituição? Porque?

2. Autocaracterização

- Há quanto tempo você trabalha no atendimento da criança no município de Viçosa?
- Há quanto tempo nesta instituição?
- O que levou a trabalhar com crianças nessa faixa etária?
- Quais atividades exerce hoje dentro da entidade?
- O que você acha mais importante na atividade que exerce?
- Existem dificuldades para realização da atividade que exerce? Se sim, quais são elas?

3. Aspectos

- Qual você acha que é o principal objetivo de uma instituição de Educação Infantil?
- Você acha que o atendimento às crianças de diferentes classes deve ser diferente ou iguais? Porque?
- Existe projeto pedagógico da instituição? Sim não por que?
- Há um Regimento interno da Instituição? O que tem a dizer sobre ele?
- Todos os funcionários tem conhecimento do papel da instituição, ou seja, conhecem seus objetivos, projetos pedagógicos e regimento interno?
- Como é feito o planejamento das atividades? Por qual período (anualmente, semestralmente ou mensalmente)

4. Extensão

- Qual tem sido seu papel no funcionamento da instituição?
- Há envolvimento da família atendida com a instituição? De que forma é feita?
- Você considera que o atendimento é bom e importante para quem? Crianças? Pais e responsáveis? Sociedade? Porque?

5. Mudança

- Qual você acha que tem sido o papel da entidade na vida da criança e de seus familiares?
- Você considera que as famílias assistidas reconhecem a importância do trabalho? Porque?.

6. Justificativa

- Você acha que o poder municipal reconhece a importância do atendimento?
- Você acha essencial este trabalho para a comunidade? Por que?
- Você acha que a sociedade civil deve participar de ações educativas sendo que esta é função do município? Por quê?
- Você acha que o atendimento à Educação infantil deve ser feito também por entidades não governamentais ou deveria ser assegurado pelo município? Porque?

7. Soluções

- Existe alguma dificuldade no cumprimento dos objetivos da instituição quanto ao trabalho proposto? Justifique?
- Com o decorrer dos anos você vê algum crescimento, ou promoção nas famílias assistidas?
- Conhecendo a realidade dos assistidos, o que acredita faltar no poder público que faça atender às necessidades da população carente?
- Como o município deveria ajudar mais a entidade? E a comunidade?

Você quer fazer algum comentário complementar?

APÊNDICE B

ENTREVISTA PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO

Nome:

Nome fictício:

Instituição:

Idade: _____

Data de nascimento: ___/___/___

Data da entrevista: ___/___/___

Início: _____ Término: _____ Duração: _____

Cargo: _____

Tempo de atuação: _____ Horário de trabalho:

Formação:

Atuação anterior:

1. Descrição inicial

- Para você quais os objetivos que levaram à criação dessa instituição?
- Para você quais são as principais funções dessa instituição hoje?
- Você pode descrever sua principal função dentro dessa instituição?
- Existe uma rotina no atendimento das crianças? Descreva.

2. Autocaracterização

- Para você qual é o principal objetivo das instituições de Educação Infantil?
- Há quanto tempo você trabalha no atendimento da criança no município de Viçosa?
- Você atualiza seus conhecimentos sobre a infância? De que forma?
- Quando surgiu o seu interesse em participar deste Serviço?
- Quais atividades você exerce dentro da entidade?
- O que você acha mais importante na atividade que exerce?
- Você acredita que exista dificuldade para realização da atividade que exerce?
Se sim, quais são elas?

3. Aspectos

- Você tem conhecimento do papel da instituição, ou seja, conhece seu regimento interno?
- O planejamento de suas atividades é realizado anualmente, semestralmente ou mensalmente? Quem o acompanha?
- Você percebe a participação do Conselho ao qual a instituição é vinculada acompanhando os trabalhos desenvolvidos? De que forma?

4. Extensão

- Qual tem sido seu papel na vida das crianças e de seus familiares?
- Você observa uma interação da família atendida com a instituição? De que forma é feito?

5. Mudança

- Você percebe mudança nas crianças que atende? Quais mudanças destacaria?

- Você acredita que as famílias assistidas reconhecem a importância do trabalho realizado pela instituição? Justifique.

6. Justificativa

- Você percebe o alcance de seus objetivos nos atendimentos realizados?
- Você acha essencial este trabalho para a comunidade?
- Você se sente realizada participando da formação dessas crianças?

7. Soluções

- Você acha que existe alguma dificuldade no cumprimento dos objetivos quanto ao trabalho proposto? Qual seria este?
- Com o decorrer dos anos você vê algum crescimento, ou promoção nas famílias assistidas? Justifique.
- Conhecendo a realidade dos assistidos, o que você acredita faltar no poder público que faça atender às necessidades da população carente?
- O que o poder público poderia fazer para ajudar mais a instituição?

Você quer fazer algum comentário complementar?

ANEXOS

ANEXO A

Escolas Municipais da Zona Rural

Estabelecimento	Bairro	Série	Nº Alunos
E. M. Almiro Paraíso	Paraíso	Pré a 4 ^a	121
E.M. Prof. P M Del Giúdice	Colônia Vaz de Melo	Pré a 4 ^a	77
E.M.Prof. A P. Gonçalves	Córrego São João	1 ^a a 4 ^a	38
E.M. Santo Antônio	Pau de Cedro	1 ^a a 4 ^a	21
E.M. Prefeito Antônio Chequer	Silêncio	1 ^a a 4 ^a	
E.M. J.L.Valente Sobrinho	Tico-Tico (Estação Velha)	Pré a 4 ^a c/E.F.Acelerado	127
E.M.Mons. J. D. Guimarães	Piúna	Pré a 4 ^a	40
E.M Profa J do V Rodrigues	Córrego Fundo	1 ^a a 4 ^a	30
E.M. J. T. Pacheco	Nova Viçosa – Posses	Pré a 4 ^a	180

ANEXO B

Escolas Municipais Urbanas

Estabelecimento	Bairro	Série	Nº Alunos
E.M. N.Senhora de Fátima	Arduino Bolivar – Amoras	Pré a 8 ^a	352
E.M. Pres Getúlio D.Vargas	São José do Triunfo	Pré	163
E.M.Profa Maria J. Santana	Centro	Pré	742
E.M.M.Edmundo Lins	Centro	1 ^a a 8 ^a EFA	289
E.M.Padre F. José da Silva	Nova Viçosa	Pré a 8 ^a	818
E.M.Prof. Gomide Filho	Santa Clara	Pré a 4 ^a	300
E.M. Anita Chequer	João Braz	Pré a 4 ^a EFA	315
E.MC.A S Bernardes CASB	Centro	1 ^a a 8 ^a EFA	1164
E.M.Dona Nanete	Centro	1 ^a a 8 ^a	253
E.M.Dr. Arthur Bernardes	Novo Silvestre	Pré a 8 ^a	266
E.M. Juscelino Kubitschek	Barrinha	Pré a 4 ^a	132
E.M. João Francisco da Silva	Cachoeira de Santa Cruz	Pré a 8 ^a EFA	272

OBS: EFA – com Ensino Fundamental Acelerado/2015

ANEXO C

Pré-escolas Municipais

Estabelecimentos	Bairro	Idade	Nº Alunos
E.M. Maria José Santana	Bom Jesus	2 a 5	44
E.M. Maria José Santana	Carlos Dias	2 a 5	21
E.M. Maria José Santana	Santo Antônio I	2 a 5	22
E.M. Maria José Santana	Santo Antônio II	2 a 5	26
E.M. Maria José Santana	Gomes Barbosa	2 a 5	66
E.M. Maria José Santana	Silvestre	2 a 5	22
E.M. Maria José Santana	Maria Teresa	2 a 5	44
E.M.Arthur Bernardes	Novo Silvestre	2 a 5	18
E.M. João Francisco da Silva	Cachoeira de Santa Cruz	2 a 5	22
E.M.Juscelino Kubitschek	Barrinha	2 a 5	18
E.M.Pe Francisco J. da Silva	Nova Viçosa	2 a 5	23

ANEXO D

Rede de ensino Estadual

Estabelecimentos	Bairro	Série
E.E. A Loureiro de Freitas	Silvestre	Fundamental e Médio
E.E. Dr.R. Alves Torres	Bela Vista	Fundamental e Médio
E.E. Effie Holfs	Campus UFV	Fundam., Médio, Educação Fundamental Especial
E.E. José Lourenço de Freitas	São José do Triunfo	Fundamental e Médio
E.E. Madre Santa Face	Centro	1 ^a a 4 ^a
E.E. Pe. Álvaro C. Borges	Nova Era	Pré e Fundamental
E.E. Prof. S. L. de Carvalho	Bom Jesus	Pré e Fundamental
E.E. Raul de Leoni	Santo Antônio	Fundamental e Médio
E.E. Santa Rita de Cássia	Fátima	Pré, Fundamental e Médio.
E.E Professor Cid Batista		
Casec Dr. Altamiro Saraiva		

ANEXO E

Rede de Ensino Particular

Estabelecimentos	Bairro	Série
APAE – Escola de Educação Especial Aida Mariz		
C. E. Mundo do Saber	João Brás	
C. E. Pequeno Príncipe	Santo Antônio	Creche e Pré-escola
C. Educacional Gênese	Centro	Creche, Pré-escola e Fundam.
C.D. da Criança Arco Íris	Santo Antônio	Pré-escola
C.D. da Criança Passo a Passo	Belvedere	Creche e Pré-escola
C.D. Primeiros Passos	Fátima	Creche e Pré-escola
C.E. Pequeno Mundo	Centro	Creche e Pré-escola
C.Educacional Coeducar	Centro	Creche, Pré-escola e Fundam.
Centro de Educação Infantil Myrian de Oliveira Fernandes	Centro	Creche e Pré escola
Centro de Educação Inf. Pingo de Luz		Creche e Pre escola
Centro de Educação Infantil Santa Terezinha	Arduíno Bolivar	Creche e Pre escola
Centro de Educação Infantil São João Batista	Inácio Martins	Creche e Pre escola
Centro de Educação Infantil São Sebastião Cantinho Feliz		Creche e Pre escola
Centro de Ensino Técnico Acadêmico Viçosense – CETAV		
Centro Educacional Arte de Educar		Creche e Pre escola
Centro Educacional Corujinha		Creche e Pre escola
Centro Educacional Rebusca	Centro e Posses	Creche, Pre escola e fundamental

Colégio Ágora	Centro	Pré-escola, Fund, Médio, Técnico-presencial.
Colégio Anglo de Viçosa	Centro	Creche, Pré-escola, Fund, Médio.
Colégio Equipe	Centro	Creche, Pré-escola, Fund, Médio.
Colégio Nossa Sra do Carmo	Centro	Creche, Pré-escola, Fund. Normal
Creche Escola A Ciranda	Ramos	Creche
Creche Maria João de Deus		Creche e Pre escola
Creche Maria Tereza		Creche e Pre escola
Creche Pingo de Gente		Creche e Pre escola
Escola Técnica de Viçosa – ETEV		
Escola Técnica Jose Rodrigues da Silva		
Lápis de Cor Escola Infantil Ltda	Santo Antônio	Creche
Pré-escola Criança Feliz	Nova Viçosa	Creche

ANEXO F

Rede de ensino superior

Estabelecimentos	Bairro	
Universidade Federal de Viçosa	Campus UFV	Federal
ESUV	Silvestre	Particular
UNIVIÇOSA	Silvestre	Particular
Faculdade de Viçosa	Centro	Particular
EVATA	Centro	Particular